

CLIPPING CAPITAL

26/6/2017



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

ANO XXI
EDIÇÃO 115



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário
Estevam Galvão: 2º Secretário
Chico Sardelli: 3º Secretário
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente
Milton Vieira: 3ª Vice-Presidente
Jooji Hato: 4ª Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 127 • Número 117 • São Paulo, sábado, 24 de junho de 2017

www.imprensaoficial.com.br



MANDATO EM PAUTA



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que consideram prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **Geraldo Cruz** (PT). **PÁG. 2**

Prêmio Inezita Barroso homenageia música caipira de raiz

DA REDAÇÃO - FOTO: ROBERTO NAVARRO

A cantora Inezita Barroso, eterna rainha da música caipira, foi homenageada na Assembleia Legislativa. O evento aconteceu nesta sexta-feira (23/6), com a realização da primeira edição do Prêmio Inezita Barroso. Foram homenageados cantores e orquestras de música sertaneja de raiz, em sessão solene realizada no plenário Juscelino Kubitschek.

O deputado Marcos Martins (PT), proponente do prêmio, comemorou a realização. "A conquista foi muito difícil e o apoio da família da cantora foi importantíssimo. Este prêmio tem importância muito grande, pois precisamos vencer preconceitos com o caipira e com a música caipira de raiz, que é nossa cultura e verdadeira música brasileira", disse.

Inezita Barroso foi homenageada, in memoriam, por meio da filha, Marta Barroso, que agradeceu à Assembleia Legislativa pela iniciativa. Marta contou que a mãe era uma pessoa muito simples, de hábitos comuns, que gostava de andar descalça e amava os animais. "Ela era bem povão. Curioso é que, em casa, não cantava nem ouvia música. Inezita queria ser lembrada pelo vozeirão e pelas músicas caipiras que cantava e, por meio do Prêmio, o desejo dela será realizado", disse.

A neta da cantora, Paula Bandeira Maia, confidenciou que a avó cantava para ela no berço e que era diferente das demais avós da época. "A homenagem é perfeita. Ela lutou por muitos anos para que os valores e a cultura do povo brasileiro não se distorcessem e pela valorização de tudo que é regional no país", concluiu.

As orquestras Corporação Musical 24 de Junho e Os Violeiros de Santa Fé apresentaram músicas que Inezita



Cerimônia de entrega do prêmio

imortalizou, ao cantar: Luar do sertão e Flor do cafezal.

Além das duas orquestras, foram premiados os cantores Ana e Miguel Cervan (in memoriam), a dupla sertaneja Duo Glacial; o compositor Jesus Belmiro; o cantor Léu, da dupla Liu e Léu; a orquestra Violeiros de Osasco; o artista plástico Daniel Firmino; o cantor e compositor Luiz Mariano Silveira Leite, o Zinho do Violão; o cantor Matheus Calil, da dupla Viola Show e Matheus Calil; a cantora Bruna Viola; e a compositora Valéria Leão.

A mesa foi presidida pela deputada e presidente da Comissão de Educação e Cultura, Beth Sáhão (PT), e composta pelos deputados Marcos Martins e João Paulo Rillo (PT); Itamar Borges (PMDB); Welson Gasparini e Fernando Capez (PSDB), Rita Passos (PSD) e também por Marta Barroso e Paula Bandeira Maia, filha e neta de Inezita Barroso, respectivamente.



Tocador de berrante



MANDATO EM PAUTA

Entrevista com o deputado Geraldo Cruz

MATEUS LIMA - FOTO: RAPHAEL MONTANARO

Transparência e maior independência política na Assembleia Legislativa. O deputado Geraldo Cruz (PT) conta nesta edição do Mandato em Pauta a sua atuação parlamentar e os desafios para aprovação de um projeto de lei.

O morador de Embu das Artes foi prefeito da cidade por oito anos e vereador por 14. Ele ingressou na vida política como militante da juventude durante o regime militar. O parlamentar dividiu a sua trajetória até a Assembleia em três momentos. "A primeira como vereador, para conhecer como funciona a máquina pública". Ele explica que uma de suas conquistas foi a retirada da aposentadoria de prefeitos e vereadores. "Na época se aposentavam com 12 anos de trabalho", diz.

O segundo momento foi a experiência no Executivo. Geraldo Cruz destaca que "conseguia governar com a oposição sem que interferissem nas decisões da Câmara", e buscava uma relação de independência entre os Poderes.

Em 2010, foi eleito deputado estadual com 131.206 votos. "Voltar para o Legislativo depois de oito anos na prefeitura de Embu das Artes foi um choque", declara. Cruz lembra que chegou à Assembleia com o objetivo de fazer e ver as coisas acontecerem. Ele também observou uma mudança de posição quando entrou na Casa. "Eu volto para o parlamento deixando de ser Governo e passando a ser oposição", disse.

Leis

Para Cruz, existe uma interferência muito grande do Poder Executivo na Alesp. "Para mim, falta independência política de verdade." Segundo ele, a Assembleia deve pautar o Estado, não o contrário. O parlamentar afirma que o governo "só não veta projetos de nomeação a viadutos, nome de estrada e nome de retorno".

Geraldo Cruz lembra que dois projetos de lei de sua autoria foram vetados indevidamente. A primeira proposta pretendia criar um cadastro de registro da demanda educacional do Estado de São Paulo com base nas

escolas mais próximas ao local de trabalho do aluno. O outro projeto previa uma maior transparência nas escolas. "Eram projetos que não trariam custos para o governador, que ajudariam a ter maior controle das demandas e da transparência", explica.

Em seu segundo mandato na Alesp, Cruz destaca a Lei Estadual 15.096/2013 criada a partir de seminários com a juventude paulista. "Queria implementar ações articuladas destinadas à população entre 15 e 29 anos, de maneira a configurar uma política pública estadual para os jovens", diz.

O deputado entende que o estado não detém a capacidade para empregar toda a população juvenil. "Mas pode fazer parcerias com entidades sociais, criar leis de estímulo para que empresas contratem jovens e tenham descontos nos impostos", sugere. Cruz fala que a lei ainda não foi regulamentada e teve 80% de seu conteúdo vetado.

Outro projeto de que o deputado foi co-autor cria medidas voltadas à segurança e conforto dos torcedores em jogos de futebol profissional. A Lei Estadual 15.868/2015 estabelece sanções para os clubes e demais entidades esportivas relacionadas à prática do futebol que, de qualquer forma, permitam ou não coíbam a prática de ilícitos por parte de seus torcedores ou associados.

Projetos

Uma das propostas do parlamentar apresentada nesse ano na Alesp pretende criar a Nota Fiscal da Saúde. O Projeto 329/2017 foi pensado para contornar a situação da falta de medicamentos nas entidades públicas. "Faltam remédios para hipertensão, seringas para diabetes, insulina, tudo. Isso em qualquer posto de saúde", aponta. Cruz destaca que o projeto "é apenas para o cidadão ter condição de tomar o remédio que precise, dentro da cesta básica de medicamentos que o Estado fornece", diz.

"Se você chegar ao posto de saúde e o médico solicitar um medicamento indisponível no local, você vai à farmácia, compra. Pega a nota fiscal e depois alguém te reembolsa (o Estado)", explica. O parlamentar quer "garantir que a pessoa não fique sem tomar o remédio, por atrasos de



burocracia na compra dos medicamentos".

Geraldo Cruz pretende proibir o uso de aparelhos sonoros, portáteis ou instalados em veículos estacionados, nas vias e logradouros públicos que possam perturbar o sossego da comunidade local. "O Projeto 993/2015 proíbe amplificador de vídeo, Ipod, celulares e instrumentos musicais especialmente no horário noturno. Qualquer tipo de aparelho de som que perturbe a calmaria do público."

Atuação no parlamento

Cruz destaca que tentará derrubar o veto do governador a um de seus projetos. O PL 891/2015 já foi aprovado pela Casa e estabelece regras para a aprovação de loteamentos para fins urbanos com controle de acesso. "O Brasil não tem uma lei que regulamenta condomínio", aponta. Para derrubar o veto ao projeto é preciso que 2/3 dos deputados rejeitem a decisão.

Com relação às eleições de 2018, Cruz acredita que haverá um grande desafio, considerando o alto número de abstenções em 2016. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, cerca de três milhões de eleitores se abstiveram ou votaram nulo ou branco naquele ano.

"Penso que uma das coisas que vai prevalecer no debate é conquistar de novo o eleitorado, criando instrumentos de participação efetiva", diz. Cruz ainda não decidiu se tentará a reeleição, mas reforça que "a classe política precisa buscar uma forma para dar mais transparência aos seus atos".

opinião

Gravidez precoce: um problema que precisa ser discutido

GILMACI SANTOS*

É de senso comum a ideia de que ter um filho não é tarefa fácil; educar uma criança é um verdadeiro desafio. Imagine então este papel sendo desempenhado por uma criança ou adolescente. Deve ser algo devastador, você não acha? Infelizmente essa é uma situação muito comum em nosso país, onde muitas crianças e adolescentes ainda inexperientes se veem diante dessa grande responsabilidade.

Ainda que os casos de gravidez na adolescência tenham registrado queda de 17% entre 2004 e 2015, dados oficiais demonstram que a situação ainda é preocupante. Segundo informações preliminares do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) divulgadas em maio deste ano pelo Ministério da Saúde, em números absolutos, a redução foi de 661.290 nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos em 2004 para 546.529 em 2015.

Foi pensando em inserir essa discussão no cotidiano da população paulista que apresentei em 2008 o Projeto de Lei 790, que institui a Campanha de Prevenção à Gravidez Precoce no Estado de São Paulo. A ação tem como objetivo promover encontros, grupos de debates, seminários e aulas de orientação de como prevenir a gravidez precoce



e quais são as suas consequências. Ainda segundo a propositura, todo o trabalho desenvolvido deverá ser acompanhado e ministrado por profissionais da área médica e pedagógica. Segundo o PL, a campanha seria realizada no mês de maio em todas as escolas públicas do Estado.

Atualmente, o projeto está pronto para a ordem do dia, aguardando apenas ser votado no plenário aqui na Assembleia Legislativa para então ser encaminhado para o executivo, que irá sancionar ou vetar a propositura. A campanha é fundamental, pois é importante criar maneiras de discutir o problema na escola e mostrar aos alunos os riscos de uma gravidez precoce, não apenas para a sua saúde, já que se tratam de indivíduos ainda em formação física e psíquica, mas também debater sobre como uma gravidez não programada pode mudar completamente a vida de um indivíduo, ainda mais se tratando de uma criança ou adolescente que possui inúmeros objetivos profissionais e pessoais.

O tema é tão atual e preocupante que em junho deste ano representantes dos ministérios da Saúde e da Educação de países que compõem o Cone Sul - Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai - estabeleceram

um plano estratégico para reduzir os índices de gravidez na adolescência. Os cinco países receberam o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Uma das estratégias do projeto assinado é reforçar a educação não apenas nas instituições de ensino, mas também em outros espaços.

Segundo o UNFPA, a taxa de fecundidade entre adolescentes nos países do Cone Sul é o dobro da média mundial, nessa região uma em cada cinco meninas já é mãe. O Cone Sul só perde em números para a África Subsaariana, território situado ao sul do deserto do Saara. O Brasil sozinho possui 21 mil jovens grávidas com menos de 15 anos.

A gravidez precoce é considerada de alto risco durante a infância e a adolescência, pois aumenta a possibilidade de mortalidade da mãe e do bebê. Esse tipo de gestação também está relacionado ao aumento de doenças psicológicas, dos casos de suicídio e do abandono dos estudos. Mesmo que os casos tenham diminuído nos últimos anos, eles ainda atingem muitas famílias e levar esse tema para as escolas é um ótimo caminho para conscientizar nossos adolescentes. Os jovens precisam compreender os riscos de uma gestação em idade não adequada e a escola é um ambiente propício para essa discussão.

*Gilmaci Santos é deputado pelo PRB

Os artigos publicados nesta seção Opinião são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Parlamento paulista, de outros parlamentares, de suas legendas ou do Departamento de Comunicação e seus órgãos subordinados.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JÚLIO MESQUITA (1864 - 1927)

Domingo 25 DE JUNHO DE 2017 R\$ 6,00 ANO 138 Nº 45176

EDIÇÃO DE 23H30

estadão.com.br

Caderno 2 ROBERT FRANK

Mostra de fotos clássicas inaugura sede do Instituto Moreira Salles, na Paulista

RINCON SAPIÊNCIA
Rapper é fenômeno na web. PÁG. C10



Aliás, Cultura MESTRE CARTOLA

Álbuns míticos do artista são lançados em vinil. PÁG. E3

Prisões por corrupção crescem 288% em três anos

Em 2013, antes da lei da delação premiada, ocorreram 135 detenções no País; em 2016, número subiu para 524

Números da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (Dico), da Polícia Federal, mostram que, em 2016, 524 pessoas foram presas por agentes federais em operações de combate ao desvio de verbas públicas. Em 2013, antes da aprovação da Lei 12.850, que regulou a colaboração premiada, foram 135 prisões — um crescimento de 288%. O Estado analisou os dados de 2.325 operações da PF no País de 1.º de janeiro de 2013 a 31 de março de 2017. “A lei foi aprovada no contexto da pressão popular. Devem ter achado que era bom para prender traficante. Hoje, dificilmente, passaria”, afirma a delegada Tânia Prado, presidente do Sindicato dos Delegados da PF. Em 2013, a PF fez 302 operações em todo o País de combate a organizações criminosas. Três

1,5 bilhão de informações é o quanto a ferramenta de cruzamento de dados Atlas, da PF, tem armazenadas

179 detenções realizou a Lava Jato, a operação da PF que mais prendeu por corrupção no País

anos depois, esse número chegou a 922. Por trás do aumento das operações e das prisões, policiais e procuradores apontam avanços tecnológicos, como a criação de bancos de dados sobre desvios de verbas públicas e laboratórios de combate à lavagem de dinheiro. **POLÍTICA / PÁG. A4**



Acrobacia do poder

Mulheres com as mais variadas formas físicas apostam no pole dance para ganhar ou recuperar a autoestima. **METRÓPOLE / PÁG. A18**

Depois de 11 anos, Brasil pode ter deflação

Se a previsão de analistas consultados no boletim Focus, do Banco Central, se confirmar, junho deve terminar com deflação, a primeira mensal desde 2006. A expectativa para o IPCA é de

queda de 0,07%. O número é resultado de vários fatores, como o bom desempenho das safras agrícolas, a redução dos preços de combustíveis pela Petrobrás e a mudança da bandeira tarifária

de energia de vermelha, mais cara, para verde. A inflação medida pelo IGP-M, usada para contratos de aluguel, por exemplo, em 12 meses até junho também deve recuar. **ECONOMIA / PÁG. B1**

Vera Magalhães

Temer desembarca de volta de suas terras imaginárias em pior situação do que saiu. **POLÍTICA / PÁG. A8**

Eliane Cantanhêde

Com Temer em batalhas de vida ou morte, Sérgio Etcheberry está cada vez mais forte. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Celso Ming

Ideia é baixar meta da inflação para 4,25% em 2019. Há razões para ser mais usado. **ECONOMIA / PÁG. B2**

Leandro Karnal

Hinos são símbolos. Sem consensos não conseguiríamos construir uma sociedade. **CADERNO 2 / PÁG. C9**

Esportes

Liderança em jogo

Artilheiro Jô é arma do líder Corinthians contra o vice-líder Grêmio, hoje, no Sul. **PÁG. A22**

Popular, Putin deve tentar reeleição

Apesar de denúncias de corrupção, a popularidade de Vladimir Putin supera 80%, informa Andrei Netto, de Moscou. Se reeleito, o presidente russo completará 24 anos no poder. **INTERNACIONAL / PÁG. A10**

A Hyundai CAO A lidera pesquisa de satisfação da J.D. Power.

Toyota fica em 2º lugar e Jeep cai da 3ª para a 10ª posição.

Fonte: Quatro Rodas, a bíblia do mercado.

www.hyundai-motor.com.br

CAOA MONTADORA HYUNDAI

NOTAS & INFORMAÇÕES

Como olhar a crise

Crise política, econômica, social e moral que tanto abate o ânimo dos brasileiros começou com o sr. Lula da Silva, com a apropriação da administração federal para fins partidários. **PÁG. A3**

Problema imediato, a LDO

Congresso tem de votar o projeto da LDO, com indicações básicas para a programação financeira da União. **PÁG. A3**

Em SP, uma residência roubada por hora

METRÓPOLE / PÁG. A17

Avançam sistemas de inteligência artificial

LINK / PÁG. B8

MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC C115259

Esta publicação é impressa em papel certificado FSC* e possui o selo de origem responsável, pela S.A. O Estado de S. Paulo

Violência. Somente no ano passado aconteceram 10.905 crimes desse tipo no Estado, elevação de 8,5% ante o ano anterior; condomínios ampliam cada vez mais a estrutura, sobretudo digital, e apostam em treinamento nas portarias para minimizar ameaças

SP tem 1 lar roubado por hora e maior nº de ataques a residências em 3 anos

Marco Antônio Carvalho
José Maria Tomazela /
SOROCABA

O empresário Miguel Antonio dos Santos, de 56 anos, de Sorocaba, interior de São Paulo, ainda não se livrou do trauma causado pelo assalto à mão armada que sofreu em sua casa, com a família, em abril de 2016. Um dos filhos tinha acabado de sair com o carro para o trabalho e o portão automático ainda não tinha fechado, quando os dois ladrões entraram. A mulher, a filha e um empregado foram dominados. “Eu dormia no quarto, quando fui acordado com o cano da arma batendo em minha cabeça.”

Os bandidos amarraram Santos e vasculharam a casa, recolhendo R\$ 1,2 mil em dinheiro, 4 celulares, relógios, TVs e as joias da família. “O bandido ficava engatilhando o revólver, apontando para a cabeça da minha filha.” Por fim, jogaram tudo sobre a caminhonete de Santos e também levaram o veículo.

A cada hora, pelo menos um lar paulista é invadido. E o número de roubos a residências em 2016 foi o maior em três anos. Só no ano passado aconteceram 10.905 roubos dessa natureza, elevação de 8,5% ante o ano anterior.

Desde 2014, a Secretaria da Segurança Pública (SSP) analisa o perfil dos roubos no Estado. Naquele ano, os casos contra residências representavam 2,23% do total – hoje chegam a 2,54%. Neste ano, já ocorreram até abril 3.382 roubos – leve desaceleração em relação ao mesmo período de 2016. Mas os dados não incluem registros de furto, quando não há violência ou grave ameaça a pessoas. Um arrombamento de imóvel, por exemplo, pode ser classificado como furto qualificado. Os furtos passaram de 495.334 para 514.820, entre 2015 e o ano passado.

Vigilância. O que os números mostram é o que empresas especializadas em oferecer sistemas de segurança privada já sentem na prática. E síndicos e vítimas desses assaltos têm redobrado a atenção nas portarias, por exemplo. Paulo – que não quis

divulgar o sobrenome – chama de “incidente” o que houve em abril no prédio da zona sul da capital onde é síndico. Um homem se disse hóspede de um morador e teve a passagem liberada. “Ele e um cúmplice entraram em um apartamento e fugiram levando objetos de valor.”

O episódio levou os condôminos a prestarem atenção para a segurança do local. Está marcada para amanhã uma reunião onde serão apresentados os custos para reformas e aprimoramento do sistema de segurança, que ficou em torno de R\$ 60 mil. Apesar do crime, o prédio já contava com um sistema reforçado, que inclui reconhecimento por digital dos moradores e um circuito de câmeras cujas gravações são armazenadas automaticamente em nuvem (online). “Mas não havia nenhum tipo de identificação para os ‘caronas’, os não moradores, o que acabou representando a maior vulnerabilidade”, disse.

Só que a sofisticação dos criminosos não para. Alexandre Judkiewics, diretor nacional de operações do grupo GR, relata ações criminosas que já incluem o monitoramento pelas redes sociais. “Checam se a família está viajando e, a partir daí, conseguem o telefone da portaria, ligando e se passando por algum morador para liberar acesso.”

Segundo Angélica Arbex, gerente de Relacionamento com o Cliente da Lello – que administra cerca de 2,4 mil condomínios –, é comum a atenção ao tema só ganhar força quando os moradores se tornam vítimas. A segurança, diz, tem de ser um “dos principais pilares da convivência” dessas comunidades. E aponta um tripé para explicar o sucesso dos condomínios seguros: síndico preocupado; condôminos obedientes às regras; e equipamentos adequados. “Não adianta pôr 42 câmeras para o porteiro ficar assistindo em uma tela de 14 polegadas.”

Polícia. A SSP disse que, desde 2016, desarticulou ao menos dez quadrilhas, o que esclareceu 25 casos na capital e na Grande São Paulo. Dentre esses, está a prisão de quatro suspeitos de roubos no Morumbi, no Itaim-Bibi e em Pinheiros. Acrescentou que as Polícias Civil e Militar têm reuniões para identificar a atuação de criminosos.

Sobre as estatísticas, o governo destacou que, nos quatro primeiros meses, caiu a participação de ocorrências a residências ante o total de roubos.



Assaltado e amarrado. 'O bandido ficava engatilhando o revólver, apontando para a cabeça'

DISTRIBUIÇÃO

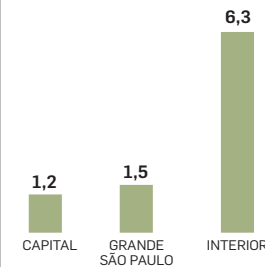
● Neste ano, já ocorreram até abril 3.382 roubos – uma leve desaceleração em relação a 2016

Roubos a residência no Estado



Por região

Em porcentagem sobre o número total de roubos**



Latrocínios

Proporção de roubos que culminaram na morte da vítima é maior em roubos a residência

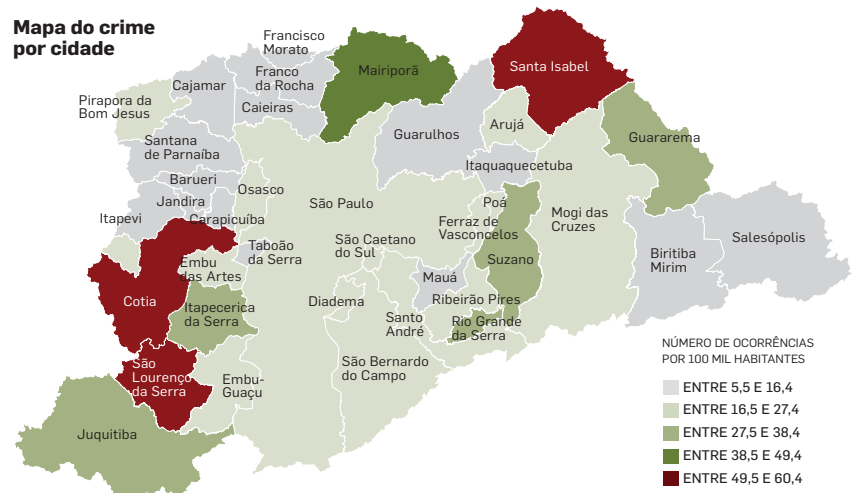
• 1 latrocínio para cada...

| | |
|----------------------------|--------|
| roubos a residência | 211 |
| roubos em estabelecimentos | 655 |
| roubos a pedestres | 3.920 |
| roubos de cargas | 11.466 |

*ATÉ ABRIL

**INCLUEM ROUBOS A PEDESTRES, DE VEÍCULOS, A ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, A CARGAS E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Mapa do crime por cidade



FONTES: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E INSTITUTO SOU DA PAZ

INFOGRÁFICO/ESTADÃO



NA WEB

Portal. Veja mapa da criminalidade bairro a bairro

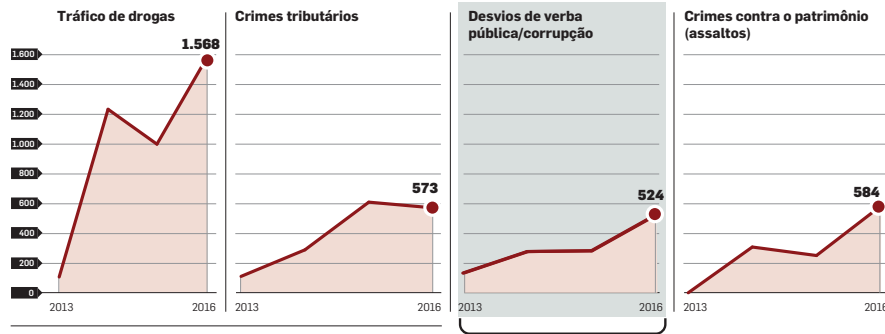
estadao.com.br/e/mapacrimenes

Desde 2013, prisões por corrupção crescem 288%

RAIO X DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

• Desde 2013, Polícia Federal realizou 2.325 operações em todo o País

Quantidade de prisões ano a ano em operações da PF



Marcelo Godoy
Daniel Bramatti

As milhões de pessoas que foram às ruas em junho de 2013 não pediram a aprovação da Lei 12.850, que regulou as delações premiadas. Mas a mudança legal – parte do pacote aprovado pelo Congresso em resposta aos protestos – abriu o caminho para que o número de prisões temporárias e preventivas e os flagrantes de suspeitos de desvio de verbas públicas no País fosse multiplicado por quatro de 2013 para 2016.

Números da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (Dicor), da Polícia Federal, mostram que, no ano passado, dez pessoas foram presas a cada semana por agentes federais em operações de combate ao desvio de verbas públicas. Em 2013, antes da aprovação da lei sobre colaboração premiada, esse número não chegava a três por semana (2,5 em média). O Estado analisou dados de 2.325 operações da PF no País de 1.º de janeiro de 2013 a 31 de março deste ano. As informações foram obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação.

“O marco disso é a lei de 2013”, afirmou a delegada Tânia Prado, presidente do Sindicato dos Delegados da PF. Para ela, a legislação que empareidou o

mundo político dificilmente passaria hoje no Congresso. “Ela foi aprovada no contexto da pressão popular. Devem (congressistas) ter achado que era bom para prender traficante.” Em 2013, a PF fez 302 operações no País de combate a organizações criminosas – desde as envolvidas com crimes comuns, como tráfico de drogas, até as especializadas em delitos financeiros. Em 2016, esse número aumentou 205%, chegando a 922.

Já no primeiro ano depois da lei, em 2014, o número de prisões concedidas pela Justiça e flagrantes nessas operações chegou a 2.798 e somou 4.122 em 2016 – aumento de 771% em comparação com as 473 registradas em 2013.

Para o procurador da República Rodrigo De Grandis, a lei foi “um divisor de águas no combate à corrupção”. “Não havia o procedimento de como se fazer a colaboração premiada e hoje ela é fundamental.” No caso das operações de combate ao desvio de verbas públicas, as prisões passaram de 135 (2013) para 524 (2016) – crescimento de 288%. De Grandis disse que, hoje, o combate à corrupção é uma prioridade na PF e no Ministério Público Federal (MPF).

Os números da PF mostram que não só as prisões de suspeitos de corrupção aumentaram, mas as de todos os demais tipos de organizações criminosas, como a de traficantes. Ou seja, a lei afetou as máfias de forma indistinta – a exceção foram os crimes financeiros. “É mais difícil obter uma prisão por crime financeiro. A materialidade do delito é mais complexa”, disse De Grandis. Para ele, “culturalmente”, a tendência é achar que o crime com sangue merece uma resposta mais severa da sociedade. “Isso é uma falácia. E está mudando, até no Supremo.”

Para o criminalista Roberto Podval, há uma escalada de prisões preventivas no País nos últimos anos. “Mudou a cultura com relação à prisão no Judiciário. Saimos da impunidade absoluta para os crimes econômicos para a punibilidade absoluta, que está nesse momento. A tendência é que a gente chegue ao meio-termo. Se houve uma banalização da corrupção, houve também uma banalização das prisões provisórias.”

2 PERGUNTAS PARA...

Eros Grau, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal

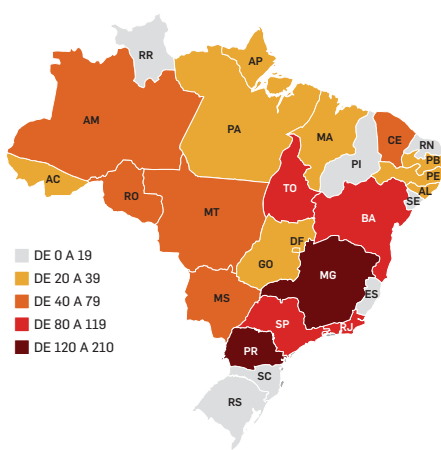
1. O senhor esteve no STF em uma época em que o tribunal via a prisão preventiva como excepcional. Quais as consequências da proliferação das prisões para a Justiça criminal? Se são de acordo com a lei, elas devem ser feitas. O que seguramente implicou o aumento dessas prisões foi a delação premiada, que se transformou em um instituto muito positivo ao permitir a eficiência da atuação policial. Lógico que, se houver excesso, ele deve ser coibido. O aumento não decorreu de exceção de atuação, mas de excesso de conhecimento de fatos.

2. O senhor crê que algum ajuste deve ser feito nesse instrumento?

Eu acho que ele está adequado à realidade. O fato é que a realidade hoje espanta. Cada dia espanta mais.

Tecnologia. Por trás do aumento das operações e das prisões, criminalistas, policiais e procuradores apontaram ainda razões tecnológicas, como a criação de bancos de dados sobre desvios de verbas públicas e la-

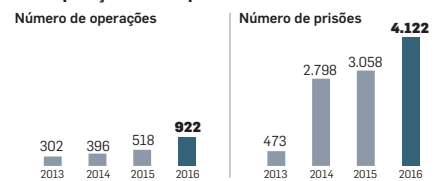
Prisões em cada Estado desde 2013



As operações que mais prenderam*

| | MANDADOS DE PRISÃO PREVENTIVA | MANDADOS DE PRISÃO TEMPORÁRIA | PRISÕES EM FLAGRANTE | TOTAL DE PRISÕES |
|----------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------------|------------------|
| Lava Jato | 72 | 101 | 6 | 179 |
| Tabellarius | 160 | 0 | 1 | 161 |
| La Murralla | 127 | 0 | 7 | 134 |
| Cavalo de Fogo | 72 | 1 | 54 | 127 |
| Weak Link | 91 | 0 | 7 | 98 |
| Travessia | 42 | 25 | 46 | 83 |
| Delivery | 54 | 1 | 40 | 82 |
| Eumênides | 71 | 0 | 0 | 71 |
| Hidra | 64 | 0 | 1 | 65 |
| Escorpião | 33 | 0 | 30 | 63 |
| Hybris | 36 | 4 | 22 | 62 |
| Tombstone | 44 | 12 | 3 | 59 |
| Via Sertão | 58 | 0 | 0 | 58 |
| Travessia 14 | 19 | 26 | 13 | 58 |
| Matterello | 31 | 0 | 27 | 58 |

Mais operações e mais presos



*DE 2013 A MARÇO DE 2017

FONTE: POLÍCIA FEDERAL

INFORMAÇÃO/ESTADÃO

boratórios de combate à lavagem de dinheiro. Chamada Atlas, a nova ferramenta de cruzamento de informações da PF tem 56 bases de dados que armazenam 1,5 bilhão de registros so-

bre corrupção no País.

A colaboração com os órgãos de fiscalização, como a Controladoria-Geral da União (CGU), também contribuiu para o aumento de operações.

Lava Jato lidera ranking das detenções

Até agora, operação registrou 179 prisões; delitos financeiros investigados no esquema são os que mais mandaram acusados para a cadeia

Daniel Bramatti
Marcelo Godoy

A Lava Jato é operação que mais prendeu no País desde 2013. O primeiro lugar nesse ranking foi garantido com 179 prisões – 72 preventivas, 101 temporárias e seis flagrantes. Os delitos financeiros investigados são os que mais mandaram suspeitos para cadeia

ele, alguns “atores” do universo da corrupção ainda não perceberam que as regras do jogo mudaram. “A partida passou de basquete para futebol, mas eles continuam jogando com a mão”, afirmou.

‘Mar de Lama’. A análise da distribuição das prisões por Estados mostra que Minas Gerais lidera as detenções por desvio de

(113 vezes), seguidos pelos desvios de verbas públicas (63) e pelos crimes fazendários (3).

“É comum isso acontecer em operações”, disse o procurador da República Rodrigo De Grandis. De 2013 a 31 de março deste ano, a PF registrou 1.426 prisões em 359 operações por desvios de verbas públicas – no geral, foram 11.197 prisões em 2.325 operações. Nas detenções

verbas (209 casos, seguido pelo Paraná – 176). Só as nove fases da Operação Mar de Lama, sobre fraudes e corrupção em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, provocaram 30 prisões preventivas e 12 detenções temporárias, levando para a cadeia 7 dos 21 vereadores.

A vereadora Rosemary Mafra (PC do B) era suplente de um dos vereadores presos em maio

por suspeita de corrupção, foram 869 prisões preventivas, 569 temporárias e 93 flagrantes.

Para o cientista político Marcus Melo, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o aumento das prisões por corrupção revela uma tendência não apenas brasileira. “É um fenômeno internacional”, disse, citando livro do pesquisador sueco Bo Rothstein. Segundo

do ano passado e obteve na Justiça o direito de tomar posse. “A Câmara ficou um tempo acéfala e paralisada”, afirmou Rosemary, que se reelegeu.

O impacto da operação foi gigantesco. Administrada então pelo PT, a cidade votou maciçamente em 2016 na oposição, elegendo prefeito o candidato do PSDB, André Merlo, com 83% dos votos.

Eleições 2016

‘SAFADOCRACIA’ MOBILIZOU AÇÃO EM ALAGOAS

Operações federais investigaram ainda os ‘canalhocratas’ que compravam votos no Estado

Convocada a combater a prática da compra de votos nas eleições municipais passadas, em 2016, a Polícia Federal de Alagoas não mediu palavras ao batizar de “Canalhocracia”, “Safadocracia” e “Viciocracia” as operações deflagradas em três cidades, às vésperas da votação.

Os três nomes fazem alusão a supostos sistemas de governo baseados na ilegalidade e se destacam pela origi-

nalidade e total ausência de sutileza, na lista das mais de 2.300 operações contra o crime organizado promovidas pela PF desde 2013. Nos dicionários, um possível sinônimo seria o termo cleptocracia, que define um governo de corrompidos.

Foi em busca de “canalhocratas” que a PF promoveu, no município de Piranhas, a 260 quilômetros de Maceió, buscas em sete endereços de políticos e assessores suspeitos de comprar votos. As provas coletadas dei-



Alagoas. PF apreendeu maços de dinheiro em Piranhas

xaram pouca margem a dúvidas: um dos investigados estava com R\$ 27 mil, em maços separados e misturados a panfletos de campanha, além de listas com nomes de eleitores.

Na capital alagoana, os alvos do combate à chamada viciocracia foram cabos eleitorais de

candidatos à Câmara Municipal. Não houve apreensão de dinheiro, apenas de listas de eleitores supostamente comprados ou dispostos a se vender.

Antecedentes. Já a Operação Safadocracia visou a coibir a compra de votos na localidade

de Joaquim Gomes, a 75 quilômetros da capital. A PF cumpriu oito mandados de busca e apreensão na cidade, na véspera e no dia da eleição.

Não foi a primeira vez que os moradores de Joaquim Gomes relacionaram corrupção e campanha eleitoral. Em 2014, uma autoridade da cidade fora condenada a cinco anos de reclusão por comandar um esquema de compra de votos.

Segundo Fábio Maia de Faria, delegado regional executivo da PF em Alagoas, as três operações do ano passado, assim como outras no interior, resultaram em inquéritos policiais, cujas conclusões foram encaminhadas à Justiça Eleitoral.

Para Faria, as ações tiveram impacto ao desencorajar a compra de votos e podem ter afetado os resultados das urnas. “Entendemos que alguns desses trabalhos foram essenciais para a lisura do pleito e para garantir que não ocorressem crimes que teriam o condão de alterar o re-

sultado das eleições.”

Novidade. Segundo o delegado, as operações feitas no ano passado representaram uma novidade no modo de atuar da PF em Alagoas. “Como este é um Estado governado por pessoas que não têm muito pudor de usar a máquina pública em seu favor, as autoridades eleitorais sempre tiveram resistência à participação das Polícias Militar e Civil nas eleições”, relatou.

O resultado dessa desconfiância era a convocação da PF para fazer trabalhos de ronda ostensiva e fiscalização, praticamente inviabilizando as atividades de investigação. Isso mudou no ano passado. “Podemos distribuir nosso efetivo de maneira mais eficiente, para participar das eleições de maneira mais investigativa, focados em coibir crimes eleitorais mais graves.” / **D.B. e M.G.**

Base aliada teria 60% de fundo eleitoral

Dos R\$ 3,5 bi em recursos públicos previstos para custear as eleições de 2018, nove siglas com assento na Esplanada ficariam com R\$ 2,15 bi

Thiago Faria / BRASÍLIA

A proposta apresentada pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), de criar um fundo eleitoral com dinheiro público para financiar as campanhas de 2018 vai reservar mais de 60% da verba para os partidos que atualmente integram a base aliada do presidente Michel Temer.

Dos R\$ 3,5 bilhões previstos para custear candidaturas, R\$ 2,15 bilhões ficariam com as nove legendas que hoje têm assento na Esplanada dos Ministérios. O dinheiro viria de recurso previsto no Orçamento, 10% de emendas parlamentares em ano eleitoral e da redução de gastos com programas partidários, que seriam suspensos no primeiro semestre do ano da disputa.

Com o valor seria possível, por exemplo, construir quase 12 quilômetros de linhas de metrô, 17,5 mil casas populares ou pagar um mês e meio do Bolsa Família. Segundo Jucá, o montante ainda poderá ser corrigido a cada eleição com base na inflação.

A criação de um fundo eleitoral abastecido com dinheiro público está sendo articulada por dirigentes partidários como al-

ternativa à proibição do financiamento empresarial das campanhas. Pelas regras atuais, apenas pessoas físicas podem doar a candidatos e partidos. A ideia é que a proposta de Jucá seja incorporada na proposta de emenda à Constituição do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) que trata da reforma política. O texto, já aprovado no Senado, está em discussão na Câmara.

De acordo com a fórmula apresentada para dividir os R\$ 3,5 bilhões do novo fundo, 70% seriam partilhados de acordo com a bancada de cada partido na Câmara, 25% considerando as bancadas no Senado e 5% igualmente entre todos os partidos, que hoje são 35. Diferentemente da divisão do Fundo Partidário, a regra considera a bancada no fim do ano anterior ao

pleito e, para 2018, a bancada na data da promulgação de lei.

O acordo por um novo fundo ganhou fôlego após reunião na quinta-feira entre Jucá e presidentes de outros partidos, entre eles o ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, presidente licenciado do PSD, Tasso Jereissati (CE), presidente interino do PSDB, e José Agripino Maia (RN), presidente do DEM.

Ministro da Justiça não garante permanência de diretor da PF

'Não há nomes, e sim instituições', diz Torquato, que convocou a imprensa, mas não respondeu se Daiello fica no cargo

Carla Araújo / BRASÍLIA

Em um pronunciamento de menos de cinco minutos ao lado do diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, criticou ontem informações sobre a substituição do chefe da corporação, mas não garantiu sua permanência no cargo.

"Não há nomes, e sim instituições. Não estamos preocupados com personalidades, estamos comprometidos com a instituição", afirmou Torquato.

O Ministério da Justiça havia

informado que haveria uma entrevista coletiva para desmentir o que a pasta chamou de "boatos" sobre a saída do diretor-geral da PF do cargo. Os jornalistas, porém, não puderam fazer perguntas.

"O Ministério da Justiça e a Polícia Federal fazem questão de expressar à sociedade brasileira a sua absoluta harmonia na condução das duas instituições. O noticiário que está aí é, para usar um termo moderno, a pós-verdade, não corresponde à realidade", disse Torquato.

Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, em reunião com sindicalistas na quinta-feira, o ministro da Justiça disse que faz parte de seus planos trocar o diretor-geral da PF. Um dos nomes cotados para o cargo, segundo a reportagem publicada ontem, é o delegado Rogério Galloro,

que teria perfil mais político. A separação das atividades de polícia administrativa é criticada por sindicatos, que consideram que essas áreas controlam informações estratégicas.

'Harmonia'. O ministro afirmou ainda que ele e Daiello têm trabalhado "com a mais absoluta harmonia e camaradagem, ambos igualmente comprometidos com a instituição da PF".

O diretor-geral da PF também adotou um discurso no qual ressaltou a "perspectiva institucional". "Não é uma perspectiva pessoal", afirmou. Daiello disse que desde a posse do ministro da Justiça, há cerca de um mês, apresentou a pauta da PF ao novo titular da pasta.

Pela manhã, os dois se reuniram no Ministério da Justiça. O encontro ocorreu um dia depois



Juntos. Leandro Daiello e Torquato Jardim em Brasília

● **'Personalidades'**
"Não estamos preocupados com personalidades, estamos comprometidos com a instituição."

Torquato Jardim
MINISTRO DA JUSTIÇA

de a PF concluir que o áudio da conversa gravada por Joesley Batista, dono da JBS, com o presidente Michel Temer, em 7 de março, no Palácio do Jaburu, não sofreu alterações. O áudio, anexado ao inquérito da PF no qual Temer é investigado pelos crimes de corrupção passiva,

obstrução da Justiça e organização criminosa é uma das principais provas apresentadas por Joesley em sua delação.

A perícia na gravação feita pelo empresário era aguardada pela Procuradoria-Geral da República para a apresentação da acusação formal contra Temer, o que deve ocorrer nesta semana.

Ao assumir o Ministério da Justiça, pasta à qual a PF é subordinada, Torquato afirmou que não descartava mudanças no comando da corporação, responsável pela Lava Jato. Segundo ele, a permanência ou não de Daiello levaria três meses de "observações". O ministro também avisou que o efetivo da PF nas investigações dependerá do orçamento da corporação.

Torquato saiu da sala de entrevista sem responder às perguntas de jornalistas e deixou Daiello na mesa. O diretor da PF fez uma breve fala aos jornalistas, destacando que apresentou ao ministro uma pauta da instituição. Ele também saiu apressado sem responder às perguntas dos repórteres.

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

'Antagonistas'

OPERAÇÃO DITA EMBATE DE BARROSO COM GILMAR

Com bom trânsito entre colegas do STF, ministros protagonizam discussões sobre rumos da Lava Jato

Breno Pires / BRASÍLIA

A discussão acalorada entre os ministros Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso no julgamento da delação da JBS no Supremo Tribunal Federal (STF) expôs um confronto que nas últimas semanas já vinha se desenhando. Com posições antagônicas, os dois ministros têm protagonizado debates que podem influenciar os rumos da Operação Lava Jato.

Enquanto Gilmar lidera os questionamentos, com ressonância na política, ao modo de atuação do Ministério Público Federal, que estaria promovendo "abusos", Barroso surge como contraponto em defesa dos investigadores e dos meios de obtenção de provas, como os acordos de delação premiada.

No julgamento da semana passada, transmitido ao vivo pela TV Justiça, a oposição entre os dois ficou mais clara. Enquanto Barroso sustentava que a eventual invalidação de alguma prova obtida por meio de delação não pode levar à anulação de um acordo como um todo, Gilmar mostrou entendimento contrário. A partir daí, houve troca de farpas. Barroso insinuou que o colega, no futuro, tentará anular a delação da JBS e não estaria aceitando a derrota no julgamento. Gilmar afirmou que o ministro não deixava os outros votarem e deveria respeitar os posicionamentos.

Antes dessa discussão, Barroso já havia chamado de "corajoso, imparcial e bem-feito" o trabalho do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no início da sessão de julgamento. Era o primeiro sinal de oposição a Gilmar naquela tarde.



EPITACIO PESSOA/ESTADÃO-9/11/2012

DEBATE

“Se discute se não se tratou de uma ação controlada por parte do Ministério Público e não por parte do relator. Essa é uma questão que está posta no debate (...) Vamos dizer que se prove esse fato a posteriori...”

“Essa é a opinião de Vossa Excelência, deixa os outros votarem. (...) E respeite os votos dos outros.”
Gilmar Mendes
MINISTRO DO STF

“Eu acho que nós tiraremos a segurança jurídica do instituto da colaboração premiada se não definirmos isso e não dissermos qual é o papel do relator. Eu acho que é muito importante essa discussão.”

“Todo mundo sabe o caminho que isso vai tomar. Já estou me posicionando, sou contra.”
Luís Roberto Barroso
MINISTRO DO STF



DEIDA SAMPAIO/ESTADÃO-27/12/2014

Dos questionamentos às “alongadas prisões preventivas” e ao que considera “abusos” de autoridades da Lava Jato, Gilmar, nas últimas semanas, chegou a afirmar que há “motivos espúrios” na abertura de inquéritos e disse que “expandiu-se demais a investigação, além dos limites”. Passado o impeachment, o ministro tem defendido a estabilidade institucional, como apregoou no julgamento da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Barroso, por outro lado, apontou como essencial a firmeza no combate à impunidade e defendeu a depuração do Estado brasileiro. Diz que o Brasil é um “País de compadrio e de conciliações

por cima”, bem como de “ricos delinquentes”. Uma das respostas nas entrelinhas que ele vem dando a Gilmar é a rejeição à ideia promovida pelo colega de que a Lava Jato está tornando o Brasil um “Estado policial”.

“Nem eu, nem ninguém no Supremo deseja um Estado policial. Nós queremos um Estado democrático de Direito. Nós estamos tentando refundar o Estado brasileiro sobre este Estado feio e desonesto no qual estamos vivendo ainda hoje”, disse Barroso, em discurso em home-

nagem ao ex-ministro Joaquim Barbosa, a quem enalteceu pela condução da Ação Penal 470 (mensalão), que apontou como inspiração da Lava Jato.

Divergência. Gilmar e Barroso divergem sobre a atual jurisprudência do Supremo que permite a decretação da prisão após a condenação em segunda instância. Enquanto o primeiro já se manifestou a favor de revisar essa medida, Barroso afirmou que não é momento para rever o entendimento fixado pelo STF.

Conhecidos como os dois principais constitucionalistas da Corte, eles têm em comum bom trânsito entre os ministros e habilidade na costura de apoio aos seus entendimentos.

Foi proposta por Barroso a limitação à aplicação do foro privilegiado aos crimes cometidos por autoridades no cargo e em razão da função exercida. A resistência inicial de ministros como Marco Aurélio Mello foi superada no julgamento dessa questão de ordem, em que ele próprio, após conversar com Barroso, convenceu-se e foi um dos quatro ministros que votaram pela proposta de Barroso em 31 de maio.

O julgamento foi suspenso após pedido de vista de Alexandre de Moraes. A Corte caminha para aprovar o entendimento, do qual Gilmar discorda. / COLABOROU ISADORA PERON

Facebook.
Curta a página da Política
facebook.com/politicaestadao

Base aliada teria 60% de fundo eleitoral

Dos R\$ 3,5 bi em recursos públicos previstos para custear as eleições de 2018, nove siglas com assento na Esplanada ficariam com R\$ 2,15 bi

BRASÍLIA - A proposta apresentada pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), de criar um fundo eleitoral com dinheiro público para financiar as campanhas de 2018 vai reservar mais de 60% da verba para os partidos que atualmente integram a base aliada do presidente Michel Temer.

Dos R\$ 3,5 bilhões previstos para custear candidaturas, R\$ 2,15 bilhões ficariam com as nove legendas que hoje têm assento na Esplanada dos Ministérios. O dinheiro viria de recurso previsto no Orçamento, 10% de emendas parlamentares em ano eleitoral e da redução de gastos com programas partidários, que seriam suspensos no primeiro semestre do ano da disputa.

Com o valor seria possível, por exemplo, construir quase 12 quilômetros de linhas de metrô, 17,5 mil casas populares ou pagar um mês e meio do Bolsa Família. Segundo Jucá, o montante ainda poderá ser corrigido a cada eleição com base na inflação.

A criação de um fundo eleitoral abastecido com dinheiro público está sendo articulada por dirigentes partidários como alternativa à proibição do financiamento empresarial das campanhas. Pelas regras atuais, apenas pessoas físicas podem doar a candidatos e partidos. A ideia é que a proposta de Jucá seja incorporada na proposta de emenda à Constituição do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) que trata da reforma política. O texto, já aprovado no Senado, está em discussão na Câmara.

De acordo com a fórmula apresentada para dividir os R\$ 3,5 bilhões do novo fundo, 70% seriam partilhados de acordo com a bancada de cada partido na Câmara, 25% considerando

as bancadas no Senado e 5% igualmente entre todos os partidos, que hoje são 35.

Diferentemente da divisão do Fundo Partidário, a regra considera a bancada no fim do ano anterior ao pleito e, para 2018, a bancada na data da promulgação de lei.

O acordo por um novo fundo ganhou fôlego após reunião na quinta-feira entre Jucá e presidentes de outros partidos, entre eles o ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, presidente licenciado do PSD, Tasso Jereissati (CE), presidente interino do PSDB, e José Agripino Maia (RN), presidente do DEM.

Críticas. Com base nas bancadas atuais, a proposta de Jucá faria com que seu partido recebesse a maior fatia do bolo – cerca de R\$ 550 milhões – dos R\$ 3,5 bilhões previstos para o fundo eleitoral.

Esse é um dos motivos pelos quais a proposta tem recebido críticas, em especial do PT. O partido da oposição, no entanto, de acordo com a proposta, teria

mais recursos do fundo do que o PSDB, aliado do governo Michel Temer. Seriam quase R\$ 380 milhões para os petistas, ante cerca de R\$ 343 milhões para tucanos.

O líder do PT na Câmara, deputado Carlos Zarattini (SP), criticou a divisão. “A proposta do Jucá quer favorecer o PMDB. O ideal é ter como base o número de votos nas últimas eleições. Do jeito que está, a eleição de um deputado no Acre terá o mesmo peso de um eleito em São Paulo, que precisa de muito mais votos para se eleger”, afirmou o petista.

Zarattini criticou o teto de gasto proposto, de 70% da campanha mais cara na disputa de 2014, quando ainda era permitido o financiamento empresarial. Naquele ano, foram gastos R\$ 5,36 bilhões nas campanhas em todo o País, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O valor, porém, pode ser menor, pois considera recursos doados entre candidatos que são computados como despesa duas vezes. “É um absurdo você querer financiamento público e

colocar limites tão altos como o que se está querendo, com base no financiamento privado. O financiamento público é para igualar gastos”, disse o petista.

Reforma. Para o cientista político e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marco Antônio Carvalho Teixeira, apesar de ser necessária uma alternativa à regra atual, que ele trata como “paliativa”, é preciso antes rediscutir o modelo político do País. “Sem mexer na atual estrutura não há como discutir fundo. Antes, é preciso repensar este universo em que há 35 partidos”, afirmou. “A coisa mais difícil é se fazer reforma em meio à crise. É feito de afogadilho, sem um debate”, disse.

O professor da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) José Paulo Martins Junior afirmou que o problema é o fato de políticos serem responsáveis por definir as “regras do jogo”. “O ideal é que houvesse a participação de grupos da sociedade, que possam debater, discutir de forma aberta as regras do jogo.”

DIVISÃO

■ PARTIDOS DA BASE DO GOVERNO MICHEL TEMER

| | | | | | |
|------|-----------------|---------|----------------|------|----------------|
| PMDB | R\$ 548 milhões | PC do B | R\$ 73 milhões | PSL | R\$ 14 milhões |
| PT | R\$ 379 milhões | PODE | R\$ 67 milhões | PRP | R\$ 10 milhões |
| PSDB | R\$ 343 milhões | PSC | R\$ 63 milhões | PMB | R\$ 10 milhões |
| PP | R\$ 305 milhões | PPS | R\$ 63 milhões | PMN | R\$ 5 milhões |
| PSB | R\$ 252 milhões | PV | R\$ 62 milhões | PSTU | R\$ 5 milhões |
| PSD | R\$ 236 milhões | PHS | R\$ 38 milhões | PCB | R\$ 5 milhões |
| PR | R\$ 234 milhões | REDE | R\$ 35 milhões | PRTB | R\$ 5 milhões |
| DEM | R\$ 187 milhões | PSOL | R\$ 34 milhões | PSDC | R\$ 5 milhões |
| PRB | R\$ 126 milhões | PT do B | R\$ 24 milhões | PCO | R\$ 5 milhões |
| PDT | R\$ 117 milhões | PROS | R\$ 24 milhões | PPL | R\$ 5 milhões |
| PTB | R\$ 108 milhões | PEN | R\$ 19 milhões | NOVO | R\$ 5 milhões |
| SD | R\$ 77 milhões | PTC | R\$ 16 milhões | | |

OB.: CÁLCULO FEITO COM BASE NAS BANCADAS ATUAIS DE CADA PARTIDO

Novos projetos para a Amazônia estão ameaçados

Brasil só terá este ano US\$ 35 milhões da Noruega para fundo ambiental, o que deve deixar País sem recursos para 19 planos hoje sob análise ou consulta

Jamil Chade

CORRESPONDENTE / GENEBRA

Diante de um corte inédito de apoio financeiro da Noruega ao Brasil por causa do desmatamento florestal, a parcela de recursos que será enviada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2017 por Oslo não será suficiente sequer

passará ao Brasil.

Para calcular o repasse de apenas US\$ 35 milhões, a Noruega considerou a taxa de desmatamento. Quanto maior ela for, menor o dinheiro liberado. Por um acordo de 2008, a Noruega destinou já US\$ 1,1 bilhão ao Brasil, para um fundo do BNDES. Mas outros US\$ 500 milhões ainda seriam enviados até 2020.

para atender a todos os novos projetos em consideração pelo governo para o Fundo da Amazônia.

O Estado apurou que, no total, o Brasil receberá no máximo US\$ 35 milhões em 2017, um valor muito menor do que a média de US\$ 110 milhões enviados anualmente. Os dados são do Ministério do Meio Ambiente da Noruega. O corte, que che-

ga a R\$ 250 milhões, terá um impacto real nos programas ambientais e de preservação.

O Fundo, que é administrado pelo BNDES, tem até agora em 2017 apenas três projetos aprovados. Mas outros 19 estavam sob análise ou em consultas. No total, para que fossem aprovados, o fundo precisaria desembolsar US\$ 175 milhões, cinco vezes o valor que a Noruega re-

O banco diz que metade do dinheiro que tem do Fundo da Amazônia já está comprometido e o restante ainda poderia ser usado. Mas fontes dentro do Ministério do Meio Ambiente admitem que tal lógica vale apenas para aqueles programas já aprovados, uma vez que muitos deles ainda precisam receber parcelas que são liberadas anualmente.

Repasse zero. O risco seria para as novas iniciativas, que podem ser engavetadas até que os recursos voltem. Os problemas, porém, podem ser ainda mais profundos nos próximos anos, se o desmatamento continuar. O governo norueguês indicou que o pagamento pode simplesmente desaparecer em 2018 ou 2019 – se o País não atingir as metas de redução.

Sarney culpa gestão Dilma por desmate

Luci Ribeiro / BRASÍLIA

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, atribuiu ontem ao governo do PT a culpa pelo corte do repasse financeiro que a Noruega fará ao Fundo da Amazônia. “O desmatamento que aumentou é fruto da gestão passada, não é fruto da nossa gestão”, disse em coletiva de imprensa que convocou para esclarecer o que chamou de “mal entendido da imprensa”.

Sarney Filho ressaltou que o valor menor de recursos é resultado de “cálculo matemático”, não depende de “vontade política” da Noruega e não representa “nenhuma retaliação” ao governo de Michel Temer, que, segundo o ministro, tem investido no meio ambiente. “Não houve nenhum retrocesso na área.”

Sarney Filho destacou que o desmatamento no Brasil ainda é contido principalmente por operações de comando e con-

trole, executadas principalmente por Ibama e ICMBio, que estavam sem ação efetiva por falta de orçamento. “Quando assumimos o ministério, os órgãos de fiscalização estavam com seus orçamentos defasados. O desmatamento estava em curva ascendente. As operações de controle estavam devagar, quase não existiam mais.”

Gestão Dilma. Ministra do Meio Ambiente na gestão Dilma Rousseff, a bióloga Izabella Teixeira refutou as críticas feitas por Sarney Filho. Ao Estado, ela disse que “nunca cortou” a fiscalização do Ibama e defendeu que o motivo pelo qual a Noruega decidiu reduzir repasses envolve não só alta do desmatamento, mas também retrocessos ambientais no País. Ela cita como exemplo ações da bancada ruralista no Congresso para flexibilizar o licenciamento ambiental e a redução de unidades de conservação. Para Izabella, isso passou um sinal de “liberou geral”, que teria sido mal visto pelos noruegueses. “E o problema é maior, precisava de uma Lava Jato para a Amazônia para enfrentar a corrupção associada ao desmatamento.”/ COLABOROU GIOVANA GIRARDI

Custo de vida. Estimativas são de queda de 0,07% no IPCA este mês, por conta de uma convergência de fatores como a grande safra agrícola e o recuo no preço dos combustíveis: para analistas, com a inflação tão baixa, corte de juros precisa ser acelerado

Brasil pode registrar este mês sua primeira deflação desde 2006

Douglas Gavras

O Brasil pode registrar este mês sua primeira deflação em 11 anos. Analistas ouvidos pelo Banco Central no Boletim Focus projetam para junho uma queda de 0,07% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial de inflação do País. O próprio BC prevê uma queda de 0,1% no indicador. Seria a primeira deflação mensal desde o -0,21% registrado em junho de 2006.

Com o País mergulhado em uma crise política e ainda com dificuldade para retomar o nível de atividade, depois de uma profunda recessão, a inflação em queda é talvez o dado mais positivo no cenário econômico. As estimativas são de que o IPCA feche o ano abaixo dos 4,0% (centro da meta perseguida pelo BC é de 4,5%). E inflação baixa é o principal combustível para a queda da taxa de juros no País – ainda uma das mais altas do mundo.

Para economistas, porém, a deflação de junho, se confirmada, não deve se repetir nos próximos meses. “A deflação esperada para junho é muito pouco para dar um parâmetro da situação econômica. A economia ainda anda cambaleante, mas o que se tem agora é uma sazonalidade, que ajuda bastante o mês de junho. Ao se olhar para a série mensal, esse mês sempre apresenta uma das taxas mais baixas”, diz o economista Flavio Romão, da LCA Consultores. Segundo ele, a inflação tende a voltar a subir, principalmente ao longo do último quadrimestre, e deve fechar o ano em 3,9%.

Fatores. A avaliação dos analistas é que a queda esperada para este mês vem de uma convergência de fatores, como a baixa pressão dos preços dos alimentos, fruto do clima mais ameno desde o fim do ano passado, e dos bons resultados das safras agrícolas, além de um câmbio mais apreciado. Também pesa a redução dos preços de combustíveis pela Petrobrás e a mudança da bandeira tarifária de energia – de vermelha, mais cara, para verde. Além, claro, da conjuntura ruim, com atividade econô-

mica fraca e desemprego alto, o que inibe o consumo. A combinação de fatores também pode fazer com que a inflação medida pelo IGP-M (Índice

General de Preços – Mercado) em 12 meses até junho registre deflação. Se a tendência se confirmar, será a primeira deflação acumulada em 12 meses pelo indicador desde 2010, quando o recuo foi de 0,66%. O índice é usado, sobretudo, como referência na hora de reajustar contratos, como os de aluguel.

“Esse patamar (*mais baixo*) de inflação que estamos testemunhando agora já era esperado. Os resultados elevados do ano passado, quando a economia sangrava, mas a inflação continuava lá, resistente, é que eram fora do normal”, avalia o economista Heron do Carmo, da FEA-USP. Heron defende, por conta disso, que o BC não deveria perder a oportunidade histórica de reduzir a meta de inflação para 4,25% já no ano que vem. “Mesmo que seja uma medida extraordinária e agora seja o momento em que normalmente é definida a meta para 2019, não seria a primeira vez que a revisão seria antecipada”, disse. Se-

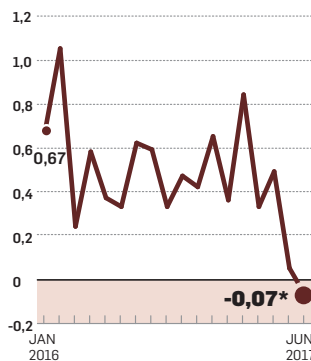
PREÇO COMPORTADO

● País deve ter primeira deflação em 11 anos

Evolução da inflação IPCA

EM PORCENTAGEM

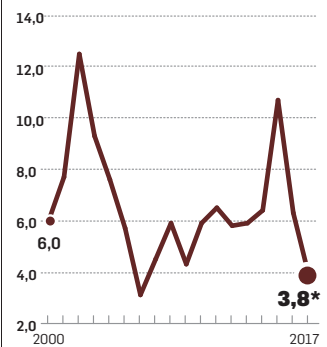
Mensal



*ESTIMATIVA

FONTES: IBGE E BANCO CENTRAL

Anual



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

ômica fraca e desemprego alto, o que inibe o consumo. A combinação de fatores também pode fazer com que a inflação medida pelo IGP-M (Índice

gundo ele, “isso sinalizaria o reconhecimento do esforço que foi feito pelo País para chegarmos até aqui”.

“Não somos um daqueles países em que há registro de inflação alta num ano e de queda nos preços no ano seguinte e isso não chama a atenção de ninguém. O Brasil lutou contra a inflação por mais de 50 anos. A memória da inflação alta tem pouco mais de 20 anos. Ela pode estar adormecida na cabeça da maioria das pessoas, mas aquele tempo de histeria nos preços faz parte da nossa história.”



NA WEB

Celso Ming. Até BC está surpreso com inflação

estadao.com.br/e/análise

Ritmo de alta dos preços dos serviços perde fôlego

Pág. B3

Preços dos serviços sucumbem à crise

Ritmo de alta dos preços do setor vem perdendo fôlego, e previsão é que fechem o ano com alta de 4,9%, que seria a menor desde 2000

Douglas Gavras

Rossano Iaconelli nem consegue se lembrar da última vez em que usou a placa de “Não há vagas” no estacionamento que administra desde 1996 na Avenida Paulista, região nobre e cercada por escritórios em São Paulo. “Muitas empresas fecharam, quem tinha trocado a sala comercial por um endereço compartilhado, para cortar custos, também não aguentou. Dois concorrentes fecharam recentemente e nem assim meu movimento cresceu. Está bem difícil, não é hora de mexer no preço.”

Na mesma avenida, o estacionamento de Danilo Scatolini teve de transformar o preço da primeira hora no total cobrado pelo dia inteiro. “Mesmo com todo o esforço, a frequência

caiu 50%, no mínimo. A gente nem consegue ganhar o suficiente para pagar o aluguel e os custos trabalhistas, estamos no vermelho. Este estacionamento existe há mais de 40 anos, mas, se continuar assim, não vamos durar muito mais tempo.”

Nos últimos meses, os preços dos serviços deram, enfim, sinais de que também sucumbiram à recessão. Em maio, o IPCA registrou alta de apenas 0,05% nos serviços e, em 12 meses, essa inflação foi recuando de 6,05% em março para 5,96% em abril e 5,62% em maio. Para o IBGE, esse índice é mais resistente porque parte dele vem da indexação de contratos, que tende a perder força de alta à medida que a inflação arrefece.

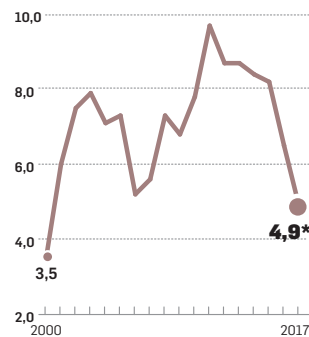
“Os preços continuaram subindo, não dá para esperar uma deflação nessa categoria, mas o

FORA DE SERVIÇO

● Reajuste menor do IPCA desde 2000

Inflação anual de serviços

EM PORCENTAGEM



*ESTIMATIVA DA LCA

FONTE: BANCO CENTRAL INFOGRÁFICO/ESTADÃO

AMANDA PEROBELLI/ESTADÃO



Há vagas. Rossano Iaconelli, dono de um estacionamento em SP, evita mexer nos preços

ritmo de alta dos serviços perdeu mesmo fôlego”, diz o economista Fabio Romão, da LCA Consultores. “No ano passado, o IPCA para os serviços subiu 6,5% e já comemoramos. Agora, nossa previsão é de alta de 4,9%, a menor desde o ano 2000.”

Margem. Para compensar a baixa demanda do consumidor, reflexo da crise, o comerciante muitas vezes prefere ver sua margem de lucro reduzida a cobrar mais dos clientes, e a falta de reajuste nos preços já pode ser sentida pelo brasileiro.

Quando a cabeleireira Maria Gorete de Oliveira abriu seu salão de beleza na zona sul de São

Paulo, em julho de 1993, um exemplar do **Estado** custava Cr\$ 30 mil (cruzeiros) em uma banca de São Paulo – o dobro do que era cobrado três meses antes. “Eu tinha de mexer nos preços o tempo todo. Qualquer descuido, acabaria no prejuízo. Olhando para trás, parece até outro mundo.”

Da época em que a alta da inflação era uma conversa recor-

rente entre as clientes do salão, só ficou a memória. “Não consigo aumentar os valores desde o começo do ano, não quero correr o risco de perder movimento. Fiz pacotes promocionais, dei desconto no corte, no alisamento, mas nem assim deixei de perder clientes”, diz Maria.

Para o professor da PUC-Rio José Marcio Camargo, a inflação de serviços é resistente porque as empresas só conseguem reduzir o salário nominal dos funcionários em uma negociação coletiva. “O custo é reduzido quando o funcionário é demitido e outro é colocado no lugar por um salário menor, mas esse impacto demora para chegar até o consumidor.”



NA WEB

Vídeo. Empresário não consegue reajustar preços

estadao.com.br/e/restaurante

Deflação segura reajuste de contratos

Preço de aluguel e mensalidades escolares devem subir menos com inflação negativa em junho; para consumidor, fica mais fácil barganhar

A queda mais forte da inflação em 2017 deve beneficiar os consumidores no momento de negociar o reajuste de preços de contratos de serviços, como aluguel e mensalidades escolares. No caso dos investimentos que têm parte de sua rentabilidade atrelada à inflação, as taxas prefixadas que compõem a rentabilidade prometida devem compensar o recuo do índice.

No caso dos contratos, o efeito não deve ser sentido imediatamente, uma vez que consideram o comportamento dos índices em um período de 12 meses para o reajuste. Especialistas veem espaço, porém, para o consumidor barganhar descontos, principalmente nos contratos de aluguel. “A deflação esperada para junho pode ajudar a reduzir o tamanho do reajuste desse contrato no futuro”, explica a economista do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Ione Amorim. “Se num período de 12 meses houver variação negativa do índice em um deles, o avanço acumulado

será menor”, afirma.

No acumulado dos últimos 12 meses até maio, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, aumentou 3,60%. Já o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e usado em boa parte dos contratos de aluguel, o avanço em igual período foi de 1,57%, apesar da deflação vista em maio e abril.

A economista do Idec explica que a natureza desses tipos de contrato, de prestação contínua de um serviço, não prevê o reajuste “para baixo”. Se o resultado acumulado em 12 meses fosse negativo, por exemplo, os preços ficariam estáveis, em teoria.

No caso dos aluguéis, no entanto, a possibilidade de barganhar um preço mais baixo não se dá exatamente por causa da trégua da inflação, mas pela crise no mercado imobiliário. Economista da FGV, Fábio Gallo explica que o momento favorece o consumidor, pois os proprietários de imóveis estão mais dispostos a negociar para

não ficarem com os imóveis vazios.

Dados da plataforma VivaReal, que reúne imóveis para locação e venda, apontam que, em maio, o preço nominal médio do metro quadrado para aluguel na capital paulista atingiu R\$ 35,34, valorização nominal de 0,1% em comparação com o mesmo período de 2016 (R\$ 35,29). Em relação a abril deste ano (R\$ 35,09), o incremento foi de 0,7%.

Em contratos como telefone, internet e TV por assinatura, os reajustes consideram indicadores diferentes, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que teve variação de 3,35% nos últimos 12 meses até maio. Já no segmento dos planos de saúde, que vêm registrando reajustes na casa dos dois dígitos, o custo de itens setoriais, como medicamentos, acabam sendo a referência para estabelecer os preços dos contratos.

Investimentos. O recuo da inflação provoca dúvidas também em relação a investimentos. “Para um

investidor sem muito conhecimento, a primeira intuição é que, se a inflação dá negativa, o título também pode render negativo ou muito baixo”, afirma Sandro Baroni, gerente de Preços e Índices da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Um estudo feito pela associação, no entanto, mostrou que, em 2006, quando houve o último registro de deflação no mês de junho, a rentabilidade de títulos do Tesouro Direto indexados ao IPCA ficou positiva.

Isso ocorreu em razão da composição das taxas desses papéis – em parte prefixadas, em parte corrigidos pela inflação. Assim como a parte prefixada acabou compensando o resultado negativo da inflação no passado, o mesmo deve ocorrer neste mês, explica Baroni. Ele ressalta porém, que o investidor que resgata um título público antes do prazo pode ter rentabilidade menor pela oscilação do índice.



Imóveis. Crise do mercado imobiliário e trégua na inflação favorecem o consumidor na hora de negociar o aluguel

FELIPE RAU/ESTADÃO - 19/8/2016

PRESTE ATENÇÃO

1 Caso o resultado do índice de inflação acumulado em 12 meses seja negativo, os preços dos contratos de aluguel, por exemplo, ficam estáveis. A natureza desses contratos, de prestação contínua de um serviço, não prevê o reajuste “para baixo”.

2 Em contratos como os de telefone, internet e TV por assinatura, os reajustes consideram outros índices, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que teve variação de 3,35% nos últimos 12 meses até maio.

3 Nos planos de saúde, que vêm registrando reajustes na casa dos dois dígitos, o custo de itens setoriais, como medicamentos, acabam sendo a referência para estabelecer os preços dos contratos.

Estatais de energia podem atrair R\$ 30 bi

Nova onda de privatização de ativos de empresas como Cesp, CEB, Cemig e CEEE mobiliza investidores nacionais e estrangeiros

Renée Pereira
Monica Scaramuzzo

Uma nova onda de “privatização” começa a ser colocada em curso no setor elétrico brasileiro, num movimento que pode atrair quase R\$ 30 bilhões, apurou o ‘Estado’. Do ano passado para cá, estatais de vários Estados iniciaram processo para vender ativos de geração, transmissão e distribuição de energia. A lista inclui Cemig, de Minas Gerais; Cesp, de São Paulo; Copel, do Paraná; CEB, do Distrito Federal; e CEEE, do Rio Grande do Sul; além da companhia federal Eletrobrás.

Na outra ponta estão investidores tradicionais do setor e estrangeiros com elevada liquidez que querem estreitar ou aumentar a participação no País. Há, pelo menos, uma dúzia de multinacionais avaliando os negócios no setor, como as canadenses Hydro Quebec e os fundos CPPIB, Ontario Teachers e British Columbia; as europeias Iberdrola, Enel e Terna; e as chinesas State Grid, Huadian, China Three Gorges (CTG), State Power (SPIC), China Investment Corporation (CIC) e China Southern Grid. Entre as nacionais, a Equatorial é apontada como consolidadora.

“Há ativos muito interessantes na mesa. O investidor que comprá-los terá a vantagem de adquirir negócios maduros, com licenças ambientais aprovadas e demanda cativa”, diz Alexandre Bertoldi, sócio-gestor do Pinheiro Neto Advogados. O portfólio é diversificado, inclui pequenos e grandes empreendimentos, mais ou menos rentáveis, em várias partes do Brasil.

“O setor elétrico caminha para um modelo de controle majoritário da iniciativa privada.



Licitação. Governo de São Paulo espera realizar leilão de concessão da Cesp até setembro

Não há mais necessidade de o Estado ficar à frente dos investimentos, como ocorria antes com a Eletrobrás”, avalia o professor da UFRJ Nivalde Castro.

Saída. Apesar de enfrentar resistência por parte da sociedade, a venda dos ativos estatais virou a única alternativa para as empresas – ou Estados – sanarem suas contas. Nos tempos de bonança, muitas dessas compa-



NA WEB
Belo Monte. State Grid vai tocar linha de transmissão

estadao.com.br/e/china

nhias investiram pesado em novos empreendimentos e se endividaram. No meio do caminho, sofreram o impacto da renovação das concessões, que reduziu o fluxo de caixa de muitas delas e provocou um descompasso entre dívidas e receitas. Hoje, na maior recessão da história do País, elas fazem o movimento inverso para reduzir seu tamanho.

A Cemig, de Minas Gerais, é um exemplo dessa tendência. Investiu nos maiores projetos do setor, como as Hidrelétricas Belo Monte e Santo Antônio, que agora estão à venda. Na semana passada, anunciou também a venda da Light – uma das maiores (e mais problemáticas) distribuidoras de energia do País. O portfólio de ativos à venda da empresa soma algo

em torno de R\$ 6,5 bilhões.

Dívida. “Além do alto (e caro) endividamento, a Cemig sofreu com o fim das concessões de quatro hidrelétricas, que estabeleceu uma nova relação entre dívidas e receitas”, diz Castro. As quatro usinas (Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande) serão leiloadas pelo governo federal até 30 de setembro – prazo estabelecido também para licitar os ativos da Cesp, de São Paulo, que é assessorada pelo banco Fator.

São três usinas com capacidade de 1,6 mil megawatts (MW) de potência, sendo a principal a Hidrelétrica Porto Primavera. O governo de São Paulo pretende levantar cerca de R\$ 2 bilhões com a venda dos 40% de

participação na empresa, mas o negócio pode somar R\$ 4,7 bilhões, se considerada a venda dos acionistas minoritários. O entrave à privatização é que a licitação das usinas vence em breve (a de Porto Primavera em 2028). Na mesa, apurou o Estado, está a proposta de o potencial investidor levar os ativos e renegociar a renovação das concessões depois. O governo e o Fator não se pronunciaram.

Outro Estado que tenta vender seus ativos de energia é o Rio Grande do Sul, que vive uma grave crise financeira. A venda das estatais é uma condicionante para o governo conseguir entrar no Programa de Recuperação Fiscal. Mas, para privatizar a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), será preciso ter o aval da população por meio de plebiscito.

Enquanto isso, o governo faz a avaliação do preço dos ativos de geração e transmissão para verificar a viabilidade de venda, afirma o secretário de energia do Estado, Artur Lemos Júnior. A empresa detém participação de 64% em 5,8 mil km de linhas de transmissão e 15 usinas. O negócio pode envolver entre R\$ 1,1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão, sem considerar a distribuidora de energia, cujo resultado tem sido deficitário.

Fontes do mercado afirmam que todos os ativos à venda têm aguçado o apetite dos investidores, apesar do momento turbulento que o País atravessa. “O momento certo para investir são momentos como os de hoje, em que os ativos estão baratos”, afirma o diretor-geral do escritório Alvarez & Marsal, Luis De Lucio. Atualmente, diz ele, há vendedor interessado e precisando vender os ativos e grandes investidores com liquidez querendo entrar no Brasil.

À VENDA

● Cemig

A estatal mineira anunciou pacote de desinvestimento que inclui as hidrelétricas Santo Antônio, Belo Monte, o braço de transmissão Taesa e a distribuidora de energia do Rio Light.

● Cesp

O governo de São Paulo anunciou a venda de sua participação na estatal em leilão que deverá ocorrer até setembro. A Cesp detém a concessão das hidrelétricas Porto Primavera, Paraibuna e Jaguari.

● Copel

Depois de ampliar a participação em projetos localizados em todo o País, como linhas de transmissão e parques eólicos, a nova gestão da estatal do Paraná vai fazer uma revisão do portfólio e focar em projetos na região.

● CEB

A Companhia Energética de Brasília quer vender as participações nas usinas Lajeado, Corumbá III, Queimado, entre outros. Objetivo é usar recursos na CEB Distribuição.

● CEEE

Governo do Rio Grande do Sul aguarda plebiscito para poder vender distribuidora; enquanto isso, avalia preços de ativos de geração e transmissão.

● Eletrobrás

Estatal federal vai vender seis distribuidoras no Norte e Nordeste e participações em empresas.

● União

Governo federal vai leiloar até o dia 30 de setembro as hidrelétricas Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande.





Após ‘invasão’ chinesa, elétricas atraem investidores maduros

Quando a chinesa State Grid anunciou no ano passado a compra da CPFL, uma das maiores companhias privadas de energia do Brasil, as apostas do mercado indicavam para um novo movimento de consolidação do setor, ancorado por investidores asiáticos. O apetite chinês continua forte pelos ativos brasileiros, mas agora eles têm a companhia de outros interessados.

Investidores espanhóis, italianos, ingleses e canadenses estão olhando ativamente negócios no País. É o caso do fundo do investidor britânico Guy Saxton, o Brazil Iron, que está disposto a injetar £ 1 bilhão no País em ativos de transmissão da estatal Eletrobrás. O advogado Gustavo Buffara Bueno, sócio do escritório Buffara Bueno, que representa o investidor, afirma que o fundo aguarda o

levantamento de valores dos ativos da estatal, que é assessorada pelo BTG Pactual.

Com forte liquidez e precisando dar retorno para os cotistas, os fundos de pensão e de investimentos estão gastando alguns milhões de reais no País para mapear as oportunidades. “Eles estão olhando de tudo, seja para comprar ou para emprestar”, afirma o diretor-geral do escritório Alvarez & Marsal, Luis De Lucio.

A lista de potenciais investidores em ativos elétricos inclui ainda a estatal canadense Hydro Quebec, apontada como uma das interessadas na Companhia Energética de São Paulo (Cesp), apurou o **Estado**. Em nota, a canadense informou que procura adquirir ativos de energia ou participações em empresas do setor fora do país. A estatal diz que está analisando

várias oportunidades, sem detalhar que ativos estão no radar.

Uma das maiores protagonistas em aquisições no País, ao lado da chinesa State Grid, a gestora canadense Brookfield também avalia negócios de energia, mas no segmento de renováveis. A gigante, que tem sob gestão US\$ 250 bilhões em ativos no mundo, é a maior operadora independente de pequenas centrais hidrelétricas do Brasil. Procurada, a empresa não comentou o assunto.

Abertura. Embora o assédio por ativos de energia esteja grande, fontes do mercado não descartam que parte dos negócios nas mãos do governo e até do setor privado optem pela abertura de capital para levantar recursos. A decisão, porém, depende da melhoria do ambiente econômico. **/R.P. e M.S.**

Presidente da Eletrobrás será acionado na Justiça

RIO

A Associação dos Empregados da Eletrobrás (AEEL) vai recorrer ao Judiciário e à Comissão de Ética Pública após recentes declarações do presidente da companhia, Wilson Ferreira Junior. O executivo chama de “va-

gabundos” e “safados” gerentes da estatal em áudios divulgados com exclusividade pelo **Estado/Broadcast**.

“A AEEL e sindicatos desconhecem a existência, no corpo funcional na Eletrobrás, de empregados vagabundos, safados ou inúteis, que ganham entre R\$ 30 mil e R\$ 40 mil, como exposto pelo presidente da Eletrobrás”, diz a entidade em nota.

A associação destaca que só gerentes têm como benefício garagem, secretária e celular corporativo e que as indicações ge-

renciais passam pela aprovação formal do presidente e diretores.

A AEEL informa que em dezembro de 2016 a empresa implantou um processo de reestruturação, permanecendo apenas cerca de 100 posições gerenciais. “Sendo assim, cabe ao presidente Wilson Pinto Jr, identificar e divulgar internamente, quais se enquadram nos termos usados (vagabundos, safados ou inúteis)”, diz a nota.

/MARIANA SALLOWICZ E FERNANDA NUNES

**ELIANE
CANTANHÊDE**

E-MAIL: ELIANE.CANTANHEDE@ESTADAO.COM
 TWITTER: @ECANTANHEDE
 ELIANE CANTANHÊDE ESCREVE ÀS TERÇAS E
 SEXTAS-FEIRAS E AOS DOMINGOS

De prontidão

Se Guilherme Boulos se afirma à esquerda e nos movimentos sociais, um outro personagem cresce à direita e no coração do governo em Brasília: o general de Exército (último posto da hierarquia militar) Sérgio Etchegoyen, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), com sala no Planalto e presença certa em reuniões estratégicas.

Com Temer enfrentando batalhas de vida ou morte, os ministros políticos tentando sobreviver à Lava Jato, os econômicos guerreando contra a crise e o comandante do

Exército doente, Etchegoyen está cada vez mais forte. Informação vale ouro, quem tem informação tem poder e o GSI controla a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), filha encabalada do SNI de péssima memória. Logo, ele sabe das coisas, e sabe a seu jeito.

O GSI substituiu a Casa Militar e esteve sempre sob comando de generais, mas a convivência entre presidentes e eles oscila entre trocas de gentileza estéreis e ostensivo descaso. FHC, filho, neto e bisneto de militares, respeitava o general Alberto Cardoso. Lula dava dois tapinhas nas costas no general Jorge Felix e depois jogava no lixo, sem

ler, seus relatórios. Dilma desprezava abertamente o trabalho do general José Elito e, por fim, extinguiu o GSI nos estertores do seu governo.

Ao assumir, Temer tinha a determinação de recuperar a “normalidade” nas relações com o Congresso, os agentes econômicos, as Forças Armadas e a mídia. Não pensou duas vezes ao reativar o GSI e nomear para sua chefia um militar respeitado e com um sobrenome de grande reverberação no Exército.

Boulos se afirma à esquerda, Etchegoyen cresce à direita em Brasília

Etchegoyen vem de uma área e de uma família para as quais a esquerda, não sem motivos, torce o nariz, mas ele se movimenta bem na área política e não teme jornalistas, entrevistas ao vivo, questões espinhosas. É tido como equilibrado, legalista, um bom-

beiro no circo pegando fogo. É assim que participa, muito à vontade, das reuniões – e decisões – de cúpula do governo Temer.

Atribui-se a ele a defesa do Congresso, da política e da distinção do “joio e do trigo”: punição diferenciada para os efetivamente corruptos e para os que usaram as regras do jogo, como o caixa 2, mas não enriqueceram com a política. Diz-se também que ele torce contra a prisão de Lula, em nome da preservação da instituição Presidência da República e pelo impacto interno e externo que poderia ter.

Consta que Etchegoyen é quem avalia a troca ou não do diretor-geral da PF, Leandro Daiello. Ele nega. Consta que assumirá o Comando do Exército, caso seu amigo, o prestigiado general Eduardo Villas Boas, decida voltar para casa. Ele nega. Consta que pôs a Abin a bisbilhotar os telefones do ministro Edson Fachin. Ele nega. E consta que ele está cada vez mais poderoso. Ele nega veementemente. Mas... só o

fato de ter de negar tantas coisas ao mesmo tempo já diz muito.

Na superfície, bons exemplos de sua força são na segurança pública, área que, assim como a PF, é subordinada à Justiça. Quem coordena o plano de segurança para o Rio é o GSI. E quem abriu uma reunião de secretários de Segurança e chefes da Polícia Civil em Porto Alegre foi Etchegoyen, e o ministro da Justiça só falou depois. A própria Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), como a Funai, está nas mãos de um general.

Assim como muitos reagem irritados a Boulos, chove indignação quando se constata que um general de Exército com o sobrenome Etchegoyen cresce em Brasília – em meio a uma crise pavorosa e à descrença do atual modelo político. Mas fatos são fatos. O que importa agora é saber quais são as ambições e objetivos do general. Aliás, das próprias Forças Armadas.

CELSO MING



E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

O tamanho da meta

Nesta quinta-feira, o Conselho Monetário Nacional (CMN) tem reunião para definir a meta de inflação de 2019.

Aos desavisados, este pode parecer assunto árido e sem aplicação prática. Mas não é assim, estão em jogo orçamentos domésticos e o patrimônio dos brasileiros. Juros são o principal preço do dinheiro e ter boas indicações de quanto ele valerá, e em que moeda, num prazo de dois anos é parâmetro importante para administração das finanças públicas e privadas.

O sistema de metas de inflação prevê que o governo federal, por meio do Conselho Monetário Nacional, defina quanto de inflação pretende chegar ao final de cada ano. Cumpre ao Banco Central manejar a política monetária (política de juros) para empurrar a inflação para dentro da meta. Desse Conselho fazem parte os ministros da Fazenda e do Planejamento mais o presidente do Banco Central. Mas quem faz a proposta que é submetida aos votos dos três é sempre o ministro da Fazenda.

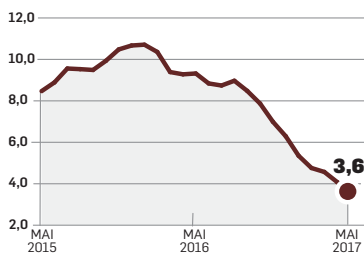
Até 2018, a meta é 4,5%, com uma válvula de escape de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, que é para acomodar imponderáveis. Ou seja, até 2018, a inflação pode chegar aos 6% e não deve ficar abaixo dos 3,0%. A meta está nesse nível desde 2005 e só foi cumprida em 2006, 2007 e 2009 (veja o gráfico), para grave prejuízo da credibilidade do Banco Central e da luta contra a inflação.

A ideia agora é baixá-la em 0,25 ponto percentual para 4,25% em 2019. Mas há boas razões para que o governo seja mais ousado. Vamos a elas.

A proposta de ficar nos 4,25% baseia-se em duas razões. A primeira olha para o nível de incerteza da economia insuflado pela crise política e pelas novas dúvidas que pairam sobre a aprovação das reformas. São fatores potencialmente geradores de inflação que precisam ser levados em conta para que a meta tenha credibilidade e para que o Banco Central conte com mais condições de gerenciar as expectativas dos marcadores de preços.

● Trajetória da inflação

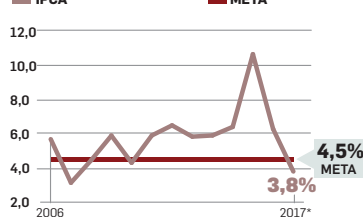
ACUMULADA EM 12 MESES, EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE INFOGRÁFICO/ESTADÃO

MAIS PRÓXIMA

● Evolução da inflação ano a ano



*PREVISÃO

FONTE: BANCO CENTRAL / RELATORIO DA INFLAÇÃO JUNHO 2017

A segunda razão tem a ver com juros. Quanto mais baixa for a meta, mais altos têm de ser os juros para garantir seu cumprimento. Como o que se pretende agora é alavancar o crescimento econômico e o emprego, seria também desejável que os juros pudessem ser mais baixos.

A essas boas razões se podem contrapor outras, para que a meta caia um pouco mais, para 4,0% ao ano. A primeira tem a ver também com juros mais baixos, argumento que defenderia meta mais ampla, como ficou dito. Como este Banco Central conseguiu reunir forte capital em credibilidade, a meta de inflação de 4,0% contribuiria para que o mercado calibrasse seu jogo a juros de longo prazo também mais baixos.

Outro argumento: quando surgiu a ideia de corte da meta de apenas 0,25 ponto percentual ao ano, a expectativa de inflação era mais alta. Era de 4,5% em 2017 e em 2018. No momento, a expectativa é de 3,8% e de 4,4%, respectivamente, portanto já abaixo dos 4,5%. Fixar meta mais alta parece perda de um bom momento histórico para ajudar a derrubar ainda mais a inflação. Até faria sentido fixar meta mais baixa do que a inflação em curso e do que a prevista para mais de um ano depois. Mas o que está sendo proposto agora é uma meta alta demais em relação à inflação esperada. É como o comportamento idiota do lutador de boxe que resolve aliviar as pancadas justamente quando o adversário está grogue, prontinho para desabar a nocaute.

Vale também avaliar o comportamento dos juros reais. Se a inflação deste ano ficar em torno dos 3,5%, juros básicos (Selic) de 8,5%, que é o número que está nos demonstrativos, implicam, numa conta de padeiro, operar com juros reais de 5%, altos demais.

Não há elementos para calcular os juros reais de 2018 e 2019. Se houver indicação sólida de que possam cair, então parece melhor acenar com isso desde já.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS
MARCELO DE MORAES
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Pesquisa indica a PSDB como agir com Aécio

O PSDB encomendou pesquisa para saber “como deve agir em relação às acusações feitas ao senador Aécio Neves”. O resultado deixou os tucanos numa saia-justa: 61% defenderam o afastamento imediato dele do partido; 32% recomendaram à sigla “esperar a conclusão das investigações para tomar uma decisão” e 7% não se manifestaram. A maioria dos que pedem a saída de Aécio é homem (63%), tem entre 45 e 59 anos e curso superior. E ainda: 61% votaram nele no 1º e 2º turnos e 58% só no 2º turno. A pesquisa foi feita em 9 de junho.

» **Metodologia.** O PSDB encomendou a pesquisa ao Ipesp. Foram ouvidas 3.062 pessoas de todas as regiões do País. A margem de erro é de 3,2 pontos percentuais para mais ou para menos.

» **Daqui não saio.** Após ser trágado pela delação do empresário Joesley Batista, Aécio se afastou da presidência da sigla. Interlocutores dizem que ele não vai renunciar à vaga e tampouco se desfiliar.

» **Paisagem.** O resultado da pesquisa constrangeu tucanos. Presidente do ITV, José Aníbal chegou a negar a existência da enquete.

» **Pedindo cola.** Os tucanos também perguntaram na pesquisa estimulada o que seria melhor para o País. Resultado: 36% disseram que Temer deve ficar; 35% que deve renunciar e 20% sofrer impeachment.

» **Elo...** O empresário Edgar Safdié, que para a PF pode ser o mesmo Edgar apontado por Rodrigo Rocha Loures para receber propina da JBS em seu nome, foi contemporâneo de faculdade do ex-deputado.

» **...perdido.** Os dois se formaram em Administração na FGV e chegaram a estudar na mesma turma. Safdié nega ser o mesmo Edgar citado por Loures.

COLUNA DO ESTADÃO



» **CLICK.** O clima político não desanimou o deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) a promover uma festa junina para homenagear o “Dia Nacional do Quadrilheiro...Junino”.

» **Ficção.** O relator da LDO, Marcus Pestana, diz que vai se inspirar em Tom Cruise para cumprir a “missão impossível” dada a ele pelo presidente do Congresso, Eunício Oliveira, de votar até 14 de julho o parecer final no plenário.

» **Ter ou não ter.** O Congresso só entra em recesso após a votação da LDO.

» **Vida ou...** Depois de ser alvo de críticas pelo pedido de inquérito contra o presidente Michel Temer sem a perícia no áudio, Rodrigo Janot anda cauteloso.

» **...morte.** O procurador tem dito à equipe que esta tem de ser “a melhor denúncia da vida”, firme e objetiva, já que é contra um presidente em exercício.

» **Acumulador.** Nome preferido do ministro do GSI, Sérgio Etchegoyen, para assumir o comando da PF, Rogério Galloro coleciona comendas. Desde 2008, já recebeu oito, a última delas foi a de Comendador da Ordem do Mérito da Defesa, neste mês.

» **Bateu martelo.** O governo decidiu dividir as malhas Sul e Sudeste na renovação da concessão de ferrovias. A malha Sul está em piores condições e vai precisar de mais investimentos. A medida atende o setor.

COM NAIRA TRINDADE.
COLABORARAM IDIANA TOMAZZELI E BEATRIZ BULLA



» **SINAIS PARTICULARES.** Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente do Senado Federal

A SEMANA

Segunda-feira, 26

Relatório final do inquérito da PF chega ao Supremo

PF envia para o ministro Edson Fachin, do STF, a conclusão do inquérito que investigou o presidente Michel Temer.

Quarta-feira, 28

Derrotada na CAS, reforma trabalhista passa pela CCJ

Membros da CCJ do Senado votam o parecer da reforma trabalhista. Um dia antes, haverá duas audiências públicas.

Política e regeneração nacional

RICARDO VÉLEZ
RODRÍGUEZ

O tema está na crista da onda. Mas não é novo. Já os positivistas, paladinos da moralidade pública, apregoavam a “regeneração da sociedade brasileira” e à luz dessa pregação foi dado o golpe de 15 de novembro de 1889, que derrubou a Monarquia. Qual seria o remédio para a desordem causada pela representação e o debate político da “metafísica liberal” no Parlamento? Resposta: a ditadura científica, apregoa-da em alto e bom som pelos paladinos do cientificismo, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, dirigentes do Apostolado Positivista, que, antes do golpe de 15 de novembro, conclamavam Pedro II a que ousasse ser o grande herói nacional, fechando o Parlamento e se proclamando a si próprio ditador central e líder do processo regenerador, a fim de implantar o Reino da Virtude.

Quando emergiu esse modelo? O seu criador foi o general Napoleão Bonaparte, ao se coroar imperador dos franceses, em 1804, fechando a Assembleia Nacional, foco da barganha política, e transferindo para si a representação da nação, que delegou a seus representantes no Senado, a fim de moralizar o país de acordo com os ensinamentos de Rousseau. Napoleão I substituiu o Congresso pelo Conselho de Estado, integrado por sábios e homens de pro, escolhidos por ele mesmo, com a finalidade de buscar as saídas necessárias ao bem da nação, à luz da ciência. O imperador chamou a si a magna tarefa de reorganizar a sociedade, esgarçada pela Revolução e pelo Terror jacobino. Tudo seria recriado de cima para baixo, como outorga salvadora do imperador, a começar pelo Código Civil. Por intermédio dos seus intendentes, Napoleão I tornava-se presente em todos os cantos do vasto império, com o auxílio da Grande Armée.

A filosofia, que, como dizia Hegel, “levanta voo quando as sombras da noite se aproximam”, registrou essa conquista das luzes napoleônicas na obra de dois pensadores, Saint-Simon e Comte. O primeiro ficou literalmente extasiado diante das conquistas do

general Bonaparte e passou a cultuar a instauração da Sociedade Racional, na trilha da obra civilizadora do autocrata dos franceses. O conde Saint-Simon percebeu a índole messiânica do bonapartismo, atribuindo-lhe caráter redentor. Comte, secretário de Saint-Simon, partiu para idêntica louvação da obra do imperador francês, enaltecendo seu caráter regenerador, na medida em que punha pra escanteio o debate político e o substituiu por indústrias e comércio, organizados conforme os ditames das luzes à luz do Código Napoleônico. Era a “ditadura científica” que se firmava.

As duas tradições científicas, a prevalecente na França pós-Revolução e a proveniente das reformas pombalinas

É preciso restabelecer o jogo político, respeitar a tripartição de Poderes segundo a Constituição

em Portugal, se juntaram na revivescência da tendência cientificista com que se viu às voltas o Segundo Reinado. Os “clubes republicanos” pipocaram por todos os cantos do Brasil ao longo da segunda metade do século 19, pregando uma República ilustrada que substituisse a velha retórica da “metafísica liberal”. Foi assim que esse difuso cientificismo cobrou forma definida no projeto de República autocrática que foi pensada no Rio Grande do Sul por Júlio de Castilhos e posta em prática por ele no longo ciclo que, iniciado em 1891, se prolongou até 1930, tendo consolidado o modelo de “ditadura científica” que Getúlio tomou como roteiro de viagem para a sua tomada do poder na Revolução de 30.

O próprio Getúlio expressou o seu propósito científicista em discurso pronunciado em 4 de maio de 1931: “A época é das assembleias especializadas, dos conselhos técnicos integrados à administração. O Estado puramente político, no sentido antigo do termo, podemos considerá-lo, atualmente, entidade amorfa que aos poucos vai perdendo o valor e a significação. Creio azado o ensejo para o cancelamento de antigos códigos e elaboração de novos. A velha fórmula po-

lítica, patrocinadora dos direitos do homem, parece estar decadente. Em vez do individualismo, sinônimo de excesso de liberdade, e do comunismo, nova modalidade de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe, como colaboradores da administração pública”.

Firmou-se, assim, a versão contemporânea da “ditadura científica”. O debate político foi substituído pelos conselhos técnicos do Estado. Esse foi o modelo assumido pelos militares, sintetizado na expressão “engenharia política”, cunhada pelo general Golbery.

Ora, nas atuais ondas de choque da Operação Lava Jato, tal saída tecnocrática parece ter ficado em evidência quando os procuradores do Ministério Público, congregados na Procuradoria-Geral da República, exorcizam os males da política despolitizando o debate e tornando-o questão “técnica”, a fim de implantar o Reino da Virtude Republicana. É o processo purificador que o professor Werneck Vianna atribui à nova elite dos “tenentes de toga”.

A reação da sociedade brasileira contra os desmandos lulopetistas, potencializados pelo cientificismo marxista, não pode cair nesse beco sem saída que nos leva direto ao passado da ditadura positivista. É necessário restabelecer o jogo político, respeitando a tripartição de Poderes e o funcionamento deles dentro dos limites fixados pela Constituição. Que a Justiça exerça o seu papel, julgando os que agiram fora da lei. Mas sem artifícios estranhos à ordem constitucional, com suspeitas delações e afoitos indiciamentos que provocam instabilidade, com uma promessa vaporosa de “regeneração moral” que somente pode beneficiar os arquitetos do caos. A Procuradoria-Geral da República, o Ministério Público e a Polícia Federal são partes de uma engrenagem regida pela lei.

COORDENADOR DO CENTRO DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS DA UFJF. É PROFESSOR EMÉRITO DA ECME E DOCENTE DA FACULDADE ARTHUR THOMAS, LONDRINA. E-MAIL: RIVE2001@GMAIL.COM

Humilhação, corrupção e política no mais baixo nível

ROLF KUNTZ

Foi uma semana e tanto para quem gosta de passar vergonha. Representando o Brasil, o presidente Michel Temer foi humilhado e cobrado na Noruega e engoliu as broncas como um escolar mal comportado e relapso. Para reagir teria de rejeitar de uma vez o dinheiro norueguês destinado à preservação da Amazônia. Esse fundo internacional nem teria chegado a existir se o governo brasileiro levasse a sério a conservação ambiental e rejeitasse, de fato, a interferência estrangeira, exercida diretamente por governos ou por meio de ONGs com sede no exterior.

Temer ouviu de autoridades locais, em Oslo, declarações de preocupação quanto ao desmatamento e também quanto aos crimes investigados na Operação Lava Jato. Essas autoridades talvez nem tenham percebido, mas juntaram duas questões de fato relacionadas: a péssima gestão dos negócios públicos e a bandalheira quase onipresente na política brasileira. A ajuda norueguesa ao Fundo Amazônia, agora reduzida pela metade (algo entre R\$ 166 milhões e R\$ 200 milhões), é insignificante quando comparada com o dinheiro desviado em qualquer dos crimes apontados na Lava Jato. Esses desvios, no entanto, são só uma parte dos enormes valores perdidos com obras públicas superfaturadas, benefícios fiscais sem retorno para a economia, favores financeiros a grupos eleitos como campeões nacionais e, é claro, ajudas trocadas por subornos.

O presidente nem havia voltado ao País quando o governo americano suspendeu a importação de carne fresca produzida no Brasil. Para justificar a decisão a Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos mencionou irregularidades bem acima da média internacional. O controle, segundo se informou em Washington, foi intensificado depois das notícias da Operação Carne Fraca. As denúncias da Polícia Federal podem ter sido exageradas, mas é arriscado menosprezar denúncias de corrupção de fiscais sanitários. O assunto foi examinado com realismo em nota publicada na sexta-feira pela Sociedade Rural Brasileira. O co-

municado menciona a advertência emitida na semana anterior pela União Europeia, lembra a modernidade e a eficiência da maior parte do setor de carnes e faz uma ressalva quanto ao protecionismo agrícola no mundo rico, mas admite o problema da corrupção. A “fragilidade institucional nos mais altos níveis da nação”, afirmam os autores do texto, gera descrédito do País.

Operações da Polícia Federal, segundo a declaração, “identificaram problemas reais de relacionamento promiscuo entre agentes públicos e o setor privado”. Esses problemas, acrescentam os autores, “não destroem a qualidade do produto brasileiro, porém arruinam a credibilidade das instituições que deveriam garantir essa qualidade”. Conclusão: é preciso reagir, mas sem negar os problemas, pois “existem, ainda que diminutos”.

Mas a soma de um enorme número de problemas pequenos, ou aparentemente pequenos, compõe um gigantesco painel de bandalheiras variadas e de negociatas em todos os níveis da administração. Boa parte dessa bandalheira está inscrita na rotina da política nacional e chega quase a compor um quadro de normalidade. O presidente Michel Temer ainda estava na Rússia

A modernização será incompleta enquanto for fraco o princípio da impessoalidade

quando o governo exonerou dois funcionários indicados pelo senador Hélio José (PMDB-DF). Três parlamentares da base haviam ajudado a derrotar o governo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, no exame do relatório sobre a reforma trabalhista. Hélio José foi um deles.

Anunciada a exoneração de seus protegidos, um da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e outro da Secretaria do Patrimônio da União no Distrito Federal, o senador reagiu com um discurso tão furioso quanto cômico. “Nós não podemos permitir que o governo transforme votações em balcão de negócios. Esse governo está podre. Esse governo corrupto tinha

de ter vergonha na cara e renunciar”, disse o moralista, companheiro do respeitado Renan Calheiros na tentativa de pressionar o presidente Temer.

Hélio José chamou o governo de podre por haver desfeito, por meio de uma retaliação, um favor indecente, contrário ao princípio constitucional da impessoalidade administrativa e incompatível com qualquer modelo razoável de gestão. O senador parece, como tantos outros políticos, julgar-se autorizado, moral e institucionalmente, a indicar pessoas para funções na administração federal, direta ou indireta. Em contrapartida, o presidente Michel Temer parece julgar aceitável esse tipo de indicação.

O objetivo pode ser aparentemente inocente – dar oportunidade a um trabalhador ou atender ao desejo de uma tia querida. Mais comumente é apenas uma forma de servir a aliados e de comprar apoio. Aí está o balcão de negócios. A retaliação é desdobramento de uma história indecente desde o início. Mas o senador Hélio José deveria estar agradecido. O episódio tornou-o conhecido, muito mais que qualquer de suas contribuições ao engrandecimento do País.

Humilhação na Noruega, suspensão das importações de carne, derrota na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e entrevista com o senador Hélio José são elementos do mesmo painel de corrupção, desleixo na administração pública e costumes e processos políticos da mais baixa qualidade.

O governo atual poderá deixar um bom saldo se for capaz de arrumar as contas públicas e fazer avançar a agenda de modernização trabalhista e previdenciária. Mas a efetiva modernização do País só ocorrerá com a superação final do patrimonialismo, com instituições duráveis, imunes ao reformismo de ocasião, e com a consolidação de uma burocracia profissional com normas próprias, impessoais e imunes ao governante da vez. Sem isso, qualquer proposta de parlamentarismo será uma insânia. Já imaginaram mexer em 20 mil cargos de confiança a cada mudança de Gabinete?

* JORNALISTA

Como olhar a crise



A atual crise brasileira vem de longe. Com uma seletiva falta de memória, alguns falam dos maus tempos que o País atravessa como se eles tivessem começado no ano passado, com a chegada de Michel Temer à Presidência da República. Outros, ainda menos afeitos aos fatos, comentam as instabilidades nacionais como se sua origem pudesse ser encontrada no mês passado, com o vazamento da delação do sr. Joesley Batista. Tais visões são evidentemente deformadas. A crise política, econômica, social e moral que tanto abate o ânimo dos brasileiros começou com o sr. Lula da Silva, com a apropriação da administração federal, de alto a baixo, para fins partidários. Foi na chegada do PT ao governo federal, há mais de uma década,

portanto, que o cumprimento da lei, o interesse público e o respeito às instituições perderam relevância na tomada de decisões.

Logicamente, uma crise com essas feições, cevada ao longo de tantos anos e especialmente turbinada pela ignorância e o voluntarismo de Dilma Rousseff, semeia muitas dúvidas a respeito da viabilidade do País e de suas instituições. E não foram apenas erros na condução da política econômica. Os escândalos de corrupção e as licenciosidades com a lei, também por parte de quem deveria cumpri-la exemplarmente, contribuem para pôr em questão a capacidade de o Brasil retornar aos trilhos do desenvolvimento econômico e social.

Nesses momentos de horizonte opaco, em que recai sobre o futuro nacional densa neblina de incertezas, é preciso redescobrir os fundamentos sobre os quais seja possível

construir soluções efetivas. Ao contrário do que alguns dizem, nem tudo está perdido. Nessa tarefa de olhar o cenário da vida nacional com serenidade, pode ser útil aprender com os investidores estrangeiros, como aponta Zeina Latif, em sua coluna de quinta-feira passada no **Estado**. “Os estrangeiros, menos contaminados pelo noticiário local, avaliam de forma mais serena e pragmática os riscos pela frente”, diz a economista.

Para essa avaliação mais serena, não é preciso fechar os olhos à realidade. O que faz falta é justamente olhar mais longe, ampliando os limites da vista. “Os estrangeiros têm visão mais global e não veem o Brasil como caso isolado de país problemático. Depois de Brexit e Trump, esses investidores parecem um pouco anestesiados. Nada os surpreende tanto assim. Muitos minimizam os riscos para a eleição de 2018, di-

zendo que, nos EUA, eles têm o Trump”, afirma Zeina Latif.

Outra característica valiosa dos estrangeiros, que afeta o seu olhar sobre o Brasil, é a tendência ao pragmatismo e à ação. Os estrangeiros “querem saber mesmo o que vem pela frente: como fica a agenda de reformas, o time econômico, a política econômica, o risco de deslize fiscal e o espaço para cortar a taxa de juros. Querem discutir as oportunidades”.

Certamente, tal pragmatismo é muito importante para que o País possa reencontrar os rumos do desenvolvimento. Sem esse dinamismo, até mesmo o que é em si positivo, como a investigação de crimes praticados por agentes do Estado, dando oportunidade para interromper a prática criminosa e punir os culpados, torna-se ocasião para simples lamúria e letargia. “Ainda que o quadro recomende cautela, é im-

portante não se deixar contaminar excessivamente pela crise política na tomada de decisões. Cautela sim, retranca não”, diz Zeina Latif.

A saída da crise não virá, como alguns parecem fazer crer, de uma decisão judicial pondo o último corrupto na cadeia. Além de utópica, já que nunca chegará esse dia, tal crença só conduz à passividade, como se a população tivesse de esperar o fim da crise para empreender, trabalhar, contratar, etc. A esse respeito, deve-se aprender também com o governo de Michel Temer, por muitas que sejam suas deficiências. Mesmo com o cenário conturbado, realizou significativos ajustes na economia e continua disposto a levar adiante as tão necessárias reformas. O País está hoje melhor do que estava um ano atrás. E talvez os estrangeiros percebam esse fato mais facilmente do que os próprios brasileiros.

Uma manobra esperta

A generosa doação de dinheiro de corporações empresariais para os partidos, em boa hora coibida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), habituou os políticos a um elevado padrão de gastos em campanhas eleitorais que, por imposição dos marqueteiros, se tornaram caríssimos espetáculos midiáticos, muito mais do que um meio de divulgação de ideias e propostas políticas. É o domínio da forma sobre o conteúdo, o caminho mais fácil para quem só tem a oferecer discurso vazio. De olho nas eleições de 2018 e inconformados com a interdição de uma fonte de recursos que parecia inesgotável, alguns diligentes parlamentares dedicam-se a encontrar com urgência uma fórmula capaz de suprir a falta do dinheiro das empresas. A única possibilidade a seu alcance é óbvia: recursos públicos. Os brasileiros podem ir se preparando, portanto, para pagar, na forma de impostos, uma conta salgada.

Os partidos políticos podem contar com o Fundo Partidário, que este ano chega a quase R\$ 900 milhões a serem distribuídos proporcionalmente pelas 35 legendas registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e com o chamado “horário gratuito” na mídia eletrônica, para veiculação regular de propaganda partidária e, no período eleitoral, para uso dos candidatos, o que no ano passado custou aos cofres públicos R\$ 576 mi-

lhões. Pingam ainda nas contas bancárias dos partidos as escassas doações de pessoas físicas, cuja insignificância traduz a descrença na chamada classe política.

A perspectiva de ficarem à míngua diante das urnas de 2018 acabou reduzindo a discussão, no Congresso Nacional, da tão apregoada reforma política, à corrida atrás de uma improvisação capaz de “salvar” a próxima campanha eleitoral, às expensas, é claro, dos cofres públicos. Este espaço tem sido frequentemente utilizado na defesa da tese de que a funcionalidade do sistema democrático de governo tem um custo que deve ser pago pela cidadania. Mas essa cobrança não pode ser compulsória, impositiva. O cidadão deve ter liberdade para exercer o direito de escolha de seus representantes num processo que pode, ou não, ir muito além do exercício do voto, implicando, se não militância ativa, o patrocínio, no limite das possibilidades de cada um, do ideário e da ação dos agentes políticos em quem confia.

Numa democracia, por se tratar de um exercício individual de consciência e não do mero cumprimento de uma formalidade legal, obrigatória ou não, o apoio a uma legenda partidária é uma questão de foro íntimo de cada cidadão, com a qual o Estado nada tem a ver. Os partidos políticos, portanto – até porque são entidades privadas –, devem manter-se livres de interferência estatal, a não ser as de natureza institu-

cional, como a determinação e fiscalização legais das regras de funcionamento.

Em termos de fundamentos democráticos, no entanto, o nível da atividade política entre nós anda tão rasteiro que, no momento, alguns parlamentares, que já pensaram em criar um Fundo Eleitoral, cogitam agora de burlar o controle legal do funcionamento dos partidos destinando ao já existente Fundo Partidário vultosos recursos para campanhas eleitorais. O Fundo Partidário existe, basicamente, para financiar o funcionamento das 35 legendas hoje registradas na Justiça Eleitoral. Já é um abuso antidemocrático, pois retira de todos o sustento de organizações privadas cuja sobrevivência só interessa a alguns.

A legislação estabelece que, quando se trata de eleições proporcionais, para deputados e vereadores, os recursos financeiros destinados às campanhas, como os de um eventual Fundo Eleitoral, devem ser igualmente distribuídos entre todos os candidatos de uma chapa. Isso não interessa às lideranças partidárias, que preferem privilegiar os candidatos com maior potencial eleitoral. A solução seria então destinar recursos “suficientes” para o Fundo Partidário – e pensa-se num adicional de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões – que, imagina-se, poderiam ser livremente distribuídos pelos donos das legendas. É o que, aparentemente, se pode esperar no futuro próximo em termos de “reforma partidária”.

Problema imediato, a LDO

O mundo gira, a vida continua e o Congresso, no meio da crise política, tem de votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com indicações básicas para a programação financeira da União. Essa é uma das atividades mais importantes do Legislativo. Prioridades para o governo e metas de resultados fiscais são fixadas na LDO e em seguida incorporadas na proposta de Orçamento, enviada ao Parlamento até o fim de agosto. Num país em condições econômicas normais, legislar sobre receitas e despesas do Tesouro poderia ser visto, apesar de sua relevância, como parte de uma rotina definida na Constituição. Mas a situação do Brasil nada tem de rotineira, apesar de sua história marcada por muitas crises fiscais. O governo propõe para 2018 um déficit primário de R\$ 129 bilhões para a União. Pode parecer um objetivo frouxo, mas essa impressão desaparece quando se considera o esforço necessário para fechar o balanço de 2017 com um buraco, nas contas primárias, dentro do limite de R\$ 139 bilhões.

A votação final do relatório da LDO foi programada para 13 de julho pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). O início do recesso parlamentar está previsto para o dia 18. Pela Constituição, o Legislativo só pode entrar em recesso depois de votado o projeto da LDO,

mas essa determinação nem sempre tem sido observada. O recesso branco, isto é, informal e disfarçado, tem sido a forma habitual de contornar a regra constitucional. Além disso, nem sempre a lei orçamentária é aprovada até o fim do ano e disso resultam dificuldades para a administração nos primeiros meses de cada ano.

Mas os problemas no Congresso vão muito além do descumprimento de prazos. A preocupação com o realismo das projeções e com a saúde financeira do setor público raramente é observável no comportamento da maior parte dos congressistas. O governo tem sorte quando seus líderes no Congresso e o relator se empenham para evitar ou limitar a deformação da proposta inicial, tanto da LDO como do Orçamento-Geral da União.

O relator da LDO para 2018, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), deve apresentar a versão preliminar de seu trabalho na próxima terça-feira, para votação dois dias depois. Logo após sua indicação, ele falou sobre a conveniência de rever os parâmetros econômicos da versão inicial, mas desistiu.

Foram mantidas as projeções de crescimento econômico de 0,5% neste ano e de 2,5% no próximo, além de previsões de 9% para a taxa básica de juros em 2018 e de 4,5% para a inflação medida pelo IPCA. O cenário de referência inclui também um aumento do salário mínimo de R\$ 937 para R\$ 979. Há no mercado previsões abai-

xo de 0,5% para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

Depois de conversar com membros da equipe econômica, o relator se mostrou convencido da importância de preservar a meta de déficit primário de R\$ 129 bilhões, para indicar um compromisso firme com o reparo das contas. O Executivo havia escolhido um objetivo bem mais ambicioso, um déficit de R\$ 79 bilhões, mas a ideia foi abandonada. A nova meta é considerada realista, embora difícil, e é politicamente importante preservá-la.

Falta saber se o governo poderá atingi-la sem aumento de tributos ou mesmo se poderá entregar o resultado prometido para o fim deste ano. Por enquanto, a reativação econômica, embora perceptível em alguns segmentos produtivos, tem sido insuficiente para elevar a arrecadação dos principais impostos e contribuições.

A meta para o setor público geral, incluídos governos de Estados e municípios e a maior parte das estatais, é um déficit primário de R\$ 131,3 bilhões em 2018. Com os juros, chega-se a um déficit nominal de R\$ 421,9 bilhões. Nos 12 meses até abril deste ano o buraco chegou a R\$ 582,2 bilhões, 9,18% do PIB. Raramente mencionado no Brasil, esse indicador é muito usado internacionalmente para avaliação das finanças públicas, juntamente com a dívida bruta do setor governo. Esses indicadores sintetizam os grandes desafios.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 ★ SEGUNDA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2017 ★ Nº 32.226

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 0H02 ★ R\$ 4,00

UM MUNDO DE MUROS

AS BARREIRAS QUE NOS DIVIDEM



Tijuana, México, na fronteira com San Diego, nos EUA

Um mundo cada vez mais interconectado tem erigido muros e cercas para bloquear aqueles que considera indesejáveis. Das 17 barreiras físicas existentes em 2001, passamos para 70 hoje. Alguns separam fronteiras. Outros dividem a mesma população. Alguns freiam refugiados. Outros escondem a pobreza. Ou a medo. Ou a guerra. Ou a desigualdade. Ou a mudança climática. Em uma série de reportagens, a **Folha** vai a quatro continentes mostrar o que — e quem — está por trás deles. **Mundo A16 a A19 e folha.com/mundodemuros**

DIAS MELHORES
Testes genéticos ajudam médicos a determinar quais drogas funcionam melhor para cada indivíduo **Saúde B7**

Em SP, via-crúcis do enterro tem assédio e constrangimento

Ação contra agentes ilegais que cobram até R\$ 5.200 gera ameaças de morte, e prefeitura planeja conceder serviço

Desinformação, falta de estrutura e taxas extraoficiais são alguns dos obstáculos para sepultar parentes e amigos na capital paulista. A prefeitura prevê concessão à iniciativa privada para cortar despesas e melhorar a qualidade, segundo a gestão João Doria (PSDB).

Hoje, a saga começa no IML (Instituto Médico Legal) ou no SVO (Serviço de Verificação de Óbitos), que emitem atestados de óbito. Nessa fase, a família pode ser assediada por agentes funerários particulares que atuam de forma irregular na frente dos dois locais.

Graças à falta de informação e ao momento delicado, os “negócios” propostos podem custar até R\$ 5.200. Uma iniciativa das direções do IML e do SVO para dificultar a ação desses agentes resultou em ameaças de morte contra funcionários dos órgãos. **Cotidiano B4 e B5**



» **QUADRILHA** Artistas de Caruaru (PE) se apresentam na 13ª festa junina da avenida Paulista, em São Paulo **Cotidiano B6**

ESPORTE
Corinthians vence Grêmio por 1 a 0 em Porto Alegre e abre 4 pontos na liderança **B8**

JUCA KFOURI
Partida consagra técnico Carille, único a acreditar no decisivo Paulo Roberto **B10**

ENTREVISTA DA 2ª
FABIO LUCHETTI
A solução para a cracolândia tem que ser articulada e apartidária

Pág. A20

Pela aparência, SP avalia cotistas como ‘não negros’

Após aprovados como cotistas em concurso para professor municipal, 138 candidatos foram desclassificados em sessão de verificação do fenótipo. Portando placas com seus nomes, foram avaliados como “não negros”.

A prefeitura diz que seguiu legislação do governo anterior, mas vai rediscutir o decreto. **Cotidiano B1 e B3**
Fies quer descontar parcelas do salário do recém-formado. **Cotidiano B3**

EDITORIAIS Opinião A2
Leia “Sem juízo final”, sobre julgamento de Lula no caso do triplex em Guarujá, e “Enredo realista”, acerca de redução de verba pública no Carnaval.

Lula lidera e Bolsonaro mantém alta, diz Datafolha

O ex-presidente Lula (PT) segue à frente no Datafolha para a Presidência em 2018, com 29% a 30%. Jair Bolsonaro (PSC), em segundo, mantém alta e chega a 18%. Joaquim Barbosa, ex-STF e sem partido, atinge até 13%. Nos cenários de segundo turno, Lula supera todos os adversários exceto Sergio Moro (sem partido) e Marina Silva (Rede). **Poder A4**

MERCADO ABERTO
Empresariado prefere ficar com presidente, afirma líder da indústria

O empresariado prefere continuar com Michel Temer, com vistas a uma transição sem turbulências, diz Robson Andrade. Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria, que une federações e sindicatos com 700 mil empresas, inflação e outros dados mostram que a economia descolou da crise política. **Mercado A22**

FHC
Apelo a Temer para que tenha a grandeza de reduzir o próprio mandato

Michel Temer tem a responsabilidade e talvez a possibilidade de oferecer ao país um caminho mais venturoso. Só ele tem legitimidade para reduzir o próprio mandato. Apelo ao presidente para que medite sobre a oportunidade de um gesto dessa grandeza. **Opinião A3**
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO foi presidente do Brasil pelo PSDB.

RODÍZIO Cotidiano B2
Não devem circular carros com placas cujo final seja: 1.2

CIRCULAÇÃO
291.782 (Impressos + digitais)
AUDIÊNCIA
29.267.191 visitantes (únicos/mês)

ISSN 1414-5723
3 2 2 6
9 771414 572025

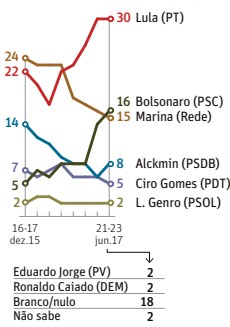


DISPUTA EM 2018

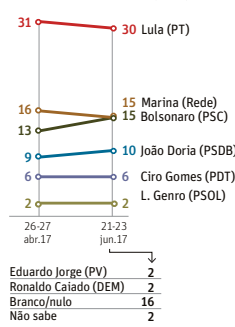
Cenários de intenção de voto para a Presidência mostram liderança de Lula

SIMULAÇÕES DE 1º TURNO, EM %

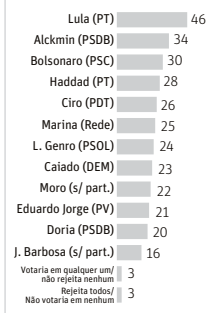
CENÁRIO 1* - Com Alckmin (PSDB)



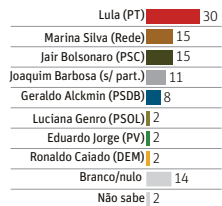
CENÁRIO 2* - Com Doria (PSDB)



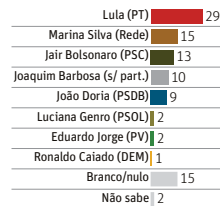
Rejeição no primeiro turno, em %



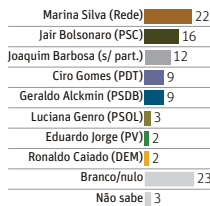
CENÁRIO 3 - Com J. Barbosa e Alckmin



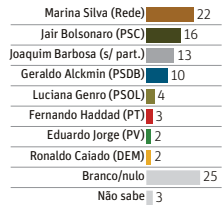
CENÁRIO 4 - Com J. Barbosa e Doria



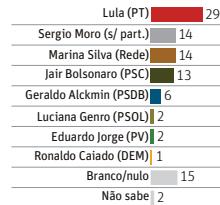
CENÁRIO 5 - Sem PT



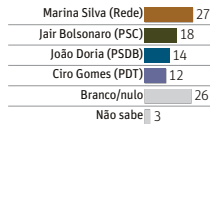
CENÁRIO 6 - Com Haddad



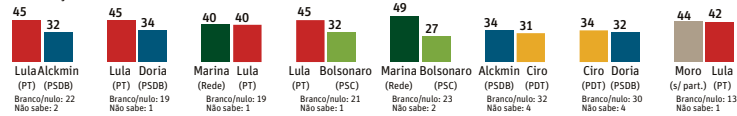
CENÁRIO 7 - Com Moro



CENÁRIO 8 - Sem alvos da Lava Jato



SIMULAÇÕES DE 2º TURNO, EM %



*O nome de Michel Temer (PMDB) não foi incluído no levantamento de jun. 2017. Fonte: Pesquisa Datafolha realizada entre os dias 21 e 23 de junho de 2017, com 2.771 entrevistados em 194 cidades. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%.

Com Lula líder, Bolsonaro e Marina disputam 2º lugar

Deputado de ultradireita registra tendência de alta para 2018, mostra Datafolha

Ex-senadora do Acre e juiz Sergio Moro se saem melhor em cenários de segundo turno contra petista

THAIS BILENKY
JOSÉ MARQUES
DE SÃO PAULO

Pesquisa realizada pelo Datafolha sobre intenções de voto para a disputa presidencial de 2018 apontam que o ex-presidente Lula (PT) manteve a liderança, com 29% a 30% das intenções de voto, seguido por Marina Silva (Rede) e Jair Bolsonaro (PSC).

O deputado federal registra tendência de alta. Tinha 8% em dezembro de 2016, passou a 14% em abril e agora aparece com 16%, sempre no cenário em que o candidato do PSDB é o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

O tucano, por sua vez, oscilou positivamente em simulações de primeiro e segundo turnos, mas a sua rejeição cresceu para 34%, atrás apenas da Lula.

O ex-ministro do STF Joaquim Barbosa (sem partido) aparece com 11%, em quarto.

Nos cenários testados para eventual segundo turno, Lula ganha de Bolsonaro e dos tucanos Alckmin ou João Doria, prefeito de São Paulo.

O petista empatava com Marina e com o juiz Sergio Moro (sem partido) na margem de

erro, de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Marina vence Bolsonaro, e Moro (PDT) empatava com Alckmin e com Doria.

CENÁRIOS

Acusado na Lava Jato de corrupção e organização criminosa, entre outros crimes, o que ele nega, Lula vence em todos os cenários de primeiro turno simulados.

Quando disputa com Alckmin, o petista fica com 30%, e o tucano, com 8%, em terceiro. Embolados em segundo aparecem Bolsonaro, com 16%, e Marina, com 15%.

O cenário com Doria é similar: Lula, na dianteira, tem 30%, Marina e Bolsonaro, 15% cada um, e o prefeito, 10%.

Quando incluído, Joaquim Barbosa fica numericamente na quarta posição, à frente de ambos os tucanos, mas em empate técnico.

▶ PETISTA

HADDAD TEM 3% DE INTENÇÃO

Cotado para ser o candidato do PT caso Lula seja impedido de disputar o Planalto, Fernando Haddad aparece com 3% das intenções. Conhecido por 57% das pessoas, o ex-prefeito de São Paulo tem rejeição de 28%.

Já Moro aparece em segundo (14%), empatado com Marina (14%) e Bolsonaro (13%). Lula fica com 29%, e Alckmin perde pontuação (6%).

Em caso de o ex-presidente petista não disputar, o cenário fica mais conturbado.

Marina lidera (22%), mas com vantagem mais estreita do segundo colocado, Bolsonaro (16%). Barbosa fica em terceiro (12% ou 13%).

Se a disputa se der apenas entre nomes não citados na Lava Jato, critério que fortaleceu a especulação em torno de Doria, Marina continua em vantagem. Ela lidera (27%), seguida por Bolsonaro (18%), Doria (14%) e Moro (12%).

Considerando-se o cenário com Lula e Alckmin, o petista vai melhor no Nordeste (48%), no Norte (39%), entre eleitores com ensino fundamental (39%) e os mais pobres (39%).

Bolsonaro cresce entre homens (22%), jovens de 16 a 24 anos (23%), com ensino médio (21%) e superior (21%) e de renda familiar mensal de cinco a dez salários mínimos (25%). Seu eleitorado é maior no Centro-Oeste (22%).

Alckmin amplia vantagem entre os mais ricos (14%), os com 60 anos ou mais (12%) e no Sudeste (12%). Marina se saí melhor no Norte (18%), entre mulheres (18%), jovens de 16 a 24 (18%) e de ensino médio (17%).

REJEIÇÃO E PARTIDOS

Conhecido por 99% dos

brasileiros, Lula tem a maior rejeição: 46% dizem que não votariam nele de jeito nenhum. O patamar é similar ao aferido em abril (45%).

Em segundo, Alckmin, acusado por delatores da Odebrecht de ter usado caixa dois, o que ele nega, teve a rejeição aumentada de 28% para os atuais 34%. Ele é conhecido de 87% do eleitorado.

Conhecido por 63%, Bolsonaro, com discurso de ultradireita, é descartado por 30%. Moro, conhecido por 79%, tem rejeição de 22%. E Doria, novato na política eleitoral, é conhecido por 59% e rejeitado por 20%.

Em meio à crise política, o PT atingiu sua maior popularidade desde 2015 e tem a preferência de 18% do eleitorado.

A legenda foi lider isolada em popularidade de 1999 até junho de 2015, quando empatou tecnicamente com o PSDB. À época, os simpatizantes dos petistas eram 11% e do tucanos, 9%. Em dezembro do mesmo ano, o PT continuava a pontuar 11% e o PSDB chegava a 8%.

Depois do impeachment de Dilma Rousseff, a sigla da ex-presidente ainda penava. Em dezembro de 2016, tinha 9%. Voltou a crescer em maio deste ano, quando alcançou 15%.

Hoje, empatados em segundo com 5%, estão PSDB e PMDB. Já PSOL, PV e PDT têm 1% cada. A maioria (59%) dos entrevistados, no entanto, não tem preferência por partido.

Líderes de movimentos de direita e esquerda planejam candidaturas

Kim Kataguri, do MBL, tentará ser deputado federal; novatos hesitam sobre qual partido escolher

Ex-presidente da União Nacional dos Estudantes Carina Vitral será candidata a deputada estadual pelo PC do B

ANA LUIZA ALBUQUERQUE
DE SÃO PAULO

“Ele é um dos fundadores e líderes do Movimento Brasil Livre, um grupo libertário que promove valores do livre mercado em oposição ao Partido dos Trabalhadores”, anuncia o “Liberty Fest”, seminário de vertente liberal que aconteceu no último fim de semana em uma escola de negócios em Varsóvia, na Polônia. O palestrante convidado é figura conhecida no Brasil: Kim Kataguri.

Entre palestras, consultorias e a coordenação do MBL, que o alçou a celebridade nas redes, Kim quer desembarcar de vez em outra cidade — Brasília. À reportagem ele conta que será candidato a deputado federal em 2018.

O partido, entretanto, ainda não está definido. Kim aguarda o desenrolar da reforma política para avaliar as opções, já que, caso aprovada, a cláusula de barreira limitará o funcionamento das legendas que não obtiverem 2% dos votos válidos para deputado. Assim, partidos menores e o Novo, o Podemos e o PV estão ameaçados.

Kim não é o único a tentar a carreira política. O jovem diz que o MBL, que elegeu se-



Kim Kataguri, do Movimento Brasil Livre, grupo de direita que esteve à frente dos atos pelo impeachment de Dilma

te vereadores em 2016, pretende sair das próximas eleições com 15 deputados federais e outros 15 estaduais.

Outra liderança que deve seguir este caminho é Carla Zambelli, do movimento Nas Ruas, fundado em 2011 sob a bandeira do combate à corrupção. Ela está dividida entre o DEM e o Novo para uma possível candidatura à Câmara dos Deputados.

Ainda que o grupo tenha sido criado após o escândalo do mensalão do DEM, em 2007, Carla diz acreditar que “há uma cultura de não manter dentro da legenda pessoas envolvidas com corrupção de forma escancarada”. “O PSDB nem considera a possibilidade de expulsar o Aécio

Neves. Isso já faz com que eu descarte o partido”, afirma.

Ela conta que pensa em entrar na política porque “agora as mudanças só podem ser feitas de dentro” e por ter tido a carreira “anulada”.

“Algumas pessoas entram para os movimentos já pensando em se candidatar. O meu caso foi diferente. Nenhuma empresa quer contratar uma pessoa que tem um inquérito policial aberto na Polícia Federal [em 2016, Carla foi responsável por levar dois bonecos infláveis a uma manifestação, representando o então presidente do STF, Ricardo Lewandowski, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot]”, diz.

Rogério Chequer, líder do

Vem pra Rua, fundado em 2014, explica que nos últimos meses o grupo se reorganizou em torno da luta anticorrupção e da renovação política.

Questionado se ele próprio faria parte desta renovação em 2018, Chequer afirma que ainda não decidiu sobre candidatura.

Segundo o presidente do Novo, João Amoêdo, o partido não tem uma estratégia específica para atrair lideranças desses movimentos, mas a filiação é incentivada.

“Acho interessante receber estas figuras porque são alinhadas ao que defendemos”, afirma o dirigente partidário.

ESQUERDA

Do outro lado do espectro

Fiscalização descobre remédios em cela de Cabral

Local tinha excesso de antidepressivos

DO RIO

Em fiscalização surpresa na cela onde está preso o ex-governador do Rio Sérgio Cabral, o Ministério Público encontrou duas caixas com quase 30 comprimidos de antidepressivos (medicação controlada, de tarja preta) e dezenas de comprimidos não identificados. Cabral está detido na Cadeia Pública José Frederico Marques, em Benfica, no Rio.

Segundo o Ministério Público, Cabral disse ter receita médica para dois antidepressivos por dia e que os demais comprimidos não identificados são vitaminas.

A blitz constatou que mais dois presos, custodiados em outras celas, também mantinham medicação controlada.

O diretor da cadeia, Fabio Ferraz Sodré, foi advertido pelo Ministério Público sobre a quantidade de remédios à disposição dos internos.

“[Eles] poderiam ministrar acidental ou intencionalmente alta dose, levando à internação ou até a morte, além da possibilidade de tráfico dos comprimidos”, diz o órgão.

Sodré afirmou que os custodiados recebem remédios para um período mais longo, para não sobrecarregar o serviço da enfermaria com a entrega diária de comprimidos.

Notificada, a Seap (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária) informou que os medicamentos foram retirados da cela e serão entregues só na hora prescrita.

A defesa de Cabral não foi localizada. (LUIZA FRANCO)

Marlene Bergamo - 21.set.2015/Folhapress

GOVERNO ENCURRALADO

Planalto quer ação rápida contra denúncia

Governo articula estratégia com base aliada para barrar peça de Janot em três semanas, antes do recesso parlamentar

Presidente pretende garantir relator aliado na CCJ da Câmara, além de planejar defesa célere no colegiado

DE BRASÍLIA

Na semana decisiva para sua sobrevivência no cargo, o presidente Michel Temer tenta mobilizar a base aliada para barrar, já na primeira quinzena de julho, a denúncia que a Procuradoria-Geral da República deverá apresentar contra ele por corrupção.

Em reunião no Palácio do Alvorada neste domingo (25), o peemedebista discutiu com sete ministros, além de parlamentares, estratégia para lidar com denúncia preparada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

O governo quer liquidar a denúncia em três semanas, mas não sabe ainda como será apresentada, se fatiada ou uma única peça, nem quando chegará ao Congresso.

Por isso, Temer deixou a equipe de sobreaviso para um novo encontro tão logo Janot conclua os trabalhos.

Além de abreviar prazos na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, o Palácio do Planalto pretende garantir a nomeação de um relator próximo à gestão e um placar folgado na comissão para recusar a denúncia.

A ideia é que Temer use apenas três de dez sessões a que tem direito para apresentar sua defesa, pressionando o relator a elaborar a conclusão também em três sessões,



Presidente Temer, que prepara estratégia de defesa na Câmara para denúncia da PGR

e não nas cinco previstas.

O Planalto trabalha para que o presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), indique para a relatoria um parlamentar peemedebista gaúcho: Alceu Moreira ou Jones Martins. Os dois tiveram parte de suas campanhas em 2014 financiadas por Michel Temer, como mostrou a **Folha**.

Além disso, o governo defende substituições de titulares e suplentes na CCJ para garantir a presença de parlamentares combativos, que defendam insistentemente o presidente em discussões.

Neste domingo (25), a **Folha** mostrou que um quinto dos 66 titulares que julgarão a procedência da denúncia na comissão já foi citado em

planilhas de pagamentos ou nas delações de executivos da Odebrecht e da JBS.

A avaliação do Palácio do Planalto é que, quanto mais se estender a tramitação da denúncia, maior será o desgaste do presidente e a duração da crise política, que tem afetado o cronograma das reformas governistas.

Caso não seja possível liquidar a fatura antes do início do recesso parlamentar, que começa em 18 de julho, a base aliada articula o adiamento das "férias", segurando a votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

AGU

Na manhã de domingo, o presidente se reuniu com a

ministra da AGU (Advocacia-Geral da União), Grace Mendonça, e garantiu a ela sua continuidade no cargo. O peemedebista afirmou que nunca cogitou tirá-la do posto e elogiou o seu trabalho.

No sábado (24), em São Paulo, ele já havia telefonado para a ministra para negar a intenção de fazer uma mudança na pasta.

Na semana passada, o entorno do presidente afirmava que ele avaliava nomear para o posto o subchefe para assuntos jurídicos da Casa Civil, Gustavo Vale Rocha.

A intenção era colocar alguém com maior trânsito político para defender Michel Temer. (GUSTAVO URIBE E DANIEL CARVALHO)

Pausas em áudio cortam fala de Temer, diz perícia

DE SÃO PAULO

Interrupções na gravação da conversa entre o empresário Joesley Batista e o presidente Michel Temer prejudicaram mais a fala do peemedebista, aponta perícia privada realizada pelo IBP (Instituto Brasileiro de Peritos), a pedido da **Folha**.

Análise do instituto já havia apontado, na última semana, que as interrupções devem ter sido causadas pelo próprio aparelho utilizado na captação de áudio. Novo relatório, finalizado no sábado (24), conclui que elas estão muito menos relacionadas à fala de Joesley e mais à do presidente, o que provocou "a falta de partes do seu discurso".

Segundo o IBP, equipamentos móveis como o utilizado suspendem a gravação enquanto não há som, para economizar bateria, e reativam mais eficientemente aos sons mais intensos.

Por isso, os sons emitidos de forma menos intensa — na gravação em questão, os de Temer — foram menos percebidos pelo equipamento.

"Essas características não apenas suprimiram o início de muitas falas, mas também prejudicaram a inteligibilidade das partes subsequentes que foram gravadas", diz a análise.

A perícia ainda diz haver possibilidade de manipulações no arquivo de áudio gravado na memória do aparelho, antes de ter sido entregue às autoridades.

Conforme o instituto, é possível substituir o arquivo original, que está dentro do gravador, por um igual, sem deixar rastros perceptíveis.

Como a **Folha** adiantou na sexta (23), perícia da Polícia Federal concluiu que não houve edição na gravação da conversa entre o empresário e o presidente. Segundo a PF, os peritos tiveram sucesso ao resgatar, no aparelho usado por Joesley, o arquivo original da gravação, o que permitiu comparação entre seu conteúdo e extensão com os do arquivo entregue pela PGR (Procuradoria-Geral da República).

Mas o IDP diz que uma análise que não considere a possibilidade de o arquivo original ter sido adulterado "pode concluir, talvez equivocadamente, que os dois arquivos são íntegros e originais apenas porque são iguais e um deles está na memória do gravador".

A gravação de Joesley foi feita no dia 7 de março e os dois gravadores entregues em 22 e 23 de maio.

O IDP frisa que não teve acesso aos dispositivos e mídias originais e que o valor probante da gravação só poderá ser efetivamente apurado com análise desses itens e do registro da geração e manipulação das mídias e arquivos de áudio.

Temer recua e deve apoiar nome de lista para vaga de Janot

Associação Nacional dos Procuradores da República elegerá três candidatos; subprocurador-geral Bonsaglia é favorito do Planalto

GUSTAVO URIBE
LETÍCIA CASADO
MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer pretende seguir um nome da lista tríplice da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República) para substituir o atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Ele chegou a cogitar não escolher alguém da lista, mas, para evitar a acusação de tentar interferir na Operação Lava Jato, manifestou em conversas reservadas a intenção de respeitá-la.

A avaliação é de que ele não pode correr o risco de se desgastar ainda mais, criando atritos com membros da

PGR (Procuradoria-Geral da República). Nas palavras de um aliado presidencial, a categoria jamais iria aceitar uma nomeação de fora.

No Planalto, cresce o favoritismo do subprocurador-geral Mario Bonsaglia, um dos oito candidatos à eleição da ANPR. Ele aparece ao lado da subprocuradora Raquel Dodge como cotado para ficar entre os dois primeiros.

Para a equipe do presidente, além de fazer críticas pontuais a Janot, Bonsaglia é considerado um nome mais aberto ao diálogo e de posições moderadas. Nos bastidores, faz críticas a aspectos técnicos das atuais investigações e ao estilo, avaliado como centralizador, de Janot.



Mario Bonsaglia, favorito do Planalto para vaga de Janot

Não há na gestão peemedebista fortes resistências a Raquel, mas uma preocupação com um perfil considerado "imprevisível", o que não seria tão favorável diante de um momento decisivo para o presidente, com apresentação de denúncia contra ele.

A eleição está marcada para terça-feira (27), de 9h às 18h. Os candidatos disputam uma das três vagas da lista tríplice. O resultado será divulgado às 18h30.

Pela Constituição, o presidente pode nomear qualquer integrante do Ministério Público da União com mais de 35 anos. O mandato de Janot termina em 17 de setembro. A lista tríplice foi instaurada em 2001 e, desde 2003, o pre-

sidente indica o mais votado.

Em debate promovido pela **Folha**, na sexta (23), Bonsaglia prometeu dar "todo o apoio aos trabalhos das forças-tarefas de Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo" e disse que os atuais investigadores "se sentirão à vontade de continuar trabalhando" com ele.

Em nota, Bonsaglia disse que, "por questões éticas e por não ter acesso aos processos", não faz críticas ou comentários sobre o trabalho técnico de Janot na Lava Jato.

Já Dodge declarou assegurar "integral e plena continuidade do trabalho contra a corrupção da Lava Jato, Greenfield, Zelotes e todos os demais processos em curso, sem recuar, nem titubear".

GOVERNO ENCURREALADO

Firma de amigo do presidente tem contrato em obra parada de estatal

Argeplan, que supervisionou lote da ferrovia Oeste-Leste, é de João Baptista Lima, próximo de Temer

Levantamento aponta que governo federal fez contratações de ao menos R\$ 295 mi com empresa de coronel

RUBENS VALENTE
REYNALDO TUROLLO JR.
DE BRASÍLIA

Alvo da Operação Patmos, a empresa Argeplan Arquitetura —do coronel aposentado da Polícia Militar paulista João Baptista Lima Filho, amigo de Michel Temer— participa do contrato de uma obra paralisada pelo governo federal na Valec, estatal que atua no setor de ferrovias.

Empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, a Valec foi foco de escândalos durante a gestão de José Francisco das Neves, o Juquinha, que foi preso e condenado sob acusação de desvios. O contrato assinado com o consórcio da Argeplan é de 2010, época em que Juquinha ainda presidia o órgão.

Levantamento feito pela **Folha** mostra que a empresa do coronel Lima foi contratada de forma direta ou indireta para contratos com órgãos e empresas públicas federais e estaduais que somam, ao menos, R\$ 295 milhões de 2009 a 2013.

No caso da Valec, a Argeplan integra o grupo com as empresas Falcão Bauer e Ceppla para “supervisão das obras” de construção de um dos lotes da Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Até o momento, segundo a Valec, foram pagos R\$ 50,1 milhões em decorrência do contrato, que deve alcançar um “valor total reajustado” de R\$ 74 milhões. A participação da Argeplan no consórcio é de 22%, o que representaria um recebimento pela empresa do coronel de R\$ 11 milhões.

Segundo a assessoria da Valec, o contrato está paralisado “devido à rescisão do contrato de construção” da obra, uma “decisão unilateral da Valec devido ao descumprimento das obrigações contratuais do consórcio Andrade Gutierrez/Barbosa Melo”. Com isso, houve a suspensão dos pagamentos ao consórcio da Argeplan.

É o segundo contrato no setor público em que a Argeplan atua e que está parado. Desde o ano passado estão suspensos os pagamentos relativos a outro contrato, no valor total de R\$ 162 milhões, para construção da usina nuclear Angra 3, no Rio. A Argeplan é sócia de uma empresa subcontratada por uma multinacional que venceu licitação.



Obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, de responsabilidade da estatal Valec, no município de Tanhaçu (BA)

REDE DE INFLUÊNCIA

Coronel amigo de Michel Temer coleciona obras públicas

CORONEL EMPRESÁRIO

Alvo da Operação Patmos, a empresa Argeplan, do coronel aposentado da PM-SP **João Baptista Lima Filho**, amigo de Michel Temer, atua no contrato de outra obra paralisada pelo governo federal na Valec, foco de escândalo

O contrato prevê “supervisão das obras do lote 04F da Ferrovia de Integração Oeste-Leste”, no valor total de R\$ 74 milhões

O contrato foi assinado em 2010, durante a gestão de José Francisco das Neves, o Juquinha, preso e condenado sob acusação de corrupção na Valec

DELAÇÃO

Segundo delatores da JBS, em 2014 a empresa entregou R\$ 1 milhão em espécie na Argeplan e nas mãos do coronel Lima. O dinheiro teria como destino final Michel Temer, então candidato a vice-presidente

REFORMA

A PF encontrou, em 18.maio, na sede da Argeplan, documentos que vinculam a empresa a uma reforma na casa de uma das filhas do presidente Temer, Maristela

OS TENTÁCULOS DE LIMA FILHO NO SERVIÇO PÚBLICO

Empresa do coronel foi contratada de forma direta ou indireta para contratos que somam ao menos R\$ 295 milhões, de 2009 a 2013

| Órgão | Eletronuclear | Valec | Metrô (SP) | Dersa (SP) | DNIT | DNIT |
|----------------------------|---|--|--|---|---|--|
| Obra contratada | Projetos eletromecânicos da usina nuclear Angra 3 (paralisada) ¹ | Supervisão das obras do lote 04F da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (paralisada) ² | Serviços de comunicação visual para 23 estações e 6 terminais da Linha 1-Azul ³ | Fiscalização, supervisão e acompanhamento de obras do trecho norte do Rodoanel ⁴ | Projetos para a construção de ponte e acessos na BR-153, em Xambioá (TO) ⁵ | Projetos para a construção de ponte sobre o rio Xingu ¹ , na BR-230, no PA ⁶ |
| Ano da assinatura | 2012 | 2010 | 2009 | 2013 | 2011 | 2010 |
| Valor (R\$ milhões) | 162 | 74 | 16,1 | 36,8 | 2,8 | 3,4 |

¹ Consórcio Falcão Bauer-Ceppla-Argeplan
² Consórcio Azul; empresas Constadel Construtora e Laços Detetores e Eletrônica Ltda., Sinalta Propista Sinalização Segurança e Comunicação Visual Ltda., Tekhnites

³ Consultores Associados Ltda. e Argeplan
⁴ Consórcio SEA: Argeplan, Sondotécnica e Encibra

⁵ Consórcio Maia Melo-Enescil-Argeplan
⁶ Consórcio Enescil-Maia Melo-Argeplan

OUTRO LADO

Valec diz que paralisação tem respaldo da lei

DE BRASÍLIA

O coronel João Baptista Lima Filho e seu advogado não foram localizados pela reportagem. Ao STF (Supremo Tribunal Federal) sua defesa afirmou que ele está internado em um hospital de São Paulo com suspeita de câncer. Os advogados anexaram no inquérito que investiga o presidente Michel Temer laudo de exame médico que indica que o estado de saúde dele é “precário”.

A Valec informou a **Folha** que a paralisação dos pagamentos ao consórcio liderado pela Andrade Gutierrez —que levou à suspensão do contrato com o consórcio da Argeplan— foi respaldada pela legislação e de acordo com um termo de decisão em processo administrativo de 2016.

A decisão considera, entre outros motivos, “o abandono das obras antes mesmo de o consórcio ter ingressado com ação judicial em que foi proferida decisão liminar determinando à Valec a assunção do objeto contratual; passivos ambientais decorrentes do abandono das obras; problemas construtivos e estruturais; e furtos de materiais alocados na obra, decorrentes de abandono de canteiro e falta de vigilância da via”.

A assessoria do Metrô de São Paulo informou que a Argeplan integrou consórcio que venceu concorrência, em 2009, no valor de R\$ 16 milhões. Antes, em 1997, também participou de uma obra menor, de R\$ 418 mil. “Os serviços foram prestados e os contratos encerrados em 2000 e 2013, respectivamente”, diz.

A Dersa afirmou que “não tem contrato vigente celebrado diretamente com a Argeplan”, mas que a empresa fez parte do Consórcio SEA, composto ainda por Sondotécnica e Encibra, que venceu uma licitação pública internacional em 2011, “formulada nos padrões e com a anuência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)”.

O DNIT informou que a Argeplan “participou de consórcio para elaboração de projetos em dois contratos. Nunca participou de obras ou serviço como consorciada”. A empresa atuou em dois contratos, de R\$ 2,8 mi e R\$ 3,4 mi, para elaboração de estudos e projetos de duas pontes no Pará e no Tocantins. (RV e RTJ)

cional que venceu licitação.

Delatores da JBS afirmaram à PGR (Procuradoria Geral da República) que em 2014 a empresa de carnes entregou R\$ 1 milhão em espécie na sede da Argeplan e nas mãos do coronel Lima. O dinheiro teria como destino final, ainda segundo a JBS, o presidente Michel Temer, então candi-

dato a vice-presidente.

Na Operação Patmos, em 18 de maio, a PF encontrou na sede da Argeplan documentos, incluindo um recibo de materiais para construção, que vinculam a empresa de Lima a uma reforma na casa de uma das filhas de Temer, Maristela. A PF investiga se o coronel pagou despesas pes-

soas de Temer ou da família.

RODOANEL

Além das obras relativas à Angra 3 e à Valec, a Argeplan foi contratada via consórcios, entre 2009 e 2013, pelo Metrô de São Paulo, por R\$ 16 milhões, para serviços de comunicação visual para as 23 estações e seis terminais ur-

banos, e pela também paulista Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A), com R\$ 36,8 milhões, para serviços de engenharia e apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras do trecho Norte do Rodoanel.

A Argeplan integra outros dois consórcios contratados pelo Dnit (Departamento Na-

cional de Infraestrutura de Transportes) para “elaboração de estudos e projetos” destinados à construção de duas pontes no Estado do Pará: uma em Xambioá, ao preço de R\$ 2,8 milhões, e outra sobre o rio Xingu, por R\$ 3,4 milhões. No primeiro consórcio, a Argeplan participa com 25%; no segundo, com 20%.

Concurso verifica cor da pele de cotistas aprovados

Candidatos a vaga de professor municipal de SP foram desclassificados

Secretaria de Direitos Humanos afirma que prefeitura cumpriu decreto de Haddad (PT), que deverá ser revisto

PAULO SALDAÑA
DE SÃO PAULO

No início de junho, Moacir Marques Lima Junior, 43, teve de entrar em uma sala com outros oito aprovados por cotas no concurso para professor da rede municipal de São Paulo. Portando uma placa com seus nomes no peito, os integrantes do grupo foram analisados por uma comissão que, com base na aparência, definiu quem ali era ou não era negro.

“Fomos constrangidos e humilhados. Não estava previsto no edital do concurso que iríamos passar por um tribunal de raças”, diz Lima Junior. De cor parda, filho de mãe negra e pai branco, o professor foi eliminado da relação de aprovados por cotas.

“Minha identidade como negro foi aviltada naquele momento”, afirma.

Lima Junior passou no concurso como cotista de acordo com lei de 2013, que reserva 20% das vagas em concursos públicos para pretos, pardos e indígenas. Denominam-se como negras as pessoas com pele preta e parda.

Sem que houvesse previsão no edital do concurso, no entanto —como ressaltam Lima Junior e outros prejudicados—, os aprovados pelo sistema foram chamados para a sessão de verificação do fe-

nótipo. Uma comissão da prefeitura formada por três pessoas definiu os aprovados.

Ao todo, 138 candidatos acabaram desclassificados na análise de aparência. A gestão João Doria (PSDB) informou que seguiu definição de decreto de 21 de dezembro de 2016, editado pelo ex-prefeito Fernando Haddad (PT). A equipe de Doria promete rever o decreto.

A lei municipal de cotas em concursos fala apenas em autodeclaração, a exemplo da legislação que reserva vagas nas universidades federais. O decreto de Haddad, porém, incluiu este novo rito. Ele segue o que prevê, inclusive, um decreto federal editado pelo presidente Michel Temer (PMDB) para concursos federais.

Lima Junior é professor há 14 anos. Formado pela USP, ele já havia sido aprovado em outro concurso municipal pelas cotas, quando foram exigidas como comprovação fotos suas e de familiares.

Um grupo de docentes reprovados nessa etapa tem se organizado para tentar a revisão da análise. Além de não concordarem com o método, reclamam que não houve oportunidade de recurso.

A comissão de análise é tocada pela Secretaria de Direitos Humanos. Segundo a titular da pasta, Eloisa Arruda, o município vai conceder prazos de recurso. “A prefeitura só cumpriu o que previa o decreto, editado na gestão passada. Vamos recepcionar as críticas, aprimorar eventualmente o processo ou mesmo eliminá-lo”, disse.





Comissão foi criada com apoio do movimento negro

Objetivo era evitar os sucessivos casos de fraude em concursos públicos

Zanone Fraissat/Folhapress

Gestão Haddad diz que criação de sistema foi resultado de discussões com Ministério Público e diversas ONGs

DE SÃO PAULO

Formada em educação física, a professora Chirilly Araujo, 31, autodeclarou-se “parda” na inscrição do concurso para professor da rede municipal, mas acabou eliminada porque a comissão da prefeitura entendeu que ela não era negra.

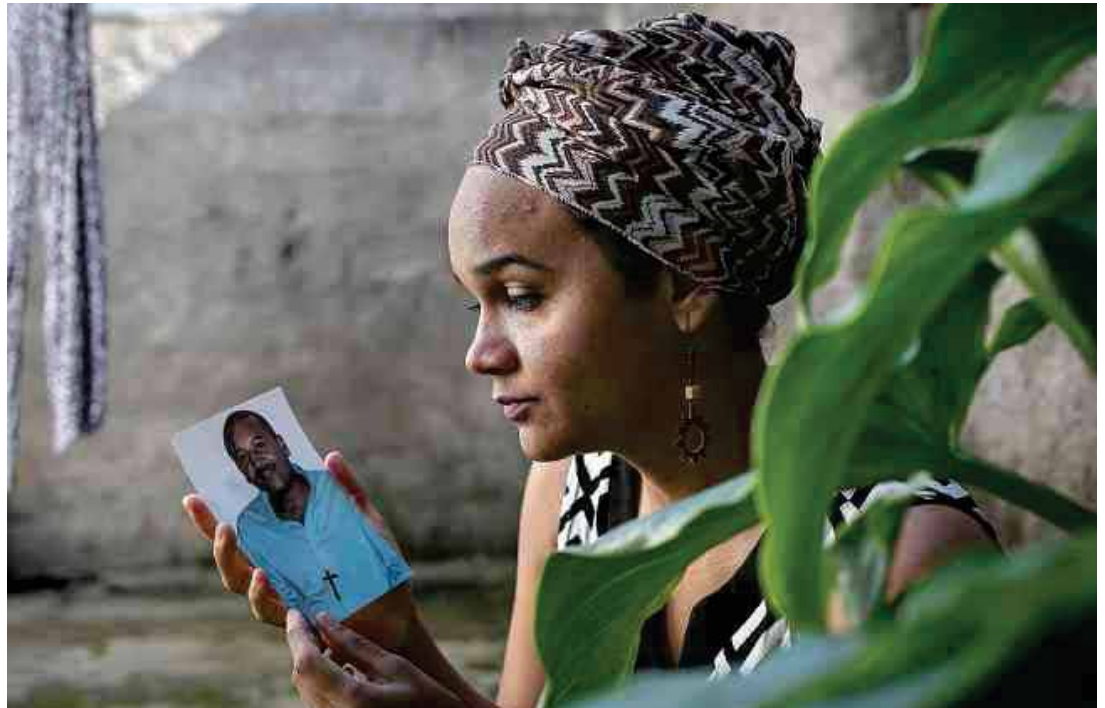
A professora, que também é passista de uma escola de samba da zona sul, reclama da subjetividade da análise, além da forma de avaliação.

“Eu me senti na fila dos escravos que estavam à venda, como se fossem pedir, a qualquer momento, para mostrar os dentes”, diz ela, que relata ter sido vítima de insultos racistas durante a infância.

“Levei uma vida toda para me afirmar como negra, e agora sinto como se minha identidade tivesse sido roubada. E todas as situações de racismo que passei?”, questiona.

Araujo conta que uma mulher com o mesmo tom de pele dela, mas de cabelos cacheados, foi aprovada. Ela não.

Segundo informações da equipe do ex-prefeito Fernando Haddad (PT), a criação da comissão de veracidade da autodeclaração foi resultado de um ano de discussões com membros do Ministério Pú-



A professora Chirilly Araujo foi eliminada de concurso após avaliarem que não era negra

blico e do movimento negro —que denunciam volume elevado de fraudes. Havia preocupação de não desmoralizar o instituto das cotas.

Para a secretária municipal de Direitos Humanos, Eloisa Arruda, a existência da comissão cria situações como essas.

“Em uma população miscigenada, como a brasileira, temos grandes dificuldades de identificação.”

Arruda indicou que o governo João Doria (PSDB) seguiu a legislação, mas vai re-discutir o decreto. Um comunicado será publicado no “Diário Oficial” nesta semana com prazo de recurso para

quem se sentiu injustiçado.

DEBATE

Frei David Santos, da ONG Educafro, apoiou a criação da comissão por causa dos repetidos casos de fraudes.

“Antes das cotas, poucos pardos quase brancos lutavam pelo negro. Mas agora que ser negro é vantagem, vários pardos quase brancos estão buscando esse direito.”

Segundo ele, a aparência é o fator primordial para o racismo, lembrando a alta correlação entre a cor de pele e mortalidade. “Tenho um sobrinho de pele mais branca que nunca sofreu racismo, ao contrário do primo dele, de

pele mais escura. Ambos são netos de um avô preto, mas a polícia só aborda um deles”.

Mas ele pondera sobre a forma da verificação. “É algo novo, temos que aperfeiçoar.”

Ele mesmo indica o desafio em relação aos pardos. O Mapa da Violência no Brasil em 2014 mostrou que 60,6% das vítimas de mortes violentas tinham pele parda.

Comissões que analisam a autodeclaração já causaram polêmica. A UnB (Universidade de Brasília) adotou uma a partir de 2004. Em 2007, irmãos gêmeos se inscreveram pela cotas. Um foi aprovado, outro não. O método foi abandonado em 2012. (PS)

ENTREVISTA DA 2ª FABIO LUCHETTI, 51

Só ação articulada e apartidária resolve a questão da cracolândia

PARA PRESIDENTE DO GRUPO PORTO SEGURO, NÃO ADIANTA ‘PINTAR UM VIADUTO OU RESTAURAR UM IMÓVEL’ SE CIDADE E ESTADO NÃO TIVEREM BONS PROJETOS

ANA ESTELA DE SOUSA PINTO DE SÃO PAULO

O setor privado está disposto a ajudar a prefeitura a recuperar a cidade, mas antes os governantes precisam concatenar bons projetos, diz o presidente do Grupo Porto Seguro, Fabio Luchetti, 51.

Com 10 mil funcionários instalados a duas quadras da cracolândia, em Campos Elíseos, a empresa é uma das maiores a concentrar suas atividades no centro de São Paulo e não pensa em sair dali.

Nos últimos quatro anos, inaugurou teatro para 508 pessoas e espaço cultural. “Se fizermos mais atividades, mais pessoas virão, e isso vai criando vida para o bairro.”

A frente de um grupo com duas dezenas de negócios e lucro líquido de quase R\$ 1 bilhão em 2016, Luchetti diz que a atividade econômica começa a melhorar, mas os problemas do país não se resolverão na próxima gestão.

“Não adianta só trocar o presidente. Todo o modelo é dependente de negociatas.”

Há estratégia empresarial em concentrar as operações no centro da cidade?

Estamos em Campos Elíseos há mais de 40 anos e crescemos aqui. Não foi planejado, só a forma de se organizar.

Mas muitas empresas saíram por temer danos à imagem.

A deterioração veio em duas ondas, em 1940 e em 1960. É um processo invisível, você não percebe ela se instalando, é muito sutil. A Porto chegou aqui em 1977, e fomos ficando.

Por que, além de ficar, construíram e investiram mais?

Tenho 10 mil pessoas trabalhando aqui, mas às 18h ficava tudo vazio. Com o teatro e o espaço cultural, passou a haver atividade de terça a domingo. Até as 23h chega gente, está tudo iluminado, carro que entra e sai, taxista.

Se fizermos mais atividades, mais pessoas virão, e isso vai criando vida para o bairro.

Atrai os moradores?

Por incrível que pareça, não consigo atrair o funcionário. Só 10%. Achávamos que ia haver fila. É o nosso desafio.

A cracolândia não preocupa?

Pontos como esse existem na Vila Leopoldina e outros bairros. Em algum momento isso vai se encaminhar, pois não pode ficar desse jeito.

Como encaminhar?

Realmente é um drama. Quando há harmonia entre prefeitura e governo estadual, eles concatenam projetos. Quando não há, piora. Fica nesse efeito sanfona.

A solução que tem que ser articulada e apartidária.

A recente intervenção na cracolândia afetou o grupo?

Muito mais no medo que gera nas pessoas que do ponto de vista prático. Tentamos tanto fazer as pessoas aproveitarem o centro de São Paulo, dizemos “pode vir que é tranquilo”. Ele chega aqui e está essa confusão toda.

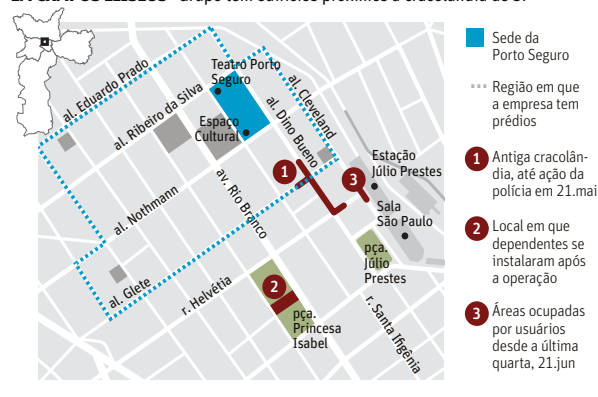
A prefeitura avisou sobre as intervenções?

Como somos muito atuantes na região, os prefeitos sempre vêm conversar sobre o bairro. O prefeito [João] Doria [PSDB] tem pedido apoio da iniciativa privada e o que a gente diz é que precisamos ter uma visão clara do projeto.

Não adianta ficar fazendo apoios a iniciativas completamente isoladas. “Ah, pinta um viaduto, ajuda a recuperar um imóvel”, no que isso resulta?

Se houver projeto e entendermos que agrega valor, estamos dispostos a apoiar.

EM CAMPOS ELÍSEOS Grupo tem edifícios próximos à cracolândia de SP



Porto Seguro criou um aplicativo para fiscalizar a zeladoria do bairro. Funciona?

O maior fiscalizador tem que ser o cidadão, que está na rua e paga imposto. Mas, em unção da crise institucional, moral, há uma desconexão entre o cidadão e os órgãos competentes. Hoje, 43 funcionários voluntários percorrem o e poucos quarteirões, ano a ano, lixo jogado na rua e encaminham já para as empresas diretamente combinadas, copiando a subprefeitura.

“O prefeito Doria tem pedido apoio da iniciativa privada, e o que a gente diz é que precisamos ter uma visão clara do projeto. Não adianta ficar fazendo apoios a iniciativas completamente isoladas”

so. Mas, para entrar, precisa ter uma preparação. O universo da política é diferente. Muita gente desiste, porque a frustração é enorme.

Por exemplo, fazer o teatro e o espaço cultural levou quatro anos. Se eu fosse prefeito, pensaria “Vou fazer mesmo isso? Quando eu for inaugurar esse negócio já não sou eu”.

Quem está na liderança precisa ter a vocação política. Mas, a partir do segundo escalão, deveria ser tudo profissionalizado. Se todo secretário quer ser prefeito um dia, se todo ministro quer ser presidente, não há estímulo para fazer o que não aparece.

Qual a crise moral que citou?

Tudo o que estamos vendo no país nos últimos dois anos. As pessoas estão indignadas, mas ao mesmo tempo estão discutindo política em qualquer nível, em qualquer lugar.

Isso está trazendo agentes novos. As empresas aposentam as pessoas aos 63, e o que eu faço dos 60 aos 80? Vai para a política! Vai fazer alguma coisa, né? Fica todo mundo reclamando, vamos ser mais protagonistas. Muitas pessoas com experiência em gestão começam a se interessar em querer resolver o problema.

Pensa em entrar na política?

Gosto de falar bastante dis-

so. Mas, para entrar, precisa ter uma preparação. O universo da política é diferente. Muita gente desiste, porque a frustração é enorme.

Por exemplo, fazer o teatro e o espaço cultural levou quatro anos. Se eu fosse prefeito, pensaria “Vou fazer mesmo isso? Quando eu for inaugurar esse negócio já não sou eu”.

Quem está na liderança precisa ter a vocação política. Mas, a partir do segundo escalão, deveria ser tudo profissionalizado. Se todo secretário quer ser prefeito um dia, se todo ministro quer ser presidente, não há estímulo para fazer o que não aparece.

Qual seria o estímulo?

Para ter um bom executivo-ministro, boa remuneração —mas associada aos entregáveis. Quanto melhor faz a pasta, mais a ganhar. Que fique milionário, mas é justo.

O sr. falou em novos atores nas eleições. O que espera?

Há uma melhoria da economia. Mais lenta do que se esperava, mas há. A questão é

RAIO-X

FABIO LUCHETTI, 51

Formação: administração de empresas, com especialização em museologia

Carreira: presidente desde 2012 do Grupo Porto Seguro, onde entrou aos 17, como office-boy

GRUPO PORTO SEGURO

Receita (2016): R\$ 16,3 bi

Lucro líquido: R\$ 923 mi

Funcionários: 15 mil

Principais concorrentes (em seguros): Bradesco, SulAmérica, Banco do Brasil e Mapfre

anos, teremos outro contexto.

Mora em que bairro?

Em Perdizes.

Moraria no centro?

Adoraria morar do lado da Pinacoteca, com o jardim da Luz. A praça é maravilhosa. Imagina acordar de manhã, andar na praça com meus dois cachorros, tomar café na Pinacoteca, ter o metrô do lado, uma arquitetura linda.

O centro é um museu a céu aberto. Imagine aquela praça do Patriarca com cafés em toda a volta. A gente vai para Europa com uma mochilinha nas costas e anda pela cidade toda. Quando vamos fazer isso em São Paulo?

Cresceu em que bairro?

Nasci no Brás, estudei lá, depois na Mooca. No final da adolescência vim para o centro, a pedido de minha mãe, morar com um tio-avô que ficou doente. Ele era corretor de seguros. Eu tinha 16 anos e vim morar perto do largo do Arrouche. Vinha aqui na Porto Seguro resolver os problemas para ele e acabei entrando na empresa. Depois disso morei no Alto da Lapa e em Perdizes.

Qual é seu lugar preferido no centro?

Sala São Paulo, Pinacoteca, Jardim da Luz. E o trecho da praça Patriarca, em direção ao largo São Francisco.

E o principal problema?

A sensação de insegurança. O estereótipo do usuário de drogas ou morador de rua também é deteriorado. Há, sim, pequenos furtos, mas isso também existe na Europa.

Para poder andar e poder contemplar é preciso diminuir um pouco a atenção e voltar o olhar mais para a observação. A sensação de insegurança não estimula isso.

F Saiba detalhes de ação para recuperar o bairro folha.com/no1895822

“As empresas aposentam as pessoas aos 63, e o que eu faço dos 60 aos 80? Vai para a política! Vai fazer alguma coisa, né? Muitas pessoas com experiência em gestão começam a se interessar em resolver o problema”

Fundos podem ter de vender ações e imóveis para pagar aposentadoria

Estudo aponta que entidades, que financiam projetos de longo prazo, ficarão sem recursos em 2031

Sector quer mudanças de regras e na tributação que permitam atrair mercado potencial de R\$ 474 bi em dez anos

ANA ESTELA DE SOUSA PINTO DE SÃO PAULO

Num momento de taxas de poupança e de investimento muito baixas, o Brasil pode enfrentar novo gargalo no financiamento de longo prazo.

Os fundos de pensão (planos de previdência restritos a funcionários de uma empresa), que estão entre os principais investidores em projetos de longo prazo, podem precisar vender participações acionárias e imóveis para pagar aposentadorias, diz o economista José Roberto Afonso.

Pesquisador do Ibrpe/FGV (Instituto Brasileiro de Economia), Afonso acaba de concluir um estudo para associação do setor (Abrapp), em parceria com o consultor Paulo Roberto Vales.

Se não houver mudanças no setor, diz, os recursos dos fundos de previdência fechados se esgotarão entre 2031 e 2034, dependendo da taxa de juros reais estimada (3% e 5% ao ano, respectivamente).

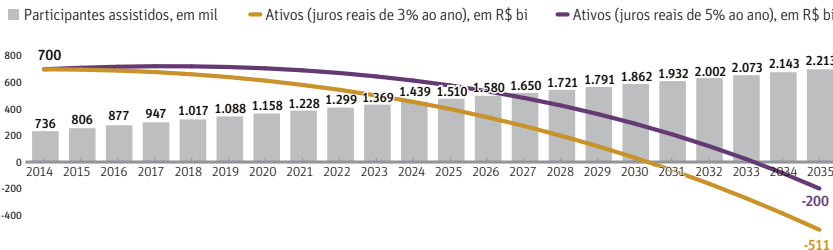
Mas, muito antes disso, as instituições terão de começar a mobilizar os cerca de R\$ 320 bilhões que estão em investimentos de longo prazo.

"Nossa simulação ainda é otimista", diz o economista. O estudo considera que cada funcionário que deixa uma empresa é reposto e o número de atuais contribuintes (cerca de 2,54 milhões) se mantém, "o que não está acontecendo e, provavelmente, não voltará a acontecer".

Os fundos com maior volume de investimentos hoje são de empresas estatais, como a Previ (do Banco do Brasil), o Petros (da Petrobras) e a Funcef (da Caixa). As três estão reduzindo suas equipes.

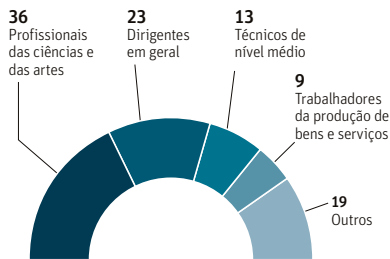
LONGO PRAZO EM RISCO

Sem mudanças, recursos dos fundos fechados de previdência podem acabar em 2031



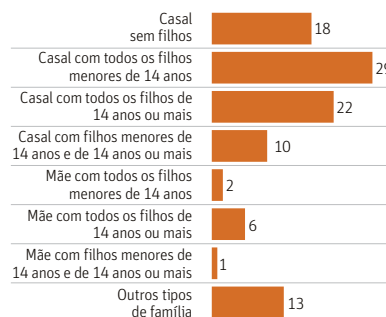
POTENCIAL DA PREVIDÊNCIA PRIVADA

Raio-X dos possíveis novos segurados, em %



Fonte: Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), com elaboração de José Roberto Afonso

Arranjos familiares beneficiados, em %



A participação dos fundos de pensão em ações e fundos de ações já vem caindo, de 33% dos investimentos em 2010 para 19% em 2015.

Os grandes fundos também têm sido obrigados a fazer mudanças para corrigir a previsão de rombos futuros (os chamados deficit atuariais) e enfrentam investigação sob suspeita de corrupção na Operação Greenfield.

A hipótese é que investimentos superavaliados tenham levado a perdas.

Do lado das empresas privadas, a previdência fechada é geralmente mantida por

multinacionais, que também enxugaram suas equipes.

Segundo Afonso, o governo precisa se antecipar. "É como um jogo de futebol em que já entrássemos perdendo de três gols. Precisa atacar, fazer quatro gols para não perder."

DESESTÍMULO

Entre os pontos que precisam de mudanças, segundo Afonso, estão a tributação —"em vez de estímulo, há desestímulo à participação"— e a regulação, que encarece o modelo e o deixa limitado às grandes empresas. "O sistema regulatório foi criado pa-

ra grupos de 200 mil funcionários. Não funciona para empresas com 50 vagas."

Só a Previ, o maior fundo do país hoje, tem mais de R\$ 160 bilhões de ativos, 100 mil contribuintes e paga benefícios a mais de 88 mil.

O financiamento de longo prazo também enfrenta gargalos no setor de previdência privada, cujas regras exigem liquidez diária e portabilidade. "Para não correr riscos, as instituições preferem aplicar em dívida pública, que paga juros altos e pode ser resgatada diariamente."

O próximo passo será le-

vantar impactos de mudanças regulatórias e sugerir produtos mais adequados para previdência privada.

No estudo para a Abrapp, Afonso estimou que a previdência fechada tem potencial para crescer entre R\$ 234 bilhões e R\$ 474 bilhões em dez anos, em valores atuais.

A análise considera contribuição entre 4% e 8% da renda de 4 milhões de brasileiros. O cliente potencial típico é homem, de 30 a 44 anos, da região Sudeste, casado com filhos e com rendimento pessoal acima do piso previdenciário (R\$ 5.531,31 em 2017).

Crédito privado é gargalo para infraestrutura

DE SÃO PAULO

O Brasil enfrenta um grande desafio de financiamento de longo prazo para concessões e infraestrutura, afirma o economista Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho.

Em artigo sobre as fraquezas do mercado de capitais brasileiro, o diretor da Anbima diz que, sem reformas, não haverá financiamento privado de longo prazo "nem na próxima década" e "estaremos condenados ao voo de galinha".

Entre 2010 e 2015, BNDES, fundos regionais, Banco do Nordeste e fundos compulsórios foram responsáveis por 70% do financiamento de projetos de longo prazo, enquanto o mercado de capitais contribuiu com apenas 14%, e os bancos privados, com 16%, aponta Chrysostomo. Em 2015, a fatia dos bancos caiu para 9%, e a do mercado de capitais, para 4%.

A necessidade de soluções privadas cresce com a nova política do BNDES, que cortou financiamentos com juros muito abaixo do mercado.

Criadas em 2011, as debêntures incentivadas (papéis de dívida privada com incentivo tributário) financiaram dez projetos de investimento novos (os "greenfield") de 2012 a setembro de 2016.

Chrysostomo propõe uma transição coordenada pelo aparelho estatal para que os bancos privados assumam o papel hoje feito pelos públicos. Seria preciso mais instrumentos de crédito via securitizações de recebíveis, fundos de recebíveis, fundos de crédito estruturado, entre outros, que reduzissem aos poucos "a dependência do crédito curto, caro e reduzido dos bancos privados".

Outra ação necessária, segundo ele, é incentivar o mercado secundário.

Crise amplia casos de afastamento do trabalho por ansiedade

Concessões de auxílio-doença crescem 17% em 4 anos e só ficam atrás dos casos de depressão entre transtornos mentais e comportamentais

LAÍS ALEGRETTI NATÁLIA CÂNCIAN DE BRASÍLIA

Medo do futuro, palpitações, insônia, falta de ar, sensação de paralisia.

Situações assim, que descrevem alguns dos sintomas de ansiedade, têm levado mais pessoas ao afastamento do trabalho.

Dados da Secretaria de Previdência mostram que as concessões de auxílio-doença por transtornos de ansiedade cresceram 17% em quatro anos — de 22,6 mil, em 2012, para 26,5 mil, em 2016.

Nesse período, as despesas com o benefício à União foram de R\$ 1,3 bilhão.

A ansiedade já responde por dois em cada dez afastamentos por transtornos mentais e comportamentais, categoria que também abrange depressão, esquizofrenia e problemas relacionados ao uso de drogas.

Fica atrás apenas de depressão, que responde por

três em cada dez concessões desse tipo de benefício. O auxílio-doença é previsto para segurados do INSS acometidos por doenças que impeçam o trabalho.

Para especialistas, entre os fatores para o aumento dos afastamentos por ansiedade, estão a crise econômica e a maior conscientização sobre a doença, o que colabora para diagnóstico e tratamento.

"Doenças psiquiátricas menores, em que o estresse e ambiental é um fator para desencadeamento, aumentam em época de crise econômica, porque cresce a insegurança", afirma Márcio Bemik, coordenador do ambulatório de ansiedade do Instituto de Psiquiatria da USP.

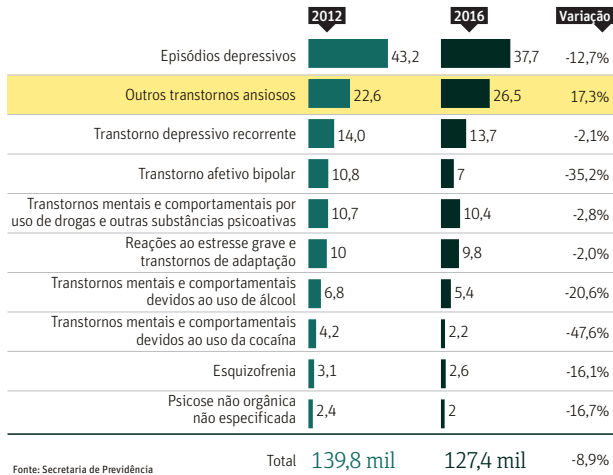
Ansiedade, segundo ele, é mais comum que depressão, mas é menos diagnosticada.

"É desafiador enfrentar transtorno mental porque é subjetivo", afirma o subsecretário da Previdência Social Benedito Brunca.

Bemik diz que a incapacita-

NO DIVÁ

Principais motivos para a concessão de auxílio-doença devido a transtornos mentais e comportamentais, em milhares



Fonte: Secretaria de Previdência

tação profissional é um dos fatores que ajudam a diagnosticar quando a ansiedade é uma doença. "O que vai determinar se é uma doença ou não é o sofrimento excessivo e prejuízo funcional", diz.

Hoje, transtornos mentais e de comportamento são o terceiro maior motivo de afastamento do trabalho, atrás de lesões e doenças do sistema osteomuscular.

SEM VOLTAR

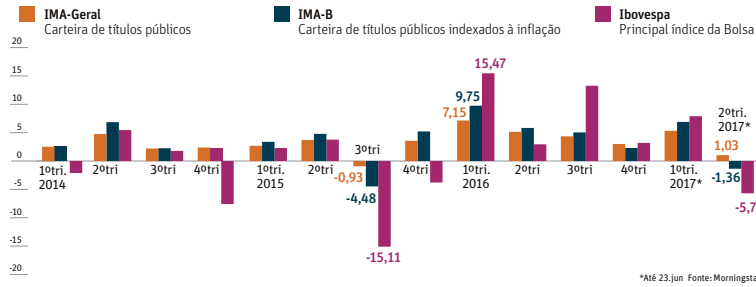
"Comecei a ser muito pressionado. Quando vi, estava doente", afirma o bancário Webert Maciel, 28.

Segundo ele, a doença começou após ter sofrido assédio moral no trabalho.

"Tinha pânico de sair de casa. Passava cinco dias sem dormir e comecei a desmaiar. Era depressão profunda."

Mesmo com laudo de três médicos e dois psicólogos, ele diz que teve de recorrer à Justiça para comprovar no INSS que o quadro tinha ligação com o trabalho.

CRISE POLÍTICA AFETA BOLSA E RENDA FIXA Rendimento trimestral, em %



Crise política põe fim a ciclo de ganhos em investimentos

Bolsa cai após 5 trimestres de alta, e renda fixa tem pior período em quase 2 anos

Analistas afirmam que instabilidade deve continuar e recomendam cautela ao investidor que dispõe de tempo

FLAVIA LIMA DANIELLE BRANT DE SÃO PAULO

Se os efeitos da crise política na atividade econômica são difíceis de serem mensurados, sobre os investimentos o impacto é indiscutível. Embora ainda falte uma semana para o fim de junho, já é possível dizer que o caos criado pela delação da JBS colocou um ponto final em cinco trimestres consecutivos de ganhos tanto na renda fixa quanto na renda variável. É o pior desempenho trimestral para os ativos em quase dois anos. O Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores, perdeu 5,7% no segundo trimestre, até o dia 23. Os preços das ações, segundo especialistas, costumam antecipar a recuperação econômica e também os períodos mais difíceis. Por isso, as incertezas deflagradas em maio chegaram primeiro, e com mais força, à Bolsa de Valores.

Após subir 0,65% em abril, o Ibovespa perdeu 4,12% em maio e cerca de 2% em junho, até o dia 23. Embora os efeitos mais danosos sejam mais claros na Bolsa, o segundo trimestre também foi o pior para a renda fixa em quase dois anos. O IMA-Geral, uma carteira que replica os títulos públicos que estão no mercado, rendeu 1% de abril até 23 de junho, segundo a Anbima. O rendimento equivale a apenas 45% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), usado como referência para esse tipo de investimento. Com exceção do último trimestre de 2016, quando ficou praticamente empatada com o CDI, essa carteira de títulos públicos não perdia para o índice de referência desde o terceiro trimestre de 2015. Outra carteira que reúne os títulos indexados à inflação, chamada de IMA-B, teve um desempenho ainda pior, ao cair 1,36% em igual período. Segundo o consultor de investimentos independente Marcelo d'Agosto, mesmo sem sinais mais robustos de recuperação da atividade, a possibilidade de reformas e a queda da inflação e dos juros vinham favorecendo os ativos brasileiros.

“A JBS mudou isso”, diz. Com sobra de recursos, o investidor externo também operava na lógica de que era possível correr mais riscos e isso favorecia os mercados emergentes. Agora, diz o consultor, o Brasil pode ser excluído dessa onda diante do risco bem mais elevado do que seus pares. É improvável, dizem especialistas, que o mercado acionário consiga recuperar parte do fôlego perdido do trimestre nesta semana final do período porque não há uma melhora no horizonte político-econômico de curto prazo. Além do cenário continuamente turbulento, a Bolsa ainda incorporou uma variável externa, que foi a queda do preço das commodities no período, diz Carlos Eduardo Rocha, sócio e responsável pela gestora de recursos do Brasil Plural. “O mercado vai ficar em compasso de espera e em meio a uma volatilidade grande”, afirma Rocha. A perspectiva, diz, é que as oscilações persistam pelo menos até que a reforma da Previdência seja aprovada, mesmo que mais fraca. Se não houver aprovação nenhuma, diz ele, é de esperar que os mercados piores.

A Bolsa iria abaixo de 60 mil pontos, e o dólar subiria para outro patamar. “Mas sou otimista e acho que com boas empresas você pode ter retornos acima de 10%”, diz. **DEIXAR A POEIRA BAIXAR** Ao investidor que dispõe de tempo a recomendação é “esperar e deixar a poeira baixar”, diz o planejador financeiro Renato Roizinblit. “Mas, se ele precisa do dinheiro nos próximos meses para algum compromisso assumido, o cenário pode ficar pior do que está hoje”, diz. Nesse caso, afirma, o melhor é recorrer a ativos pós-fixados, que são os mais conservadores e oscilam conforme a tendência do mercado. “É melhor realizar a perda [desfazer-se do ativo] no momento que pode provocar uma perda ainda pior daqui a dois meses”, afirma. Para d'Agosto, independentemente do cenário, o investidor deve manter a estratégia compatível com o seu objetivo. “Não é bom ficar seguindo a rentabilidade.” Se o horizonte é o curto prazo, afirma, é preciso ficar em uma aplicação mais conservadora mesmo que esteja rendendo menos.

ANÁLISE

Investir se tornou negócio mais arriscado após Lava Jato

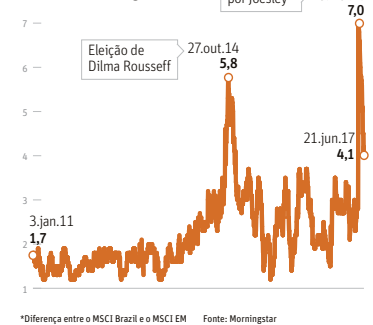
MARCELO D'AGOSTO ESPECIAL PARA A FOLHA

A forte alta do dólar em relação ao real e a queda expressiva do preço das ações e dos títulos públicos brasileiros em 18 de maio, um dia depois que o presidente Michel Temer foi envolvido em acusações pela JBS, marcou o ápice de uma marcha que começou em março de 2014. Desde que a Operação Lava Jato inaugurou a fase ostensiva, investir no Brasil passou a ficar cada vez mais arriscado. Uma das maneiras de estabelecer o risco dos ativos financeiros é medir o grau de oscilação diária dos preços. Ao aplicar hoje num título de renda fixa vinculado aos juros de curto prazo, por exemplo, a expectativa é que no fim de um ano a rentabilidade atinja por volta de 8,6%. A variação diária é bem pequena e, no fim, a acumulação das taxas tende a garantir o retorno próximo ao esperado. Já o investimento na Bolsa é muito menos previsível. A rentabilidade diária do Ibovespa, o principal índice do mercado brasileiro, pode facilmente ultrapassar a

marca de 1%, para cima ou para baixo. A consequência é que, no fim do período de um ano, o rendimento total da aplicação em ações pode ser muito diferente do que foi originalmente imaginado. O risco está associado à dificuldade de prever a rentabilidade de futura. Os especialistas do mercado financeiro desenvolveram um método para estimar o risco dos ativos, conhecido no jargão como volatilidade. Por esse critério, é possível comparar diferentes riscos nos mais variados mercados. Até o começo de 2014, a volatilidade do mercado de ações no Brasil era, em média, 50% maior do que nos demais países emergentes. Desde março de 2014, essa diferença vem aumentando e atingiu o pico de sete vezes em 18 de maio. Além da intensificação da Lava Jato, houve uma eleição apertada, o impeachment e a troca do governo nesse período. A redução do risco político é fundamental para reduzir as surpresas com os ganhos das aplicações financeiras. MARCELO D'AGOSTO é consultor de investimentos

TENSÃO NO MERCADO

Diferença entre a volatilidade no Brasil e nos demais emergentes*



*Diferença entre o MSCI Brasil e o MSCI EM Fonte: Morningstar

Em 2016, obter crédito foi mais difícil para empresas familiares

Preocupação com incerteza política aumentou em relação a 2015

NATÁLIA PORTINARI DE SÃO PAULO

De um ano para cá, as empresas familiares brasileiras passaram a se preocupar menos com o aumento no custo dos insumos e mais com a obtenção de crédito e a incerteza política e econômica. A conclusão é da auditoria KPMG. A porcentagem de empresas que tiveram dificuldade de acesso a financiamentos nos seis meses anteriores aumentou de 37% para 43% em relação ao ano anterior. “As instituições financeiras

passaram a exigir mais garantias reais e fazer avaliações de crédito mais detalhadas, sendo mais rigorosas”, avalia Sebastian Soares, sócio da KPMG no Brasil. O estudo converge com pesquisa da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) que afirma que, entre indústrias que buscaram crédito em 2016, 56,7% encontraram condições piores que no ano anterior. A principal forma de captação de recursos das empresas familiares, segundo a KPMG, são empréstimos e fi-

nanciamentos bancários (64%), seguidos de investimentos dos próprios proprietários (24%). Na primeira pesquisa, feita no fim de 2015, a inflação havia fechado o ano em 10,67%. A segunda foi um ano depois, pós-impeachment, com cenário de baixa inflação e expectativa de fim da recessão. Pela mudança no cenário econômico, a alta nos preços perdeu importância entre as empresas, com inflação passando de principal preocupação de 34% das empresas para apenas 9%. Outro sinal de otimismo é que 70% estão confiantes em relação ao futuro da empresa, ante 42% da pesquisa anterior.

Empresas familiares são as que têm uma ou mais famílias no controle, de qualquer tamanho. “No Brasil, as empresas querem continuar sendo familiares, diferentemente dos Estados Unidos, onde a primeira ideia é vender o negócio”, diz Sidney Ito, também sócio da consultoria. A pesquisa analisa ainda a quantidade de reuniões de conselho de administração — mais de dez por ano, em 53% das empresas —, sinal de independência da gestão. No Brasil, 53% das empresas familiares têm um conselho de administração. Na Europa, são 73%.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

debates@grupofolha.com.br

www.folha.com/tendencias

Apelo ao bom senso

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

As dificuldades políticas pelas quais passamos têm claros efeitos sobre a conjuntura econômica e vêm se agravando a cada dia. Precisamos resolvê-las respeitando dois pontos fundamentais: a Constituição e o bem-estar do povo.

Mormente agora, com 14 milhões de desempregados no país, urge restabelecer a confiança entre os brasileiros para que o crescimento econômico seja retomado.

A confiança e a legalidade devem ser nossos marcos. A sociedade desconfia do Estado, e o povo descrêdo do poder e dos poderosos. Estes tiveram a confiabilidade destruída porque a Operação Lava Jato e outros processos desnudaram os laços entre corrupção e vitórias eleitorais, bem como mostraram o enriquecimento pessoal de políticos.

Não se deve nem se pode passar uma borracha nos fatos para apagá-los da memória das pessoas e livrar os responsáveis por eles da devida penalização.

A Justiça ganha preeminência: há de ser feita sem vinganças, mas também sem leniência com os interesses políticos. Que se coíbam os excessos quando os houver, vindos de quem venham — de funcionários, de políticos, de promotores ou de juízes. Mas não se tolha a Justiça.

Disse reiteradas vezes que o governo de Michel Temer (PMDB) atravessaria uma pinguela, como o de Itamar Franco (1992-1994).

Colaborei ativamente com o governo Itamar, apoiei o atual. Ambos com pouco tempo para resolver grandes questões pendentes de natureza diferente: num caso, o desafio central era a inflação; agora é a retomada do crescimento, que necessita das reformas congressuais.

Nunca neguei os avanços obtidos pela administração Temer no Congresso Nacional ao aprovar algumas delas, nem deixo de gabar seus méritos nos avanços em setores econômicos. Não me posiciono, portanto, ao lado dos que atacam o atual governo para desgastá-lo.

Não obstante, o apoio da sociedade e o consentimento popular ao governo se diluem em função das

questões morais justa ou injustamente levantadas nas investigações e difundidas pela mídia convencional e social.

É certo que a crítica ao governo envolve todo tipo de interesse. Nela se juntam a propensão ao escândalo por parte da mídia, a pós-verdade das redes de internet, os interesses corporativos fortíssimos contra as reformas e a sanha purificadora de alguns setores do Ministério Público.

Com isso, o dia a dia do governo se tornou difícil. Os governantes dedicam um esforço enorme para apagar incêndios e ainda precisam assegurar a maioria congressual, nem sempre conseguida, para aprovar as medidas necessárias à retomada do crescimento.

Em síntese: o horizonte político está toldado, e o governo, ainda que se mantenha, terá enorme dificuldade para fazer o necessário em benefício do povo.

Coloca-se a questão agônica do que fazer.

Diferentemente de outras crises que vivemos, nesta não existe um “lado de lá” pronto para assumir o governo federal, com um programa apoiado por grupos de poder na sociedade.

Mais ainda, como o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) declarou que as eleições de 2014 não mostraram “abusos de poder econômico” (!) [em julgamento encerrado no dia 9 de junho], não há como questionar legalmente o mando presidencial e fazer a sucessão por eleições indiretas.

Ainda que a decisão tivesse sido a oposta, com que legitimidade alguém governaria tendo seu poder emanado de um Congresso que também está em causa?

É certo que o STF (Supremo Tribunal Federal) pode decidir contra o acórdão do TSE, coisa pouco provável. Em qualquer caso, permanecerá a dúvida sobre a legitimidade, não a legalidade, do sucessor.

Resta no arsenal jurídico e constitucional a eventual demanda do procurador-geral da República pedindo a suspensão do mandato pre-

Só o presidente pode reduzir o próprio mandato. Apelo a Temer para que medite sobre a oportunidade de um gesto dessa grandeza

sidencial por até seis meses [a iniciativa precisa ser aprovada por dois terços dos deputados] para que se julgue se houve crime de improbidade ou de obstrução de Justiça.

Seriam meses caóticos até chegar-se à absolvição [pelos ministros do STF] — caso em que a volta de um presidente alquebrado pouco poderia fazer para dirigir o país — ou a novas eleições. Só que estas se dariam no quadro partidário atual, com muitas lideranças judicialmente questionadas.

Nem assim, portanto, as incertezas diminuiriam — nem tampouco a descrença popular.

O imbróglio é grande.

Neste quadro, o presidente Michel Temer tem a responsabilidade e talvez a possibilidade de oferecer ao país um caminho mais venturoso, antes que o atual centro político esteja exaurido, deixando as forças que apoiam as reformas esmagadas entre dois extremos, à esquerda e à direita.

Bloqueados os meios constitucionais para a mudança de governo e aumentando a descrença popular, só o presidente tem legitimidade para reduzir o próprio mandato, propondo, por si ou por seus líderes, uma proposta de emenda à Constituição que abra espaço para as modificações em causa.

Qualquer tentativa de emenda para interromper um mandato externa à decisão presidencial soará

como um golpe.

Não há como fazer eleições diretas respeitando a Constituição Federal; forçá-las teria enorme custo para a democracia.

Por outro lado, as eleições “Diretas-Já” não resolvem as demais questões institucionais, tais como a necessária alteração dos prazos para desincompatibilização [de cargos públicos e eletivos por parte de possíveis postulantes], eventuais candidaturas avulsas, aprovar a cláusula de barreira e a proibição de alianças entre partidos nas eleições proporcionais. Sem falar no debate sobre quem paga os custos da democracia.

Se o ímpeto de reforma política for grande, por que não envolver nela uma alteração do mandato presidencial para cinco anos sem reeleição? E, talvez, discutir a oportunidade de antecipar também as eleições congressuais. Assim se poderia criar um novo clima político no país.

Apelo, portanto, ao presidente para que medite sobre a oportunidade de um gesto dessa grandeza, com o qual ganhará a anuência da sociedade para conduzir a reforma política e presidir as novas eleições.

Quanto tempo se requer para aprovar uma proposta de emenda à Constituição e redefinir as regras político-partidárias? De seis a nove meses, quem sabe?

Abriu-se assim uma vereda de esperança e ainda seria possível que a história reconhecesse os méritos do autor de uma proposta política de trégua nacional, sem conchavos, e se evitasse uma derrocada imerecida.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO foi presidente do Brasil (1995-2002) pelo PSDB.

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

SINAL
AMARELO

A força-tarefa da Operação Lava Jato está apreensiva com o impacto da delação de Antonio Palocci no sistema financeiro do país. Estuda uma forma de, ao contrário do que ocorreu com as empreiteiras, preservar as instituições e os empregos que geram.

HISTÓRIA

A mesma preocupação tem sido demonstrada pelo próprio Palocci nas conversas com os procuradores. Ex-ministro da Fazenda, ele tem ponderado que seria importante separar os bancos, como empresas, dos executivos que cometeram crimes.

PONTO FINAL

Uma das ideias que já circularam seria a de se promover uma complexa negociação com os bancos antes ainda da divulgação completa dos termos da delação de Palocci. Quando eles viessem a público, as instituições financeiras já teriam feito acordos de leniência com o Banco Central, pagando as multas e liquidando o assunto. Isso em tese evitaria turbulências de proporções ainda maiores do que as inevitáveis.

AMPULHETA

A dificuldade é como fazer isso em tempo exíguo, já que a negociação com Palocci para a delação premiada está em etapa avançada.

VENDAVAL

Empreiteiras como a Odebrecht sofreram graves consequências quando os escândalos em relação a elas se tornaram públicos. Tiveram que demitir em larga escala, paralisaram atividades, enfrentaram problemas de financiamento e se desfizeram de patrimônio.



Algo parecido ocorre agora com a JBS.

ADEGA

O jantar de encerramento do 12º Congresso de Jornalismo Investigativo da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) será oferecido pelo McDonald's, patrocinador do evento. Os pratos servidos na noite serão harmonizados com vinhos selecionados pela sommelier Alexandra Corvo.

ESTADO DA ARTE

O impasse sobre o anexo do Masp, prédio vizinho ao museu que deveria ser usado pela instituição, virou alvo de processo da Associação Preserva São Paulo. A entidade de defesa do patrimônio histórico e paisagístico entrou com ação civil pública na Justiça pedindo que o museu conclua a reforma do edifício Dumont-Adams. Diz que a obra, interrompida em 2013, deixou o imóvel “semidestruído”.

TELA DE PROTEÇÃO

A Preserva SP — que chama o local de “ruína abandonada que enfeia” a avenida Paulista — requer também pagamento de indenização por dano moral coletivo. E pede que recursos captados via Lei Rouanet para a revitalização sejam devolvidos. Segundo a ação, foram R\$ 14 milhões doados por quatro empresas. O prédio foi comprado pela Vivo em 2006 e cedido ao museu, num acordo que chegou a deixar o Masp devendo R\$ 40 milhões à operadora.

EM DEBATE

O Museu de Arte de São Paulo, via assessoria, diz que ainda não foi notificado da ação. Afirma que a dívida com a Vivo “foi sanada no fim de 2015 e não há atualmente nenhuma pendência legal em relação ao prédio”. No momento, segundo o Masp, o “programa de uso do edifício está sendo debatido em diversas instâncias do museu”.

NOVA LUZ

Uma das saídas da Osesp para economizar dinheiro em época de crise na cultura foi trocar todas as luzes internas da Sala São Paulo, no centro, por lâmpadas de LED. O consumo de energia com a iluminação do teto caiu 67% e com a iluminação das colunas, 93%. A mudança foi feita sem custo, a partir de parceria com uma empresa privada.

CURTO-CIRCUITO

Constance Zahn lança “O Guia Essencial de Casamentos”, hoje, no Nonno Ruggero.

O enólogo português Osvaldo Amado comanda jantar harmonizado, hoje, no Rancho Português.

“**Primeiro Passo**”, rap de Nathan Silva, aluno da rede estadual campeão do concurso Vozes pela Igualdade de Gênero, será lançado hoje.

A Bráz Elettrica, pizzeria da rede Bráz, será inaugurada hoje, em Pinheiros.

PAINEL

DANIELA LIMA

painel@grupofolha.com.br

Partido da autofagia

Já profundamente dividido sobre a aliança com o governo Michel Temer, o PSDB vive novo dilema, desta vez centrado na disputa pelo comando da legenda. Ala afeita ao governador Geraldo Alckmin (SP) defende que, com a derrocada de Aécio Neves (MG), caiba ao paulista indicar os dirigentes da sigla. Aliados de outros caciques, como José Serra (SP), defendem a manutenção de Tasso Jereissati (CE) na presidência. Têm, porém, um problema: o cearense diz que não quer ficar no posto.

Travou Com o impasse, tucanos ligados a Serra e aliados de Aécio atuam para evitar que o partido convoque convenção para definir nova direção. Acham que, com o apoio do prefeito de São Paulo, João Doria, que está em alta, o grupo de Alckmin pode levar o comando da sigla.

Em looping O impasse entre aliados de Alckmin e Serra tem como pano de fundo a disputa de 2018. Com Aécio fora de jogo, o governador despontou como presidenciável da sigla, mas Serra, que diz ser cedo para falar em eleição, ainda não desistiu de concorrer ao Planalto.

Fala sério Aliados do governador paulista no Congresso dizem, porém, que não há possibilidade de minimizar a participação dele na nova direção do PSDB. Para eles, é natural que Alckmin, apoiado por outros governadores, tome a dianteira do processo.

Presunção de culpa A imagem de Michel Temer anda tão arranhada que, segundo pesquisa do Datafolha, 50% dos que dizem desconhecer as denúncias de corrupção contra o presidente afirmam acreditar mesmo assim que o peemedebista tem envolvimento direto nelas.

Onde pega mais Dois em cada três entrevistados querem que Temer deixe imediatamente a presidência, mas essa taxa sobe no Nordeste. Lá, o índice apurado é de 74%. Percentuais mais altos pela manutenção do mandato até 2018 são encontrados entre os mais velhos (40%) e os mais ricos (42%).



Cuidem do quintal Enquanto tentam manobrar o grave caso de Aécio, tucanos se preparam para novo revés. Veem o governador Pedro Taques (MT) em situação cada vez mais delicada. Dois de seus secretários foram presos em operação que investiga grampos ilegais feitos com o aval do governo estadual.

Rebanho O senador Álvaro Dias (PR) tenta arregimentar filiados ao Podemos, antigo PTN, para aumentar a bancada no Senado. Atua, neste momento, para atrair o colega Reguffe (sem partido-DF).

Sigam-me Dias será lançado pré-candidato à Presidência no dia 2 de julho, em convenção do Podemos. Vai girar o país, a começar por BH.

Por fora Enquanto os procuradores Mário Bonsaglia e Raquel Dodge despontam nas bolsas de apostas da sucessão na PGR, o nome de Eitel Santiago começa a ser mencionado como opção menos amarga a Michel Temer em alguns nichos do Judiciário.

Longo inverno Às vésperas da primeira denúncia contra Temer, a oposição ironiza a agenda presidencial: “Julho/agosto é corrupção passiva; setembro/outubro é obstrução à Justiça e novembro/dezembro, organização criminosa”, diz o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).

Copo meio cheio Em meio ao acirramento da crise política, o ministro Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo) usa as armas que tem para defender o governo Michel Temer: “Inflação de 3,6%, PIB e emprego reagindo, reformas em discussão. A luta política não impedirá que o Brasil avance”, diz.

Deixa eu ver O Ministério Público Federal no DF pediu acesso ao processo em que Lúcio Funaro, preso na Lava Jato, cobra do grupo de Joesley Batista R\$ 30 milhões por serviços para a fusão de JBS e Bertin. O Ministério Público, que não era parte, quer checar indícios de corrupção.

» com THAIS ARBEX, JULIA CHAIB e RENATA AGOSTINI

“ tiroteio

Michel Temer queria a união nacional contra a crise. Nesse ritmo, vai conseguir a união nacional contra o seu governo.

DO DEPUTADO FEDERAL PEPE VARGAS (PT-RS), sobre o presidente ter apenas 7% de aprovação, menor marca registrada pelo Datafolha em 28 anos.

“ contraponto

Perde o amigo e a piada

Em comissão do Senado, no final de maio, Tasso Jereissati (PSDB-CE), que presidia a sessão, chamou no microfone o próximo parlamentar inscrito para discursar:

— Senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que já almoçou, saiu, e voltou agora com a cara descansada. Tirou um cochilo também, senador? — perguntou Tasso.

Ao ouvir a provocação, o peemedebista rebateu:

— Não, ao contrário! Eu sempre me animo com o bom humor, que é conhecido pelos talentos de Tom Cavalcanti, Chico Anísio [ambos do Ceará]. Agora, vejo que o senador Tasso Jereissati traz um pouco desse espírito para melhorar o ambiente no plenário!

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Sem juízo final

Julgamento de Lula no caso do tríplice em Guarujá, a ocorrer em breve, é só uma etapa de um processo mais amplo de depuração política

Espera-se, para os próximos dias, que a primeira das cinco ações penais em curso contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venha a ser julgada pelo juiz federal Sergio Moro, em Curitiba.

Trata-se do célebre caso do apartamento tríplice do Guarujá, visitado por Lula e seus familiares em companhia de Léo Pinheiro, ex-presidente da construtora OAS.

Segundo o Ministério Público, a reserva e a reforma do imóvel teriam funcionado como contrapartida a benefícios em favor da construtora nos seus contratos com a Petrobras.

Para alguns analistas, não se trata do processo em que sejam mais contundentes as provas contra o ex-presidente; o caso do sítio em Atibaia reuniria, por exemplo, condições de maior monta para levá-lo a uma condenação.

É de todo modo suspeito, para dizer o mínimo, que o proprietário de uma das maiores empreiteiras do país, às voltas com obras gigantes no âmbito nacional e internacional, viesse a dedicar seu tempo a convencer Lula e seus familiares da conveniência de um negócio imobiliário no litoral paulista.

Não há como prever o resultado desse processo, que, na hipótese condenatória, conhece ainda amplo caminho para recursos judiciais. Seria interessante, de resto, ve-

rificar qual a reação dos partidários de Lula —sempre veementes ao atribuir parcialidade a Moro— na eventualidade de o magistrado decidir-se por sua absolvição.

Aos adeptos e aos adversários do ex-presidente por vezes importam igualmente pouco as circunstâncias concretas do processo.

O clima de paixão ideológica parece confrontar dois ídolos populares, Lula e Moro, num terreno quase messiânico, do qual se abstraem tanto os imperativos da lei quanto estimativas concernentes ao futuro da política real.

Neste último aspecto, deve ser lembrado que mesmo se condenado agora, ou em algum outro processo de que é alvo, Lula dificilmente estará impedido de candidatar-se à Presidência da República nas eleições de 2018.

Só se confirmada uma sentença condenatória em segunda instância —para o que, no ritmo da Justiça brasileira, o prazo seria exíguo—, o líder petista teria a alcançá-lo a lei da Ficha Limpa.

Nessa hipótese, ganhariam força, ademais, as versões conspiratórias de que todas as ações judiciais contra Lula tinham apenas o fito de excluí-lo da vida política.

Com ou sem o tríplice, entretanto, não resta dúvida de que o PT e seu líder, a exemplo de tantos outros na política, puseram o Estado a serviço de suas conveniências e dos grupos que os corromperam.

O julgamento deste caso específico não se confunde com o juízo final; é uma pequena etapa, mais uma, de um processo de depuração sem data marcada para terminar.

Enredo realista

Falta muito para o Carnaval, porém já se ensaiam sambas-enredos menos espetaculosos no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Na capital fluminense, o prefeito Marcelo Crivella (PRB) anunciou a redução de 50% na verba destinada às escolas de samba —os recursos economizados iriam para creches conveniadas ao município.

Em resposta que soou a ameaça exagerada, a liga das agremiações carnavalescas afirmou que o desfile ficará inviabilizado.

Em 2016 e 2017, as 12 escolas do grupo especial receberam, cada uma, R\$ 2 milhões da prefeitura. Crivella pretende agora retornar ao valor anterior, de R\$ 1 milhão, pago de 2008 a 2015.

O prefeito já deu mostras de não ter apreço pelo Carnaval. Neste ano, o primeiro de sua administração, não seguiu a tradição de entregar a chave da cidade ao rei Momo nem compareceu à Sapucaí.

Motivações religiosas, especula-se, guiariam tal comportamento —Crivella é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus.

Há, no entanto, ao menos no que toca ao financiamento do Carnaval, um motivo de ordem pública em sua decisão: a crise orçamentária que acomete virtualmente todas as administrações do país.

Diante da queda geral de receitas tributárias —e sem a perspectiva de retomada em breve—, impõe-se uma rediscussão de prioridades, a envolver inclusive as despesas de menor monta. Tal realidade não pode ser desconsiderada pela liga das escolas.

Caso similar se dá em São Paulo, onde o prefeito João Doria (PSDB) também declarou a intenção de diminuir os gastos com o Carnaval, de R\$ 39 milhões em 2017. A suplementação dos recursos, disse, virá da iniciativa privada.

Esse parece, de fato, um caminho adequado. A cidade teve exemplo exitoso com os blocos de rua, que contaram com infraestrutura (R\$ 15 milhões) integralmente custeada por patrocínio neste ano.

Causa espanto, sobretudo, constatar no Carnaval carioca, o maior do país —1,1 milhão de visitantes e movimentação de cerca de R\$ 3 bilhões proveniente do turismo neste ano—, tamanha dependência de dinheiro público. Segundo a liga, o orçamento médio de cada escola é de R\$ 6 milhões, para um custo mínimo de desfile de R\$ 8 milhões.

Não há fantasia para equilibrar as contas. Às escolas sobram duas opções: adaptar-se a um quadro de maior restrição ou tornar mais eficaz a busca por recursos privados.

VINICIUS MOTA

Guerra de trincheiras

SÃO PAULO - Parcelas da elite brasileira engajam-se numa guerra que ruma para o impasse. Ninguém mais avança, pois a linha de defesa do polo mais fraco, a Presidência e o Congresso, está prestes a fixar-se em trincheiras inexpugnáveis.

Não se derruba facilmente um presidente da República no Brasil de hoje. Não bastam as acusações graves contra o mandatário, a sua impopularidade vultosa, a carga pesada da Procuradoria, abonada pela maioria do Supremo, ou a manifestação de grupos de imprensa pela sua queda.

É necessário cumprir o rito constitucional, que passa, com a exceção da via há pouco bloqueada da Justiça Eleitoral, por obter 342 dos 513 votos na Câmara. Se 1/3 dos deputados entrincheirar-se com Temer, não haverá afastamento nem deposição.

É triste constatar que os generais no comando da ofensiva contra Temer deram pretexto e argumento para a aliança cínica de proteção ao presidente inviável.

Procuradores tornam-se líderes declarados de cruzada contra “tudo o que está aí” na política. Juizes da corte constitucional suspendem prerrogativas obtidas nas urnas, contornando o que a Carta expressa, como se fosse ato banal.

Para abater o inimigo, o procurador-geral dá imunidade a um dos maiores corruptores da história. O Supremo diz que é isso mesmo e nada pode fazer diante de um acordo de delação. Criou um monstro inquisidor capaz de tudo devorar.

Temer olha em volta e detecta parlamentares atônitos em busca de proteção. Acena com a nomeação breve do novo procurador-geral e com mudanças na Polícia Federal. Mostra os braços financeiros e regulatórios do Executivo a sufocar empresas dos delatores de políticos.

Cava-se, desse modo, a última trincheira presidencial. A guerra não acaba, mas vai destruindo os liames de confiança sem os quais nenhuma nação prospera.

vinicius.mota@grupofolha.com.br

LEANDRO COLON

Um governo em ruínas

BRASÍLIA - Sábado, 13h. O ministro da Justiça, Torquato Jardim, marca uma entrevista de última hora. Fala por menos de três minutos, foge das perguntas dos repórteres e deixa sozinho à mesa o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello.

Episódios constrangedores e de comunicação desastrosa sobram no governo de Michel Temer, mas esse merece um lugar cativo: um ministro convoca a imprensa para bancar a permanência de quem ele já decidiu trocar, faltando apenas coragem para fazê-lo. Aos jornalistas o mesmo ministro evita garantir Daiello na direção da PF e ainda o abandona na frente das câmeras.

O governo Temer vive dias de pré-queda do governo Dilma Rousseff. Sem rumo, agoniza na Esplanada expondo falhas de estratégia, erros primários de comunicação, agenda internacional desprezível, e deslizes em votações essenciais como a da reforma trabalhista no Senado.

Depois de uma retomada de fôlego político nas semanas seguintes à

revelação da delação da JBS, Temer termina o mês de junho em seu pior momento desde a divulgação do áudio do encontro com Joesley Batista.

Das ruas, o apoiou minguiu, conforme mostra o Datafolha. Além dos pífios 7% de ótimo ou bom, em um ano subiu de 31% para 69% a avaliação “ruim ou péssimo” sobre o governo. Caiu de 42% para 23% a parcela que vê a gestão como “regular”.

É diante deste cenário que a Procuradoria-Geral da República denunciará o presidente logo mais — no mínimo por corrupção passiva — em razão de sua relação com a JBS.

Impopular, investigado, provavelmente denunciado, e cada vez mais isolado, Temer não demonstra reação política. Aposta tudo na suposta fidelidade de uma base no Congresso e no discurso de que ele, Temer, é essencial na condução das reformas. O governo ficará inviável quando a mesma base perceber que o presidente se transformou em um problema e que não precisa mais dele no Planalto para aprová-las.

RUY CASTRO

A vitória da melancia quadrada

RIO DE JANEIRO - Há quase dez anos, em agosto de 2007, falei neste espaço de um agricultor japonês, da ilha de Shikoku, que não se conformava com a dificuldade para guardar uma melancia na geladeira. O formato da fruta não ajudava —grande e arredondada, tomava muito espaço na prateleira e deixava cantos vagos e ociosos, difíceis de ser ocupados. Além disso, era instável, não parava quieta, era complicado cortá-la. Nosso herói perguntou-se se esse erro de design da natureza não seria passível de correção.

Como agricultor de mão cheia, calculou que, se começasse a cultivar melancias em caixas de vidro, elas acabariam adotando o formato da caixa. Talvez precisasse de muitas gerações de melancias para atingir o efeito, mas os japoneses não são como nós, sabem esperar —e, se ele não conseguisse, seus descendentes continuariam a tarefa. O importante era produzir uma melancia quadrada, não importava quantos sóis nas-

cessem e morressem.

Levou 20 anos e gerações de melancias equivalentes a várias dinastias de seu país, mas, em 2007, o lavrador conseguiu. A melancia quadrada era uma realidade. Li aquilo e empolguei-me, tanto que escrevi uma coluna a respeito —que, em 2015, incluí num livro de crônicas para jovens, publicado pela editora Moderna e ao qual dei o título, justamente, de “A Melancia Quadrada”.

Bem, agora, há dias, vi pela televisão que as melancias quadradas são um sucesso nos mercados asiáticos e que o Japão fatura milhões com sua produção e exportação. É bom saber que uma empreitada deu certo.

Pois, para minha surpresa, descobri que o Ceará também se tornou produtor de melancias quadradas —e que os cearenses estão competindo em vendas com o Japão! Interpreto isto como um alento. Quem sabe, no futuro, inspirando-nos em bons exemplos, não seremos também um país?

UIRÁ MACHADO

Defenda as instituições

Que Michel Temer é um desastre político para si próprio os brasileiros sabem há bastante tempo. A nova rodada do Datafolha apenas mostrou que, no quesito popularidade presidencial, o peemedebista tem plenas condições de batalhar pelo recorde negativo.

A mesma pesquisa indicou fato muito mais grave: a permanência de Temer no Planalto equivale a um veneno político para o país, e é difícil imaginar que as propaladas reformas econômicas possam trazer a cura no curto prazo.

O primeiro sinal está no contágio da autoestima nacional. A vergonha de ser brasileiro supera o orgulho para a metade (47%) dos entrevistados, o maior patamar já verificado pelo instituto. Essa taxa era de 28% em dezembro e 34% em abril.

Mais importante, o apreço pelas instituições de representação democrática se deteriorou ainda mais, embora isso parecesse quase impossível.

Desde abril, pelo menos, no máximo 5% da população diz “confiar muito” na Presidência da República, no Congresso nacional ou nos partidos políticos. O índice, até por limitação matemática, piorou pouco nos últimos dois meses.

No período, no entanto, encolheu a fatia dos que afirmam “confiar um pouco” nessas instituições e aumentou a dos que dizem “não confiar” nelas. Este último grupo hoje reúne dois terços dos brasileiros.

Impossível dissociar o fenômeno do papel ridículo que tais entes têm feito para preservar Temer e salvar a própria pele.

As mesmas perguntas foram feitas em relação a dez instituições, incluindo Judiciário e Ministério Público. Na liderança na classificação das mais confiáveis estão as Forças Armadas, a única que ostenta mais respostas “confia muito” (40%) do que “não confia” (15%).

Nesse cenário de terra arrasada política e degradação do respeito pelas instituições democráticas, não deveria surpreender que o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC) avance na preferência dos eleitores para 2018. O militar da reserva saiu de 5% das intenções de voto em fins de 2015 para 16% agora.

Outra pesquisa do Datafolha, feita com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, acrescenta cores preocupantes a esse quadro, conforme ensaio publicado na “Ilustríssima”.

Nada menos que 69% dos brasileiros adultos concordam com a seguinte frase: “O que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem o povo possa depositar a sua fé”.

Sempre soam improváveis os cenários catastrofistas criados em tempos que, embora conturbados, não chegam a ser desesperadores.

Vale o alerta, porém, do historiador Timothy Snyder, autor do livro “Sobre a Tirania”. Ele lembra que a maior parte das pessoas que votaram em embriões de governos totalitários não se dava conta de que exercia o sufrágio pela última vez.

UIRÁ MACHADO é editor da “Ilustríssima”

LAQUÊ
E MUITO
BRILHO

Alison Brie (esq.)
e Betty Gilpin estão
na série da Netflix

'GLOW' RESGATA
ESTÉTICA DOS ANOS
80 PARA FALAR
SOBRE A FORÇA DAS
MULHERES PÁG. 10

metro

SÃO PAULO

Segunda-feira,
26 de junho de 2017
Edição nº 2.562, ano 11



MÍN: 14°C
MÁX: 23°C

www.metrojornal.com.br | leitor.sp@metrojornal.com.br | www.facebook.com/metrojornal | @MetroJornal_SP



**FOI,
DOMINOU
E VENCEU**

Corinthians ganha do Grêmio por 1 a 0,
em Porto Alegre, e amplia a liderança;
Palmeiras vence e São Paulo empata PÁG. 14

Jadson (esq.) e Rodriguinho comemoram o gol corintiano | JEFERSON ROTINI/FOLHAPRESS

**Temer aguarda
denúncia e faz
conta de apoio**

PGR tem até amanhã para denunciar
presidente que poderá responder a
quatro crimes no caso JBS PÁG. 04

**Enquanto você
ignora a dívida no
rotativo do cartão...**

...É o banco que escolhe as
condições de pagamento do
parcelamento. Fique atento PÁG. 06

**Incêndio avança em
parque espanhol**

Já são mais de 2 mil pessoas atingidas;
governo local acredita em crime PÁG. 08

**Carro passa por
cima de skatistas**

Na Augusta, motorista acelera e fere
ao menos duas pessoas PÁG. 02



Motorista fugiu após atropelamento | REPRODUÇÃO BAND



Michel Temer deverá ser denunciado até amanhã pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot | UÉSLEI MARCELINO/REUTERS

À espera da denúncia

Caso JBS. PGR apontará até 4 crimes atribuídos ao presidente Temer

Michel Temer (PMDB) está próximo de se tornar o primeiro presidente da República do país a ser denunciado por crime comum no exercício do cargo. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, tem até amanhã para apresentar a denúncia ao STF (Supremo Tribunal Federal).

O vasto acervo de documentos que embasam a denúncia tem como ponto de partida a delação do empresário Joesley Batista, que se valeu de um acordo de ação monitorada pela PF (Polícia Federal) para flagrar uma conversa com Temer, no Palácio do Jaburu, em março e as entregas de dinheiro.

Janot deverá apontar a prática de quatro crimes, mas definir na última hora se fará um pedido individual para as investigações em estágio

avanzado, como a de corrupção passiva, ou em conjunto.

A perícia da PF que avaliou os áudios só ficou pronta na última sexta-feira, o que pode motivar a decisão pela segunda opção. Além disso, as acusações contra o presidente feitas pelo doleiro Lúcio Funaro só poderão ser usadas caso a delação premiada seja homologada pelo relator da Lava Jato, ministro Edson Fachin.

Existe uma expectativa de que com a denúncia, Janot apresente um áudio inédito incriminando Temer.

A abertura do processo está condicionada à autorização da Câmara. Se houver quatro denúncias, os deputados terão que votá-las uma a uma.

Contagem de votos

De volta ao Brasil após viagem oficial à Rússia e Norue-

ga, Temer mostra força para, até a primeira quinzena de julho ver a acusação arquivada com o apoio da base aliada. A contabilidade para averiguar o comportamento das bancadas será feita esta semana e há duas estratégias que serão colocadas em marcha.

A primeira é ter voto. O governo precisará de 172 deputados para barrar as denúncias – acredita contar com 250 a 300 votos. Caso a conta não feche com a margem de segurança, a orientação será a de esvaziar a sessão para impedir que a oposição e os insatisfeitos consigam os 342 que autorizariam a abertura do processo e o afastamento de Temer do cargo.



MARCELO
FREITAS
METRO BRASÍLIA

AS PROVAS

Documentos, testemunhos, depoimentos e até gravadores de conversas foram investigados. veja alguns fatos que devem ser usados na denúncia:

Mala de dinheiro. O ex-assessor presidencial Rodrigo Rocha Loures foi flagrado carregando uma mala com R\$ 500 mil pagos pelo diretor da JBS. O dinheiro, segundo a delação era uma espécie de 'aposentadoria' para Loures e Temer, que teria dado anuência ao pagamento

Conversa gravada. Gravação feita por Joesley Batista em encontro com o presidente no Palácio do Jaburu, na qual revela um esquema de pagamento em troca do silêncio de Eduardo Cunha, que, preso, estaria disposto a delatar. No diálogo Temer diz: 'Tem que manter isso, viu?!'

Silêncio de Temer. O presidente se recusou a responder as 82 perguntas elaboradas pela PF (Polícia Federal), o que para os investigadores 'resultam incólumes as evidências' da prática de crimes

Oferta de propina. O presidente seria beneficiado em 5% do lucro da operação de uma termelétrica que pertence ao grupo J&F caso houvesse influência no Cade para derrubar o monopólio da Petrobras no fornecimento de gás

Pressão sobre o BNDES. Temer teria pressionado a então presidente do BNDES Maria Sílvia para evitar veto na reestruturação societária da JBS no exterior

Dinheiro para campanha. O presidente é acusado de receber R\$ 100 milhões nas três últimas eleições vindo de propina da Petrobras que seriam distribuídos a políticos do PMDB

Uso de jatinho. Temer usou o avião particular da JBS para viagens com a família quando era vice-presidente. A acusação demonstraria uma relação estreita dele com Joesley Batista

Novas gravações? A PGR teria um áudio ainda inédito de conversas entre Temer e Joesley que trariam novas acusações

PASSO A PASSO

Veja qual será o caminho da denúncia contra Temer:

- **A denúncia.** A Procuradoria-Geral da República aponta os crimes ao STF (Supremo Tribunal Federal).
- **Autorização.** STF notifica a Câmara que encaminha o pedido à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) para elaboração de um relatório que vai ao plenário mesmo rejeitado.
- **Votação.** O plenário decide se autoriza a abertura do processo. São necessários 342 votos para autorizar. Caso contrário, a denúncia é arquivada
- **Afastamento.** Acatada a denúncia, o presidente vira réu e é afastado do cargo por até 180 dias. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), assume a presidência interinamente.
- **Investigação.** No prazo, o STF deve fazer a apuração com a coleta de provas e depoimentos da acusação e defesa.
- **Julgamento.** O caso é levado ao plenário e os 11 ministros irão julgar as acusações.
- **Sentença.** Se for absolvido, retoma o mandato. Condenado, deixa imediatamente o cargo e pode perder os direitos políticos.

Carro avança em skatistas na rua Augusta

Domingo violento. Ao menos duas pessoas foram atropeladas no passeio que celebrava Dia Mundial do Skate. Motorista fugiu do local

Ao menos duas pessoas ficaram feridas após um carro acelerar na manhã de ontem contra um grupo de skatistas na rua Augusta, no centro. O motorista, que dirigia um EcoSport preto, fugiu do local, segundo a Polícia Militar. De acordo com o boletim de ocorrência, uma das vítimas pode ter fraturado a perna.

O passeio fazia parte das comemorações do Dia Mundial do Skate, celebrado dia 21 de junho. Mas, como a data caiu em dia útil, os skatistas brasileiros mudaram o evento para domingo. A via estava bloqueada para a passagem dos skatistas das 9h20 às 11h, segundo a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego). O carro furou a interdição por volta das 10h.

Na página do evento nas redes sociais – onde os organizadores informam que cinco pessoas se feriram –,



Condutor furou bloqueio e jogou carro contra os jovens | REPRODUÇÃO/BAND

participantes apontaram a possível identidade do condutor. A polícia informou que já identificou a placa do veículo, mas ainda procura saber quem o dirigia no momento dos atropelamentos.

Morto em delegacia

Um homem foi morto na madrugada de ontem pela polícia dentro de delegacia na Vila Carrão, zona leste.

Ele havia sido preso minutos antes por policiais militares por desobediência e perturbação do sossego. Ao chegar na delegacia, o homem foi preso a uma barra de ferro, onde ficam algemados os detidos antes de prestarem depoimento, mas conseguiu arrancar a barra e partiu para cima dos policiais. Um deles reagiu e baleou o suspeito. **METRO**

Dívidas. SP reabre PPI com desconto de até 85%

A Prefeitura de São Paulo espera arrecadar R\$ 1 bilhão com a nova edição do programa que incentiva contribuintes a quitarem suas dívidas com a administração.

O PPI (Programa de Parcelamento Incentivado), que permite que moradores e empresas com débitos contraídos até dezembro de 2016 (exceto multas de trânsito) regularizem as contas, deverá ser reaberto nos próximos, após a regulamentação do projeto.

Para participar, basta entrar no site da prefeitura, selecionar a dívida e escolher a forma de pagamento, que pode ser à vista – com descontos de até 85% – ou em até 120 vezes, com pagamento mínimo de R\$ 50 para pessoas físicas (veja ao lado).

Segundo os cálculos da administração, o PPI irá render R\$ 1 bilhão aos cofres municipais. O valor, segundo o secretário da Fazenda, Caio Megale, é suficiente para construir 200 creches.

A dívida ativa de pessoas físicas e jurídicas com a Prefeitura de São Paulo está estimada em R\$ 100 bilhões.

Igrejas anistiadas

Aprovado na Câmara pelos vereadores na semana passada, o PPI também concedeu benefício às igrejas da capital, que terão perdão de

COMO FUNCIONA?

Para participar, basta entrar no www.prefeitura.sp.gov.br/ppi e selecionar os débitos que deseja incluir no PPI. O pagamento pode ser feito à vista ou até 120 vezes iguais

PARCELA MÍNIMA

- ▶ R\$ 50, para pessoas físicas
- ▶ R\$ 300, para pessoas jurídicas

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

À VISTA

- ▶ Redução de **85%** do valor dos juros e de **75%** da multa

PARCELADO

- ▶ Redução de **60%** do valor dos juros e de **50%** da multa

DÉBITOS NÃO TRIBUTÁRIOS

À VISTA

- ▶ Redução de **85%** do valor dos encargos moratórios

PARCELADO

- ▶ Redução de **60%** do valor dos encargos moratórios

FONTE: PREFEITURA DE SÃO PAULO

dívidas de até R\$ 120 mil para débitos tributários (como o IPTU) e de mais R\$ 120 mil para débitos não tributários (como multas de fiscalização, como do Psiu). **METRO**

Olhar cidadão

JOSÉ LUIZ DATENA

JOSE.DATENA @METROJORNAL.COM.BR



A POLÍCIA VEM AÍ

Já venho alertando há muito tempo que a classe política, que tem o dever de manter a democracia no Brasil, vem na contramão da história, desmoralizando este preceito sagrado, que custou muitas vidas e que representou período triste da história. É quase uma fórmula matemática: classe política desmoralizada = regime de exceção. Ditadura mesmo! Só que parece que estes caras não têm jeito. Quanto mais denúncia, prisão, corruptos e corruptores continuam dançando com a sorte. A nossa sorte! Pesquisa aponta confiança geral nos militares, na mesma proporção que o Congresso está desmoralizado. Um político experiente como José Serra, grita desesperadamente por reforma política, sob o pretexto de que a coisa para os nossos parlamentares está pior do que a de 1964.

Desculpa aí, Zé Serra. Não está pior. Está muito pior! Se os militares quiserem dar um golpe agora, fariam isso com apoio popular! Quem é o verdadeiro culpado desta história, que pode terminar muito mal? Claro que é a classe política, desmoralizada ou roubando muito, ou fazendo pouco pelo povo, ou se entrincheirando em um perigoso corporativismo, onde o político bom, que ainda tem por aí, defende o desonesto. Hoje, o país tem a sua República amea-

çada por um bandido que até outro dia vendia carne de primeira. E só bandido faz delação premiada. É porque chegamos ao limite da carne fraca. É, a carne é fraca para o ladrão do Sérgio Cabral, que saqueia o Estado do Rio de Janeiro em R\$ 400 milhões, e na outra ponta, esquenta joias com notas frias, da respeitada H.Stern. E olha que ainda tem bandido calado, como Eduardo Cunha, Antônio Palocci e outros mais, que ameaçam abrir a boca na famigerada delação premiada. Tem bandido, deputado, senador e até presidente da República, que não dorme há muito tempo. Gozado que acharam na cela do ladrão do Cabral antidepressivos – segundo um médico da cadeia, acima dos limites do consumo normal. Quer dizer que eles roubam uma grana violenta e tomam remédio para dormir.

Como venho dizendo, já há algum tempo, não podemos desmoralizar nossa classe política, que mal e porcamente ainda mantém nossa democracia. Doente, mas, ainda assim, uma democracia! Interessante que o ministro relator da Lava Jato diz que não podemos demonizar a política, mas, ao mesmo tempo, homologa a delação de um bandido que praticamente roubou R\$ 9 bilhões do BNDES. Ladrão confesso, dedo duro mesmo, jogou na lama boa parte do Legislativo que o ministro quer preservar. Pode ser que haja luz no fim do túnel de um país com uma das piores divisões de renda do mundo. Pode ser que haja luz no final do túnel, onde não há segurança, saúde e nem educação.

O GLOBO

SEGUNDA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2016 - Nº 30.029 - (1904-2005) Roberto Marinho PERÍODO ANTERIOR: oglobo.com.br



ESPORTES
Econômico
FLA BATE O BAHIA E ENTRA NO G-4

Com um jogador a mais desde os 30 minutos do primeiro tempo, Flamengo enfrenta dificuldade, mas vence o Bahia por 1 a 0. Fluminense empata em 1 a 1 com o São Paulo.

Em casa
VASCO VENCE E SOBE PARA SEXTO

Com gol de falta de Henrí, Vasco vence Atlético-GO por 1 a 0, em São Januário.



Prejuízo no tanque
Chip frauda volume de combustível na bomba

Fiscalizações em postos de combustíveis apontam aumento de fraudes, revela RAMONA ORDÓÑEZ. Quadrilhas instalam chips nas bombas que registram uma quantidade de combustível 10% superior à colocada realmente no veículo. Um posto pode ganhar até R\$ 100 mil por mês com o esquema fraudulento. **PÁGINA 11**

SAMY DANA
A âncora da ilusão

Não é só a lei de oferta e demanda que faz o preço. Se uma marca lança um sofá de US\$ 6 milhões, você acha uma pechincha pagar R\$ 300. **PÁGINA 11**

Ponto para o 'Aedes'
Pesquisa para com morte de cientista

Após a morte de coordenador da equipe, Faperj congela verba para grupo de cientistas da UFRJ que estuda novos métodos de combate ao *Aedes aegypti*. **PÁGINA 11**

INTROVERSÃO
O poder dos quietinhos

Psicóloga que tem 17 milhões de visualizações em palestra sobre o tema dá dicas de como educar crianças introvertidas. **PÁGINA 20**

Candidatura ao Senado
Kirchner quer duelo com Macri
PÁGINA 21

A REPÚBLICA INVESTIGADA

Janot diz em parecer não ter dúvidas sobre culpa de Temer

Afirmção foi feita em documento entregue ao STF sobre Rocha Loures

Procurador-geral, que deve apresentar hoje denúncia, disse ser cristalina a atuação de presidente e deputado em crimes delatados pela JBS

No parecer que enviou ao Supremo para pedir a manutenção da prisão do deputado afastado Rocha Loures, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, dá uma prévia do que deve sustentar a denúncia que será apresentada até amanhã contra o presidente Michel Temer. No documento de 93 páginas, Janot afirma que não há dúvida de que Temer cometeu crime de corrupção. O procura-

dor-geral classifica de "híalina" (cristalina) a atuação conjunta do presidente e de Loures nos crimes descritos na delação dos executivos da JBS, assim como a proximidade entre os dois. O presidente ontem reuniu ministros e líderes aliados para avaliar o quadro político. A tensão aumentou no Planalto, com a avaliação de que os ministros do Supremo se tornaram imprevisíveis. **PÁGINA 2**



Nos TCEs, 15% dos conselheiros são investigados

Levantamento do GLOBO mostra que 37 conselheiros dos tribunais de contas dos estados, responsáveis por fiscalizar o gasto público, são investigados. O número corresponde a 15% do total. **PÁGINA 6**

RICARDO NOBLAT
Temer será primeiro presidente da República denunciado por corrupção. **PÁGINA 7**



DESAPARECIDOS
A saga de quem se perdeu de casa no Rio

Nos últimos quatro anos, a Delegacia de Descoberta de Paralelos do Rio já localizou 771 pessoas, mais da metade do total de desaparecidos que entram em trânsito, no mesmo período, em hospitais e abrigos públicos. O objetivo do serviço de investigação é devolver às famílias pessoas que, em geral, sofrem de distúrbios psiquiátricos ou de dependência química. **PÁGINA 7**

"Vocês me acharam"

Maria da Penha
Dona de casa, que se perdeu ao pegar ônibus errado, abraça amigo em reencontro no hospital.

SEGUNDO CABERNO
PIONEIRO DA VIDEOARTE EM MOSTRA



Sul-coreano Nam June Paik (1932-2006) ganha retrospectiva no Espaço Di Futuro.

ANTÔNIO GOIS
Em um ano, o percentual de alunos da rede pública que deixaram ensino médio saltou de 4,5% para 8,5%. **PÁGINA 10**

Preço deste exemplar no Estado do Rio de Janeiro: R\$ 5,00

noblat@oglobo.com.br

RICARDO NOBLAT



“Estamos na maior crise política da nossa história contemporânea.”

JOSÉ SERRA (PSDB-SP), senador

Amargo regresso

Esqueçamos a Federação Russa, um dos lugares mais corruptos do planeta. O que Michel Temer foi fazer na Noruega, o país mais honesto do mundo junto com seus vizinhos escandinavos? Foi levar uma carraspana da primeira-ministra, preocupada com os destinos da Lava-Jato? Foi ouvir o anúncio do governo norueguês de que cortaria parte do dinheiro investido na preservação da devastada Floresta Amazônica?

ILUSTRAÇÃO DE ANTONIO LUCENA



OU TEMER FOI PARA SE reunir, como disse, com o rei da Suécia, que não mora na Noruega? Ou, como parece mais certo, Temer foi para fugir da crise política que o ameaça desde que se soube do seu encontro no porão do Palácio do Jaburu com o empresário Joesley Batista, dono do Grupo JBS, provedor de campanhas eleitorais do PMDB? Pode ter tentado fugir da crise, mas ela não fugiu dele. Carrega seu nome.

TRISTE REGRESSO. Hoje ou amanhã, a Procuradoria-Geral da República denunciará Temer por crime de corrupção passiva. Mais tarde, por crime de obstrução da Justiça. Em seguida, por organização criminosa. Temer entrará para a História por ter sido o primeiro presidente da República investigado e denunciado por corrupção. Para salvar-se, se agarrará a um Congresso povoado de bandidos.

DAVA-SE COMO PROVÁVEL, no início da semana passada, o arquivamento pelo Congresso das denúncias contra Temer. Mas, como desde então os fatos só agravaram a situação dele, e como novos fatos estão por vir, ninguém mais se arrisca no Congresso, ou fora dali, a fazer previsões. O cenário mais favorável a Temer — e o pior para o país — seria o de ele vagar como um fantasma até concluir seu mandato. Adeus, reformas!

ELAS FORAM E CONTINUARÃO a ser desidratadas à medida que Temer mais se enfraqueça, como seus aliados receiam. A da Previdência se resumirá à fixação de uma idade mínima para aposentadorias, o que de toda forma representaria um ganho. Se antes, a exemplo da ex-presidente Dilma no seu segundo governo, Temer só comparecia a eventos fechados ao distinto público, daqui para frente tomará ainda mais cuidado.

TEMOS UM PRESIDENTE INTERDITADO como o anterior, ostensivamente rejeitado pela larga maioria dos brasileiros, como conferiu a mais recente pesquisa de opinião do Instituto Datafolha. Sua aprovação de apenas 7% é a menor de um presidente nos últimos 28 anos. Seu governo é avaliado como ruim ou péssimo por 69% dos entrevistados, um recorde. E 65% acham que sua saída seria o melhor para o Brasil.

QUASE 80% DEFENDEM A renúncia de Temer. Pouco mais de 80% são a favor da abertura de um processo de impeachment para tirá-lo do cargo. Se ele renunciasse ou fosse derrubado, um novo presidente deveria ser eleito pela população, segundo 83% dos consultados pelo Datafolha. Em abril último, 58% diziam não confiar na Presidência da República. Agora, 65%. Desconfiança maior — 69% — só merecem os partidos.

APESAR DISSO, NÃO HAVERÁ solução fora da política. Sim, com esses mesmos políticos e com esses mesmos partidos de hoje, até que se produza nas eleições gerais do próximo ano uma desejável e radical mudança no sistema apodrecido que temos. Por ora, políticos e partidos ainda preferem manter Temer onde está — o PT, por exemplo, para que a crise se aprofunde e ele possa se recuperar. Quanto ao PSDB...

O PARTIDO MAIS ATRELADO aos interesses dos grandes grupos econômicos e financeiros espera a ordem dos patrões para decidir o que fazer.



www.oglobo.com.br/noblat
www.twitter.com/blogdonoblat
www.facebook.com/blogdonoblatoglobo

TCU e TCEs têm 41 integrantes investigados

Em todo o país, 15% dos conselheiros de tribunais de contas respondem a ações penais ou inquéritos

CLÉIDE CARVALHO
cleide.carvalho@sp.oglobo.com.br
GUSTAVO SCHMITT
gustavo@sp.oglobo.com.br

—ÃO PUAO Eles são responsáveis por zelar pelo dinheiro público e cobrar austeridade nos gastos da União, estados e municípios, mas o rigor que deveria ser aplicado aos governantes nem sempre existe entre os próprios conselheiros dos tribunais de contas e muitos deles, em diferentes regiões do país, são réus em processos que correm na Justiça. Levantamento feito pelo GLOBO no Superior Tribunal de Justiça (STJ) mostra que quatro ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e 37 conselheiros de tribunais de contas estaduais estão sob o escrutínio de algum tipo de investigação. O número equivale a 15% dos 240 ocupantes destes cargos nas 34 cortes existentes no Brasil.

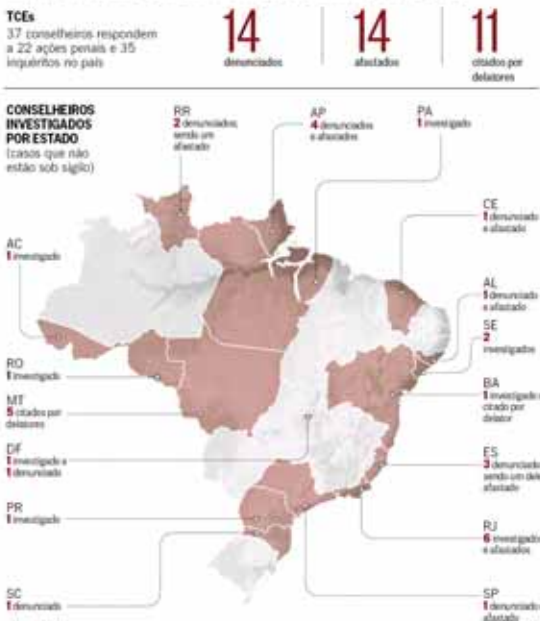
Ao todo, eles respondem a 22 ações penais e 37 inquéritos em pelo menos 15 estados e no Distrito Federal. Os cargos de conselheiros dos tribunais de contas são vitalícios, com salários que pode chegar a R\$ 30 mil mensais, e a maior parte deles é ocupada por meio de indicações políticas. Não faltam casos de processos por corrupção abertos por flagrantes em pleno exercício do cargo, até com condenações.

IRREGULARIDADES NOS ESTADOS
O ex-deputado Michel Houat Harb, o Michel B, por exemplo, foi investigado por escândalos que vão desde a contratação de funcionários fantasmas até enriquecimento ilícito pelo recebimento de diárias de viagens superfaturadas, pagas pela Assembleia Legislativa do Amapá. Condenado por improbidade administrativa e alvo de ações por crimes de peculato, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e formação de quadrilha, Harb tomou posse como conselheiro do TCE do Amapá em maio do ano passado, amparado por uma decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com base no princípio de presunção de inocência, Lewandowski derrubou decisão do Tribunal de Justiça do Amapá, que impedia a posse de Harb devido às ações penais em andamento. Ao assumir o cargo, ele ganhou foro privilegiado e teve as ações suspensas no TJ do Amapá. Agora, só pode ser julgado pelo STJ. Procurador, o TCE-AP disse que cumprirá as decisões das cortes superiores.

Outro já sentenciado é o conselheiro Valci José Ferreira de Souza, que presidiu o TCE do Espírito Santo entre 2001 e 2007. Em setembro passado, a Corte Especial do STJ condenou Souza a 10 anos de prisão e pagamento de multa pelos crimes de peculato

MINISTROS E CONSELHEIROS SOB INVESTIGAÇÃO



Fonte: STJ

Pelo menos 14 conselheiros de TCEs estão afastados por acusações de irregularidades no Rio de Janeiro, São Paulo, Amapá, Ceará e Roraima

de lavagem de dinheiro. Ele foi acusado de receber propina de contratos firmados para construir ginásios esportivos em municípios do estado, entre 1997 e 2001. A prisão só deve ocorrer com decisão de segunda instância, no caso, o STJ. O TCE-ES não comentou as acusações contra Valci Ferreira de Souza. A série de investigações policiais envolvendo conselheiros é extensa. Há um caso de fraude para a construção de banheiros para famílias carentes do Ceará; o caso do chamado "escândalo dos banheiros fantasmas", o conselheiro Teodorico José de Menezes Neto foi afastado, depois de denunciado pelo suposto desvio

de R\$ 2 milhões em cinco contratos de entidades filantrópicas, entre junho e agosto de 2010. O Ministério Público descobriu que uma assessora do gabinete de Teodorico presidia uma das entidades, conveniadas com o estado para a instalação dos banheiros. Parte do dinheiro do convênio teria sido doada para a companhia do ex-deputado estadual Teo Menezes, filho do conselheiro. Segundo a investigação, parte dos banheiros sequer foi construída e outros tinham obras superfaturadas. Fora do tribunal desde 2012, Teodorico aposentou-se em novembro de 2016, segundo o TCE-CE, com salário de R\$ 30,4 mil. Ele e o filho negam as acusações.

Há ainda acusações de favorecimento de interesses setoriais. O conselheiro Manoel Paulo de Andrade Neto, o "Manoelzinho dos Táxis", do TCE do Distrito Federal, é réu em ação penal no STJ, depois de ser condenado em primeira instância por improbidade administrativa por manipulação de auditoria de táxis em Brasília, em 2015. Dono de permissão para dirigir táxis no DF, ele não poderia atuar em decisões sobre o serviço. Contudo, entre 2014 e 2015, o tribunal fez auditoria no setor e o conselheiro pediu vista dos processos, paralisando ação que apurava ir-

regularidades nos serviços de táxi no DF. Ele nega ter prejudicado o andamento do processo ou outras irregularidades. Em Roraima, Manoel Dantas Dias trocou decisões e enriquecimento de processos na corte por nomeações de familiares em cargos comissionados no governo estado. Ele foi denunciado por peculato ao STJ. Além disso, na condição de presidente do TCE, às vésperas do Natal de 2009, teria autorizado pagamento de diárias de viagem inexistentes em benefício próprio, para cobrir saldo negativo em sua conta corrente.

EX-MINISTRO INVESTIGADO
Há uma semana, o STJ autorizou abertura de inquérito contra o ex-ministro das Cidades Mário Negromonte, hoje conselheiro do TCE da Bahia, com base nas delações da Odebrecht. Ele fazia parte da cúpula do PP, partido que dividia as propinas da Petrobras. Foi indicado para o TCE num acordo político com o ex-governador Jacques Wagner, que cedeu uma vaga no TCE ao PP local. Dias, de Roraima, e Negromonte não foram encontrados para comentar o assunto. Atualmente, pelo menos 14 conselheiros de TCEs estão afastados por acusações de irregularidades nos estados do

TCU
Quatro dos nove ministros são investigados

Raimundo Carneiro
Investigado na Lava-Jato com base na delação de Luiz Carlos Martins, executivo da Camargo Corrêa, teria recebido propina na obra da pista de Angra 3

Vital do Rêgo Filho
Investigado na Lava-Jato em inquérito que apura interferência na CPI da Petrobras

Augusto Nardes
É alvo de inquérito na Zelotes, que apura venda de decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), vinculado ao Ministério da Fazenda

Aroldo Cedraz
Suspeito de corrupção em inquérito da Lava-Jato que investiga o filho dele, o advogado Tiago Cedraz, que teria passado informações do tribunal a empresas

Edição de Arto

assistência dentro do próprio TCU. Flagrado na Lava-Jato, Argêlio foi condenado a 19 anos de prisão pelo juiz Sérgio Moro, por favorecer empreiteiras durante os trabalhos da CPI da Petrobras, em troca de propina. Na época, o presidente da CPI era o atual ministro do TCU Vital do Rêgo Filho, então senador pelo PMDB. Ele é alvo hoje de dois inquéritos que apuram envolvimento em casos de corrupção, um deles justamente a participação no esquema que já condenou Argêlio. O nome do ministro apareceu nas delações das empreiteiras UTC, Andrade Gutierrez e Odebrecht. O ministro Augusto Nardes é alvo de inquérito que investiga sua participação na venda de decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), vinculado ao Ministério da Fazenda. O ministro Raimundo Carneiro é investigado com base na delação premiada de Luiz Carlos Martins, executivo da Camargo Corrêa, que relatou pagamentos ao TCU vinculados às obras da usina de Angra 3. Ele foi citado também pelo empresário Ricardo Pessoa, da UTC, mas, neste caso, o inquérito foi arquivado. Pessoa afirmou em depoimento à Lava-Jato que obteve informações privilegiadas no TCU sobre seus contratos com a Petrobras, tendo como intermediário o advogado Tiago Cedraz, filho de outro ministro do TCU, Aroldo Cedraz. O empresário entregou à Procuradoria-Geral da República tabela com anotações de pagamentos de R\$ 2,2 milhões ao filho do então presidente da Corte.

OUTRO LAÇO
Os ministros do TCU se manifestaram por meio de notas. Raimundo Carneiro disse que prestou esclarecimentos à Polícia Federal e, desde 2015, de forma antecipada, ofereceu a quebra de seus sigilos. Ressel-tivo ainda que o deflatoir disse apenas ter entendido que o ministro "era destinado para o ministro Raimundo Carneiro", sem, no entanto, afirmar que ele de fato recebeu propina. Vital do Rêgo disse que colabora com as investigações e confia que a Justiça mostrará que ele não tem relação com os fatos em apuração. Augusto Nardes informou que não tem nem nunca teve qualquer envolvimento com o Carf, seja indicando membros, participando de discussões ou encaminhando solicitações. Aroldo Cedraz negou ser investigado no âmbito de processo relacionado à Operação Lava-Jato e disse que está à disposição, como qualquer cidadão, para colaborar com a Justiça, prestando esclarecimentos, caso necessário.

CLÉIDE CARVALHO
cleide.carvalho@sp.oglobo.com.br
GUSTAVO SCHMITT
gustavo@sp.oglobo.com.br

Contexto

Denúncias colocam em xeque modelo de indicações políticas

Congresso analisa duas propostas para modificar as regras de nomeação de conselheiros; Ministério Público de Contas quer mais independência

As denúncias contra ministros e conselheiros de tribunais de contas levantam o debate sobre a necessidade de reduzir as indicações políticas para os órgãos, cuja atuação tem que ser eminentemente técnica. Atualmente, das sete vagas disponíveis em cada TCE, uma é indicação do governador e quatro da Assembleia Legislativa, que frequentemente indica ex-deputados.

— É preciso mudar o paradigma da indicação política dos conselheiros e dos ministros do TCU. A denúncia no Rio, que envolveu a maioria dos conselheiros, contribuiu para retomar o movimento em torno de mudanças. A sociedade tem o direito de saber como funcionam os tribunais e, quando a gente narra, as pessoas ficam chocadas — diz Laíla Shukait, presidente do Movimento do Ministério Público Democrático (MPD).

CONGRESSO PODE MUDAR REGRAS

As irregularidades investigadas em vários estados deram força a um movimento para mudar as regras de indicações para os tribunais de contas. Uma Proposta de Emenda

Constitucional (PEC 329/2013) que põe fim às indicações políticas estava parada no Congresso e voltou a ser discutida. Há ainda uma outra PEC (22/2017), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), cujos representantes são conselheiros, em sua maioria, políticos. A proposta põe fim à indicação de conselheiros pelo Executivo e reduz de quatro para três as vagas indicadas pelo Legislativo.

Ainda que haja diferenças entre as duas propostas, ambas têm o objetivo de reduzir nomeações de indicados políticos.

— A nossa proposta altera a composição dos tribunais e cria um Conselho Nacional dos Tribunais de Contas para fiscalizar os conselheiros. Mas não acaba com as indicações das

assembleias porque entendemos que experiência em gestão e controle parlamentar são importantes para o cargo — afirma Valdecir Pascoal, presidente da Atricon.

O Ministério Público de Contas, vinculado aos tribunais, também quer independência. — Há uma tal frustração que se revelou nefasta para os órgãos de controle. A missão deles é um julgamento técnico. Não tem sentido ser um espaço para disputas políticas. A nossa visão é que o órgão tem que ser técnico, de modo que os conselheiros sejam nomeados por seus pares, que são concursados no Ministério Público de Contas — afirma Jílio Marcelo de Oliveira, presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon). Pelo menos três tribunais procurados pelo

GLOBO não se manifestaram sobre a tramitação das PECs, mas tiveram comentários sobre questionamentos a respeito dos indicados políticos.

O TCE do Rio disse que é "favorável à abertura de canais de debate a respeito do modelo de composição e de atuação que possa contribuir para o aperfeiçoamento e aprimoramento do sistema de controle das finanças públicas".

O TCE do Espírito Santo se manifestou a favor das indicações políticas, embora tenha ponderado que a não exigência de requisitos como "notório saber" e "reputação ilibada" tem se mostrado um desperdício.

O tribunal de Santa Catarina é favorável à PEC 22/2017, que aumenta o número de conselheiros técnicos, mas garante a continuidade da participação do parlamento.

Os outros tribunais preferiram não comentar o assunto.

TCU- RJ TEVE AUMENTO DE 30% EM DESPESAS ENTRE 2014 E 2016

Gastos com combustível, alimentação, viagens e limpeza chegaram a R\$ 235,5 milhões glo.br/2u482LF

Defensoria gastou R\$ 582,2 milhões no ano passado

Ao contrário do que foi calculado por gabinete de deputado, órgão não registrou despesas de R\$ 1,1 bilhão em 2016

As despesas da Defensoria Pública do estado somaram, em 2016, R\$ 582,2 milhões e não R\$ 1,12 bilhão, como informou reportagem do GLOBO publicada ontem sobre os gastos dos poderes estaduais em discussão na Assembleia Legislativa. A informação havia sido calculada pela equipe do gabinete do deputado Eliomar Coelho (PSOL), que fez um levantamento, a pedido do jornal, sobre as despesas do Executivo, do Ministério Público,

dos tribunais de Justiça e de Contas, da Defensoria e da Assembleia.

ÓRGÃO DIZ QUE FEZ CORTES

Por nota, a Defensoria esclareceu que havia um erro na planilha utilizada para calcular os valores relativos às despesas do órgão. Segundo o comunicado, foram gastos R\$ 546,9 milhões com pessoal, R\$ 33,3 milhões com custeio e R\$ 1,3 milhão com investimentos. O órgão frisa que "tem conseguido reduzir suas despesas de

custeio e tem renegociado os valores de todos os seus contratos, com resultados bastante significativos".

Segundo a assessoria técnica de Eliomar Coelho, "o equívoco no valor total se deu por um lançamento errado feito no item "investimentos". A assessoria pede "desculpas à Defensoria Pública do estado, ao jornal O GLOBO e a seus leitores." A rubrica "investimentos" refere-se a gastos com aquisição de imóveis, propriedades e títulos. ●

AS DESPESAS DA DEFENSORIA

EM R\$ MILHÕES



Fonte: Defensoria Pública

No ano passado
EM R\$ MILHÕES



Editoria de Arte

Caso de filho de Crivella será julgado pelo STF

Corte decidirá se houve nepotismo na nomeação de rapaz para secretário

ANDRÉ DE SOUZA

andre.renato@bsb.oglobo.com.br

BRASILIA- O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou para o plenário da Corte três ações que questionam a indicação de Marcelo Hodge Crivella para ser secretário da Casa Civil do Rio de Janeiro. Em fevereiro, Marco Aurélio suspendeu a nomeação por entender que houve nepotismo, uma vez que o então secretário é filho do prefeito Marcelo Crivella. Com a liberação do caso para plenário, a decisão será tomada por maioria de votos entre os 11 ministros do STF.

O que está em discussão é se cargos de natureza política, como o secretariado, são afetados pela proibição de empregar parentes. Não há consenso entre os ministros do STF sobre isso. Enquanto Marco Aurélio determinou a suspensão do filho de Crivella do cargo, o ministro Dias Toffoli já deu decisão em sentido contrário, permitindo a nomeação de Izabela Jatene de Souza, filha do governador do Pará, Simão Jatene, no posto de secretária extraordinária dos Municípios Sustentáveis daquele estado.

RELEVÂNCIA DETERMINOU PAUTA

O STF entra de recesso em julho. Até lá, há apenas mais duas sessões do plenário: uma na próxima quarta-feira e outra na quinta. Assim, o caso poderá ser analisado a partir de agosto, quando o tribunal volta a funcionar normalmente. Mas a data do julgamento não foi marcada ainda. Quem define a pauta é a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia.

— Levei para plenário pela importância da matéria, que versa sobre nepotismo. Há uma referência a cargo de agente político — explicou Marco Aurélio ao GLOBO.

A indicação do filho do prefeito para o cargo em comissão foi publicada no Diário Oficial do município em 1º de fevereiro deste ano. A ação que levou o ministro a suspender a nomeação foi proposta dois dias depois pelo advogado Victor Travancas. Em 9 de fevereiro, Marco Aurélio aceitou o pedido. Ele ressaltou que Crivella desobedeceu a súmula vinculante número 13 do STF, que proíbe agentes públicos de nomear parentes até o terceiro grau para cargo em comissão, de confiança ou função gratificada em qualquer dos poderes.

"Ao indicar parente em linha reta para desempenhar a mencionada função, a autoridade reclamada, mediante ato administrativo, acabou por desrespeitar o preceito revelado no verbete vinculante no 13 da Súmula do Supremo", escreveu o ministro. ●

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2017

NÚMERO 19.753 • 44 PÁGINAS • R\$ 2,50

Ed Alves/CB/D.A Press



Produção de frango movimentou economia do Brasil e do DF

País lidera a exportação mundial, que tem crescido também na capital. No ano passado, o Distrito Federal produziu 142,9 mil toneladas — desse total, 51,5 mil foram vendidas no mercado externo. O avicultor Fernando Ribeiro comemora os bons resultados.

PÁGINA 7

TECNOLOGIA "Wi-fi" abastece carro-elétrico

Descoberta de pesquisadores dos EUA permite que veículos — e outros dispositivos móveis — possam ser carregados em movimento.

PÁGINA 12

Motorista acelera sobre skatistas

Vídeos mostram momento em que carro fura bloqueio durante evento na Rua Augusta, em São Paulo, e atropela pelo menos três pessoas.

PÁGINA 5

Bolsa Família mais enxuta

Pente-fino do governo excluiu cerca de 800 mil pessoas do programa, que hoje tem 13,28 milhões de famílias beneficiadas.

PÁGINA 6



E o bruxinho chegou aos 20

Há exatas duas décadas, era lançado o livro Harry Potter e a pedra filosofal, que daria início à saga que se tornou fenômeno mundial.

DIVERSÃO & ARTE, CAPA

Juiz analisa pedido para prender ex-governadores

O Ministério Público e a PF querem que Agnelo Queiroz, José Roberto Arruda e também o ex-vice-governador Tadeu Filippelli sejam detidos preventivamente. Eles são acusados de participar de esquema de superfaturamento de preço em obras do Mané Garrincha.

PÁGINA 17

Temer reúne aliados para discutir reação a denúncia

PÁGINA 2

Caesb já admite usar volume morto para abastecer DF

Medida chegou a ser descartada no ano passado, mas voltou a ser considerada no caso de uma situação emergencial. Estimativa é que obra para captação da água do Descoberto custaria R\$ 9,3 milhões, valor que seria bancado pela taxa extra. PÁGINA 18

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Nas cores da diversidade

Cerca de 15 mil pessoas tomaram a Esplanada dos Ministérios para pedir mais amor e tolerância durante a 20ª parada LGBTs de Brasília. Em uma reunião pacífica, na qual imperou a alegria, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e simpatizantes da causa fizeram do seu protesto uma festa. Este ano, a principal bandeira foi a prevalência de um Estado laico. PÁGINA 22

Ninguém segura o Corinthians

Ao vencer o Grêmio com gol de Jadson, o Timão abre quatro pontos sobre o time gaúcho, segundo colocado, e chega a 86,7% de aproveitamento na 10ª rodada, algo nunca visto no Brasileiro nem nas principais ligas europeias. PÁGINA 16

Rodrigo Gazzanel/Agência Corinthians



Flamengo assume a terceira posição

A vitória por 1 x 0 sobre o Bahia foi suficiente para o time pular cinco posições e entrar na zona de classificação à Libertadores. A estreia de Everton Ribeiro não desapontou a torcida. PÁGINA 15

A derrocada dos brasileiros no MMA

Há cinco anos, o país chegou a acumular quatro cinturões. Hoje, corre o risco de perder o único que resta, o de Amanda Nunes. PÁGINA 13



Oito candidatos na sucessão da PGR

Integrantes do Ministério Público vão às urnas amanhã escolher a lista tríplice que será enviada ao presidente Michel Temer para definição do novo procurador-geral da República

» ALESSANDRA MODZELESKI
ESPECIAL PARA O CORREIO

Em meio à expectativa sobre a apresentação da denúncia contra o presidente Michel Temer, a Procuradoria-Geral da República ficará movimentada amanhã: será realizada a eleição da lista tríplice que a categoria deseja para comandar o órgão. Mais de 1.300 membros do Ministério Público Federal deverão escolher, entre os oito postulantes, quais nomes eles querem como candidatos a sucessor de Rodrigo Janot. O resultado do pleito sairá na própria terça-feira, por volta das 18h30. Caberá, então, à Associação Nacional dos Procuradores (ANPR) apresentar a Temer a lista com os três mais votados.

O principal desafio da disputa não cabe aos procuradores, mas, sim, ao presidente da República. Temer não precisa, necessariamente, escolher o primeiro nome da lista, como costumava acontecer nos governos petistas em que o candidato mais votado na relação era automaticamente o indicado. O presidente pode, inclusive, desprezar a lista tríplice da categoria e escolher um outro nome. A decisão, no entanto, deverá impactar nos rumos da política nacional, pois a PGR está no epicentro das investigações e dos processos judiciais que tramitam contra dezenas de políticos na Operação Lava-Jato.

Sobre a possibilidade de o presidente ignorar a lista da ANPR, o presidente da associação, José Robalinho Cavalcanti, divulgou nota em que perguntava “a quem interessa — e a quem interessaria

— enfraquecer o Ministério Público Federal neste momento de vida nacional”. “Acreditamos, firmemente, que não é esta a intenção das entidades do Ministério Público da União, mas, mesmo as nossas coirmãs, chamamos a refletir se não estão sendo usadas como peças de um jogo que visa a prejudicar, enfraquecer e retirar a liderança efetiva e independente do Ministério Público Federal”, afirmou.

Janot fica no cargo até 17 de setembro e o presidente decide a agilidade com que indicará o sucessor. De qualquer forma, tem até essa data para encaminhar ao Senado o nome do escolhido, que passará por uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça da Casa e, em seguida, por votação no plenário, onde é necessário obter a maioria absoluta dos votos. Ou seja, o apoio de 41 senadores.

Os oito candidatos participaram de debates em cinco capitais. O último deles ocorreu em Brasília, na quinta-feira. Na ocasião, todos concordaram que, havendo indícios de crimes praticados pelo presidente Michel Temer no exercício do mandato, como os citados pelo empresário Joesley Batista, cabe ao procurador-geral da República instaurar uma investigação.

Apesar do mesmo posicionamento nessa questão, alguns candidatos têm favoritismo dentro do PMDB, partido de Temer. Os peemedebistas apoiam a indicação de Raquel Dodge, também bem cotada no Planalto. Bastante ligada aos caciques do partido, ela é uma procuradora de carreira reconhecida e tem grandes chances de figurar entre os três

mais votados. Mesmo que não esteja, há quem defenda que ela seja indicada mesmo assim. Antiga na disputa, em 2005, Dodge recebeu 402 votos.

Nicolao Dino é o mais próximo ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, mas deve enfrentar resistências do PMDB. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ele defendeu a cassação do mandato de Temer e a inelegibilidade de Dilma Rousseff. Bem cotado internamente, Mario Luiz Bonsaglia é apontado com grandes chances de ter seu nome na lista. O procurador integra o Ministério Público Federal desde 1991 e ficou em segundo lugar na última votação da ANPR, com 462 votos, perdendo para Janot, que acabou reconduzido ao cargo.

Carlos Frederico foi o menos votado e o que mais fez oposição a Janot na disputa anterior. Franklin Costa é considerado uma surpresa na disputa. Eitel Santiago, integrante do Conselho Superior do MP, também é apontado como novidade.

A eleição

Procuradores ativos ou inativos do MPF devem votar eletronicamente e cada eleitor pode escolher até três nomes para compor a lista final. A votação é secreta e facultativa. A eleição ocorrerá por meio de sistema eletrônico, em computadores registrados para receber os votos, localizados na Procuradoria-Geral da República, nas Procuradorias Regionais da República e nas Procuradorias da República nos estados e nos municípios de todo o país.



Acreditamos, firmemente, que não é esta a intenção das entidades do Ministério Público da União, mas, mesmo as nossas coirmãs, chamamos a refletir se não estão sendo usadas como peças de um jogo que visa a prejudicar, enfraquecer e retirar a liderança efetiva e independente do Ministério Público Federal”

*José Robalinho Cavalcanti,
presidente da Associação Nacional
dos Procuradores*



Quantidade de procuradores aptos a participar da eleição da lista tríplice da ANPR

VISÃO DO CORREIO

Prejuízos da degradação

O patrimônio ambiental do Brasil é invejável. A mais extensa floresta tropical do mundo e o maior volume de água potável estão em solo nacional. Trata-se de tesouro singular e de valor incalculável, mas que não tem merecido, pelos sucessivos governos, a proteção responsável e necessária à perenidade de tamanha riqueza. Entre agosto de 2015 e julho de 2016, só na Amazônia, foram eliminados 7.989km² de vegetação, revelou o monitoramento por satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O descaso vale também para outros biomas, como mata atlântica, cerrado e caatinga, que vêm perdendo matas nativas, além de espécies animais pela ação predadora do homem. No arrastão ambiental, são eliminadas espécies da flora e da fauna que nem sequer foram descritas pela ciência.

Nos últimos 16 anos, o Brasil perdeu 190 km² de florestas, o equivalente a quatro vezes a área do estado do Rio de Janeiro. As ações predatórias não enfrentam reação do poder público na dimensão necessária, o que tem custado caro à imagem do país. A fiscalização é deficiente e as ações judiciais contam com a leniência dos tribunais. Na Conferência do Clima de Paris, em 2015, o governo da Noruega assumiu o compromisso de contribuir com US\$ 1 bilhão para o Fundo Amazônia até 2020, criado para garantir a proteção da floresta e a demarcação das terras indígenas. Na quinta-feira, o governo norueguês, até agora o maior financiador externo da política ambiental, anunciou corte de 50% no volume de recursos. A decisão frustrou as expectativas do presidente Temer, que pretendia, em

visita ao país, captar mais recursos.

Há poucas semanas, com as críticas dos ambientalistas e até da modelo Gisele Bündchen, o presidente vetou as medidas provisórias 756 e 758, que reduziram de 1,3 milhão de hectares para 813 mil hectares a Floresta Nacional Jamanxim, às margens da BR-163, no Pará, que vem sendo devastada, e é ocupada por um grande número de posseiros. O Ministério do Meio Ambiente informou que, em lugar de MP, o Executivo enviará ao Congresso projeto de lei que reduzirá menos a reserva, mas manterá o rebaixamento para condição de Área de Proteção Ambiental. A mudança torna passível de ocupação a área para atividades agropecuárias e de mineração, além de abrir espaço à especulação imobiliária.

A decisão do Executivo, na gestão Temer, atende o mesmo grupo de parlamentares que deformou o Código Florestal, na primeira gestão de Dilma Rousseff, com o intuito de anistiar os infratores da legislação ambiental e, ainda, reduziu as áreas nativas em favor dos empreendimentos agropecuários. Hoje, mais de 80 mil km² de floresta seguem ameaçados por projetos em tramitação no Congresso.

Embora a participação do Brasil no Acordo de Paris tenha merecido elogios, na prática, a política ambiental está muito distante do discurso. A irresponsabilidade dos legisladores cria situações constrangedoras, como as enfrentadas em Oslo. Cabe ao poder público garantir uma fiscalização mais severa que coíba a degradação do patrimônio natural. Ao Judiciário, rigor na aplicação da legislação vigente. A sustentabilidade ambiental é essencial à atual e às futuras gerações, com reflexo na qualidade de vida do planeta.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

As benesses da legislação penal

Ela foi condenada a 26 anos e oito meses de prisão pelo assassinato de uma criança, mas, com apenas nove anos de pena cumprida, está prestes a ser contemplada com o regime semiaberto. Ele pegou 181 anos de detenção por esturpar pacientes, porém, após somente três anos atrás das grades, ganhou o benefício da prisão domiciliar. O pior de tudo: as benesses para ambos têm o aval da nossa legislação, ou seja, é tudo legal.

Os casos dos criminosos Anna Carolina Jatobá — condenada pelo homicídio triplamente qualificado da enteada, Isabela Nardoni, de 5 anos — e do médico Roger Abdelmassih, que abusou de 37 mulheres, são daqueles de nos causar revolta, de nos fazer protestar — pela enésima vez — contra uma legislação que parece estar sempre pró réu. Cadê a justiça? O que faz a lei pelas vítimas?

No Brasil, não temos prisão perpétua. Na verdade, ninguém pode ficar mais de 30 anos detido. Se pudesse, também não ficaria. Por aqui, não se cumpre nem o tempo determinado na sentença, tantas são as brechas na lei. No caso de Abdelmassih, por exemplo, a Justiça concedeu a prisão domiciliar porque ele estaria com graves problemas de saúde. Revoltada, uma das vítimas do médico, Helena

Leardini, disse que houve uma quebra de confiança na Justiça, e emendou: "Tanto presidiário com câncer, tuberculose, aids. Então, vamos soltar todo mundo, né? Que todos possam sair também, não só quem tem advogado bom", afirmou à TV Globo.

Já Anna Carolina Jatobá dificilmente será impedida de ir para o regime semiaberto. O próprio Ministério Público de São Paulo e a direção do presídio onde ela está deram parecer favorável à progressão de pena. Além do "comportamento exemplar" na cadeia, como diz o MP, a madrasta teria direito à remissão porque está trabalhando como costureira na detenção. A cada dois dias de trabalho, um dia é deduzido da pena. A assassina de Isabela diz que quer ter uma vida normal, desenvolver o lado espiritual e ajudar as pessoas. É quase uma santa!

Desculpe-me quem pensa o contrário, mas defendo que condenados por crimes graves não deveriam ter direito à progressão de pena nem a nenhum outro benefício. Não há como reparar o mal causado, então, o mínimo que se espera é que a justiça seja feita, que seja cumprida a totalidade da sentença. Já passou da hora de se mudar a legislação, de parar de penalizar a vítima.



Nas entrelinhas

por **Leonardo Cavalcanti**
leonardocavalcanti.df@dabr.com.br



O passado bate à porta

Imagine um primeiro turno de uma corrida presidencial em que a diferença entre o segundo e o quinto colocados seja de apenas oito pontos percentuais. Uma disputa eleitoral assim poderia apontar para um segundo turno imprevisível. E foi exatamente isso que ocorreu em 1989, a primeira eleição direta depois de 29 anos de um longo período de ditadura. Ao todo, tivemos 22 candidatos à época.

Enquanto Collor chegou na frente, com 30,47%, os candidatos Lula (17,18%), Brizola (16,51%), Mário Covas (11,51%) e Maluf (8,85%) tiveram performances próximas um do outro, a ponto de o primeiro turno apenas ser definido na abertura das últimas urnas. Mais do que uma nostalgia barata, 1989 tem sido lembrado por cientistas políticos pelo fato de que aquele cenário pode se repetir em 2018.

E, antes de uma disputa marcada pelo equilíbrio, a eleição do próximo ano pode representar o imponderável, abrindo espaços para candidatos populistas, com chances reais de vitória a partir do voto de protesto em relação à classe política. Repetido o cenário de 1989, as chances de pelo menos cinco candidatos chegarem ao segundo turno leva a tal constatação. O passado bate à porta como assombro.

O eventual cenário é novo até mesmo para gente experimentada no debate político. Pela simples falta de costume, afinal, por mais que possa ser difícil fazer projeções políticas, sempre tivemos candidatos mais ou menos óbvios nos partidos. Nas eleições seguintes às de 1989, as campanhas foram mais ou menos previsíveis. A elas, rapidamente. Em 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) derrotou Luiz Iná-

cio Lula da Silva (PT) sem grandes dificuldades e sem qualquer controvérsia em relação aos resultados de então.

Em 2002, o país foi para o segundo turno, mas com Lula favorito, pois acabou a primeira rodada com o dobro de votos do tucano José Serra (PSDB) — os números apenas se confirmaram dali a alguns dias. O mesmo ocorreu em 2006,

apesar de a diferença entre o petista e Geraldo Alckmin ter sido menor no primeiro teste. No segundo turno, o tucano chegou a ter menos votos, quando comparados aos da largada.

Em 2010, Serra até chegou a largar bem na corrida com Dilma Rousseff — e a candidatura de Marina levou a campanha para uma terceira via —, mas o segundo turno foi morno. A última eleição, esta, sim, foi mais concorrida, com final imprevisível entre a petista e Aécio Neves. Mas vale lembrar que, dias antes da trágica morte de Eduardo Campos (PSB), Dilma aparecia nas pesquisas com chances de levar no primeiro turno.

A pouco mais de 12 meses para a campanha de 2018, é difícil apostar em cinco nomes com chances reais na disputa. A palavra “real” é importante ser enfatizada, pois parte dos integrantes do PT tem dúvidas sobre a participação de Lula, hoje o favorito de chegar na frente no primeiro turno, independentemente de pesquisa ou cenário. A partir daí, a corrida apresenta Bolsonaro, Doria, Marina, Alckmin e Ciro, com as variações de cenários pouco representativas entre as últimas pesquisas divulgadas, de diferentes institutos.

Assim como em 1989, o quadro atual para o eleitor é o do desencanto — e nada indica, pelos dados atuais, que isso sofrerá alterações significativas, permanecendo Michel Temer até o fim do mandato ou chegando alguém por eleição indireta. É a desilusão política, ampliando as chances de um nome que se apresente — mesmo de maneira falsa — como de fora do jogo tradicional. Lembre-se de Collor.

Na política — como em outras artes —, o que vale é a simplificação para explicar os cenários futuros. Com as incertezas geradas pela Lava-Jato, as eleições de 1989 viraram um refúgio dos analistas políticos e de mercado, incluindo, no grupo, este missivista. Mas não deixa de ser um porto seguro nas análises, pois apenas alguém apressado pode estabelecer alguma pista razoável para as próximas eleições presidenciais.

Erros em série

Depois de divulgar uma nota extensa em que se comparava ao delator Joesley Batista, de questionar a integralidade da gravação — quando poderia apenas se defender da suposta “compra” do silêncio de Eduardo Cunha — e das gafes na viagem internacional, tudo que Temer não poderia fazer para terminar a semana ainda era destituir o diretor-geral da Polícia Federal em pleno sábado. O discreto e resiliente Leandro Daiello permaneceu no cargo. Até quando, ninguém crava.

Livros na estante

A história recente do país ainda está para ser analisada com mais tempo e distância. Uma das contribuições recentes é o livro *Cinco mil dias — o Brasil na era do lulismo* (Boitempo Editorial), uma coleção de artigos organizada por Gilberto Mari-goni e Juliano Medeiros.

**As eleições de 1989
têm sido
lembradas por
cientistas políticos
pelo fato de aquele
cenário poder se
repetir em 2018**

Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, 24, 25 e 26 de junho de 2017

Nº 23.965

Preço banca: R\$ 2,30

Trabalhadores já sacaram mais de R\$ 37 bi de contas inativas do FGTS

SP gera mais de 17 mil novos empregos em maio, aponta Caged

Página 2

Exportadores de carne querem reiniciar a curto prazo vendas para os EUA

Página 3

Pobreza pode cair pela metade se adultos completarem ensino secundário, diz ONU

A pobreza mundial pode cair pela metade se todos os adultos terminarem o ensino secundário, afirma a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Página 3

Líderes da UE apoiam avanços em negociações comerciais com México e Mercosul

Página 3

Previsão do Tempo

Sábado: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.



Domingo: Sol e muitas nuvens à tarde. À noite o céu ainda fica com muita nebulosidade, mas não chove.



Segunda: Sol com algumas nuvens. Não chove.



Fonte: Climatempo

| DÓLAR | |
|-----------|--------|
| Comercial | |
| Compra: | 3,33 |
| Venda: | 3,33 |
| Turismo | |
| Compra: | 3,21 |
| Venda: | 3,48 |
| EURO | |
| Compra: | 3,74 |
| Venda: | 3,74 |
| OURO | |
| Compra: | 122,83 |
| Venda: | 141,43 |

Meirelles confirma que governo estuda usar FGTS no lugar do seguro-desemprego



Henrique Meirelles

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, confirmou na sexta-feira (23) que o governo estuda utilizar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para substituir o pagamento do seguro-desemprego. A medida

foi divulgada pelo jornal O Globo e, segundo Meirelles, está em "fase embrionária".

Segundo a reportagem, o governo pretende usar o saldo de FGTS e a multa de 40%, paga nos casos de demissão sem justa cau-

sa, para repassar três parcelas ao trabalhador, substituindo o seguro-desemprego. O valor mensal seria equivalente ao último salário recebido pelo empregado. Após esse período, se permanecer sem colocação, o trabalhador poderia dar entrada no seguro-desemprego e receber o restante do saldo do FGTS.

"Existem discussões na área econômica do governo, seja no Ministério da Fazenda, seja no Ministério do Planejamento, seja em outras áreas em diversos níveis, sobre diversas coisas que possam induzir o país a voltar a crescer" disse Meirelles ao ser perguntado sobre o assunto após participar de um evento promovido pela Câmara Americana de Comércio (Amcham) em São Paulo.

Página 3

Os saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) já somaram R\$ 37 bilhões, divulgou na sexta-feira (23) a Caixa Econômica Federal. O montante corresponde a 84,8% dos R\$ 43,2 bilhões autorizados para serem retirados por meio da Medida Provisória 763. Até a última quarta-feira (21),

22,1 milhões de trabalhadores haviam retirado os recursos. O total equivale a 72% dos 30,2 milhões de trabalhadores beneficiados pela medida provisória. Se for levado em conta apenas os trabalhadores nascidos de janeiro a novembro, para quem os recursos foram disponibilizados até agora, 79,7% efetuaram o saque.

Página 3

Noruega pode cortar contribuição para Fundo Amazônia

Em conversa com a primeira-ministra da Noruega, Erna Solberg, o presidente Michel Temer disse que as contribuições dos noruegueses para o Fundo Amazônia possibilitam um "policiamento administrativo mais efetivo" no sentido de evitar o desmatamento no Brasil. A declaração foi feita após notícias de que a Noruega pode cortar

metade dos US\$ 400 milhões anuais destinados ao fundo.

A uma pergunta sobre a possibilidade de ocorrerem esses cortes, Temer respondeu que [nas conversas] "tanto com a primeira-ministra, quanto com o presidente do Parlamento, Olemic Thommessen, ficou clara a revisão desses aspectos".

Página 4

Polícia já prendeu 144 suspeitos de tráfico na Cracolândia

Página 2

Presidente do Conselho de Ética arquiva pedido de cassação do mandato de Aécio Neves

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), informou na sexta-feira (23) que indeferiu,

por falta de provas, o pedido de abertura de processo para cassação do mandato do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG).

Página 3

Esporte

MotoGP: Circuito de Assen pode favorecer as Yamahas

Neste domingo teremos mais um final de semana com Mundial de Motociclistas. O circo do motociclismo aterrissou na Holanda, em Assen, considerada aatedral do motociclismo. O italiano Andrea Dovizioso da Ducati tentará vencer a terceira prova consecutiva na temporada, algo que a Ducati não realiza há muito tempo. O atual líder do campeonato, Viñales, tentará se redimir do fiasco da corrida passada, onde obteve um pífio 10º posto.



Valentino Rossi espera bom rendimento da sua moto

Copa SP de Kart terá final do Torneio de Inverno neste final de semana no Kartódromo Granja Viana



A sexta rodada da Copa São Paulo KGV acontece neste sábado (24) no Kartódromo Granja Viana, em Cotia, na Grande São Paulo. A etapa ainda marca o encerramento do Torneio de Inverno. A etapa deste final de semana terá todas as tomadas e corridas sendo realizadas no mesmo dia. As atividades de pista começam às 8h da manhã com a definição do grid da Rok Cup Executive.

Página 7

Brasil conquista duas medalhas no salto em Assunção

Talles Frederico Silva e Fernando Ferreira conquistaram na sexta-feira (23) as medalhas de prata e de bronze na prova do salto em altura do Campeonato Sul-Americano de Atletismo, que está sendo disputado em Assunção, no Paraguai. A competição prossegue até domingo (25) e é

seletiva para o Mundial de Londres, em agosto. Qualificado para o Mundial, Talles saltou 2,28 m, enquanto Fernando obteve a marca de 2,19 m. O venezuelano Yanez Eure Javier ficou com o ouro, com 2,31 m, melhor marca da América do Sul este ano.

Página 7

De virada, Melo e Kubot garantem vaga na final na Alemanha



Melo e Kubot chegam a mais uma decisão na grama

Página 7

Programa de Parcelamento Incentivado será reaberto pela Prefeitura de São Paulo

A Câmara de São Paulo aprovou na quinta-feira (22 de junho) o projeto de lei que estabelece o Programa de Parcelamento Incentivado, que dará uma nova oportunidade dos contribuintes regularizarem seus débitos com o município. Com o PPI-2017, será possível parcelar os débitos tributários e não tributários, ocorridos até 31 de dezembro de 2016, que sejam constituídos ou não, inclusive inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar.

Por meio do Programa, também será possível incluir saldos de débitos constantes em parcelamento em andamento (exceto os saldos de débitos incluídos em parcelamento ainda em andamento de PPI), bem como os débitos não tributários (exceto multas de trânsito e multas contratuais), inclusive os inscritos em Dívida Ativa.

“É uma oportunidade para que

os contribuintes regularizem sua situação com a prefeitura. O PPI não é um instrumento para ser usado com frequência. Mas em uma conjuntura como a que estamos vivendo, ou seja, com recessão, desemprego em alta, atividade econômica muito deprimida, isso levou a uma situação em que muitas empresas e pessoas físicas não conseguiram pagar seus impostos. Nossa expectativa é de que as pessoas físicas e jurídicas ingressem no programa, regularizem a sua situação e isso trará um recurso adicional para os cofres públicos”, disse o secretário da Fazenda, Caio Megale.

O início do parcelamento depende da sanção do Prefeito e da regulamentação que deverá acontecer nos próximos dias. Depois de aberto, basta o contribuinte selecionar, por meio do site www.prefeitura.sp.gov.br/ppi, os

débitos a serem incluídos no programa. O pagamento poderá ser realizado em parcela única ou em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que o valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da formalização até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Os valores mínimos estabelecidos para a parcela são de R\$ 50,00 para pessoas físicas e R\$ 300,00 para pessoas jurídicas.

Benefícios

O novo programa define reduções nos encargos dos débitos tributários e não tributários nos se-

guintes percentuais:

Débitos Tributários

- Redução de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor dos juros de mora e de 75% (setenta e cinco por cento) da multa, na hipótese de pagamento em parcela única;

- Redução de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros de mora e de 50% (cinquenta por cento) da multa, na hipótese de pagamento parcelado.

Débitos Não Tributários:

- Redução de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, na hipótese de pagamento em parcela única;

- Redução de 60% (sessenta por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, na hipótese de pagamento parcelado.

Polícia já prendeu 144 suspeitos de tráfico na Cracolândia

Desde a operação policial do dia 21 de maio na Cracolândia, 144 pessoas foram presas na região central da capital paulista, suspeitas de tráfico de drogas. Segundo o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Márgino Barbosa, as detenções, que incluem 13 adolescentes, são o resultado do aumento do policiamento na área.

O próprio deslocamento da aglomeração de usuários pode, de acordo com o secretário, ser um indicativo dos resultados da polícia. “Se qualquer organização criminosa está vendo a necessidade de mudar de um lugar para o outro, o que eu estou vendo é eficiência da polícia”, disse.

Os usuários de drogas que estavam concentrados na Praça Princesa Isabel foram, na noite da última quarta-feira (21), para a esquina da Rua Helvétia, próximo à Estação Julio Prestes. A nova mudança da principal aglomeração da Cracolândia ocorre exatamente um mês após a operação policial que destruiu as barracas improvisadas do chamado fluxo e prendeu pessoas acusadas de tráfico. O local atual é quase o mesmo do ponto à época da ação.

As pessoas ouvidas no local pela reportagem da **Agência Brasil** confirmaram que foram

orientadas pelo tráfico a mudarem de lugar. O processo foi acompanhado à distância por policiais militares. “Ficaram fazendo a nossa segurança”, ironizou Antonio, um dos consumidores de crack. O novo ponto é considerado melhor, por grande parte dos usuários, que reclamavam da lama na Praça Princesa Isabel e da distância dos serviços de atendimento que oferecem água e banheiros.

Para o secretário Márgino, não havia necessidade de interferência da polícia na movimentação. “A migração de usuários de um lugar para outro é uma coisa que você não consegue impedir. Você estaria cerceando o direito de ir e vir. É uma situação delicada e cabe a nós, Poder Público, monitorar essa situação”, disse.

Em maio, logo após a operação policial, houve uma dispersão da população da Cracolândia pela cidade. A Guarda Civil Metropolitana (GCM) contabilizou, uma semana depois, 22 pontos de concentração dessa população na região central. Porém, ao longo dos dias, a Praça Princesa Isabel se consolidou como maior aglomeração. Há menos de duas semanas, no dia 11 de junho, foi feita outra operação, dessa vez na própria praça, que



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Usuários de drogas deixam Praça Princesa Isabel e voltam para a Avenida Cleveland e Rua Helvétia

destruiu as barracas improvisadas e prendeu dois homens acusados de tráfico de drogas.

Na ocasião a prefeitura estava instalando um novo conjunto de contêineres para atendimento dos usuários próximo à praça. O equipamento que oferece chuveiro e acomodações para pernoite enfrentava resistência dos moradores e comerciantes. Foi firmado com acordo para que os alojamentos vissem acompanhados de um aumento do patrulhamento da GCM e fosse provisório, por apenas 120 dias. “Eles queriam implantar na raça. Fizemos um

acordo por questão de segurança dos moradores”, lembrou o presidente da Associação dos Moradores e Comerciantes dos Campos Elíseos, Iézio Silva.

Um equipamento semelhante foi colocado próximo à Estação da Luz, na Rua dos Gusmões. O plano da administração municipal é oferecer um total de 280 vagas emergenciais na região da Luz, além de disponibilizar 60 leitos de pré-internação em um ambulatório na Praça Princesa Isabel. Em um mês, os serviços municipais contabilizaram 427 internações voluntárias. (Agência Brasil)

**CESAR
NETO**

www.cesarneto.com

**HISTÓRIAS**

As causas das práticas pecaminosas e criminosas dos povos não começaram nas políticas administrativas e governamentais, mas no seio das sociedades. E não seria justamente a população brasileira que teria o condão de mudar as histórias das chamadas psicopatologias que assolam ...

DAS

... desde incapazes e analfabetos até o Presidente Temer. Por isso, viajemos pela literatura bíblica (cristã) pra tentar compreender um pouco o egocentrismo que toma conta de cada um de nós e cria doenças nos níveis psicológicos e espirituais. Um bom exemplo é a parábola do filho ...

POLÍTICAS

... pródigo, na qual Jesus (o Cristo) afirma que a principal causa do pecado é o egoísmo; mas que há solução ainda neste mundo. Ele estabeleceu que o pecado é fruto de relacionamentos rompidos e as salvação começam quando eles são renovados. O filho pródigo partiu, deixando ...

MUNDIAIS

... seu pai. Acabou sozinho e totalmente perdido. Quando o pai o acolhe de volta não menciona a vida desgraçada que o filho levou, acabando com a parte da herança que levou. O pai também não considera que o comportamento desonroso do filho seja causa pra que mereça punição ...

DESDE

... O pai apenas se alegra porque o relacionamento, de amor que parecia não mais existir, foi restaurado. Portanto, tanto nas corrupções do

‘mensalão’ e agora ‘petrolão’, ambos com mega roubos aos cofres públicos do Estado brasileiro, pecados e psicopatologias sempre migram da ...

PERÍODOS

... sociedade pra todos os níveis de poder, porque - no mundo todo - pessoas vão pra política fazer ‘pós-graduação’ do que já eram na sociedade. Buscam a autopreservação pessoal e grupal - via partidos políticos e feudos nas estruturas de poder - a qualquer preço. Diferentemente ...

ANTIGOS

... da parábola de Jesus, na qual o pai ignora a ira do filho que foi fiel e ao lado dele fez todo o trabalho que o irmão rejeitou pra viver uma vida de devassidão, alegrou-se, celebrou e disse: “... meu filho estava morto e reviveu. Estava perdido e foi encontrado”. Já no caso brasileiro, ...

AGORA

... os parentes que formaram bandos familiares pra cometerem toda ordem de crimes tentam se livrar das punições através de causídicos deste mundo, em vez de verdadeiramente se arrependem e buscarem imitar o único Advogado - segundo a literatura bíblica - Credenciado pra ...

BRASILEIRO

... pra Interceder junto ao Pai Celestial, peticionando por nossas Absoluções e Vidas Eternas, sem precisar provar nada pra Polícias e Receita Federais, Ministérios Públicos e Tribunais Superiores, passíveis de falhas por serem integrados por humanos que erram e pecam como todos nós.

EDITOR

O jornalista Cesar Neto vem publicando esta coluna diária de política desde 1992. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis entre comunicação, sociedade e instituições. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política de São Paulo (São Paulo - Brasil).

cesar.neto@mais.com



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

CLIPPING

DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

DEPUTADO CAUÊ MACRIS
PRESIDENTE

DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
1º SECRETÁRIO

DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO
2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE

Secretário Geral de Administração
Joel Oliveira

Departamento de Comunicação:
Matheus Perez Granato

Gráfica:
Patrícia Yamamoto

Serviço de Fotomicrografia:
Julio Cesar Miranda Silva
Miguel Roberto Mahfuz

SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias
Cláudia Valéria P. Neves
Márcia M. Yamamoto
Sérgio Kazuo Tanaka
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA
ADILSON ROSSI
AFONSO LOBATO
ALDO DEMARCHI
ALENCAR SANTANA BRAGA
ANA DO CARMO
ANALICE FERNANDES
ANDRÉ DO PRADO
ANDRÉ SOARES
ANTONIO SALIM CURIATI
BARBA
BARROS MUNHOZ
BETH SAHÃO
CAIO FRANÇA
CAMPOS MACHADO
CARLÃO PIGNATARI
CARLOS BEZERRA JÚNIOR
CARLOS CEZAR
CARLOS GIANNAZI
CARLOS NEDER
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO
CAUÊ MACRIS
CÉLIA LEÃO
CELINO CARDOSO
CELSO GIGLIO
CHICO SARDELLI
CLELIA GOMES
CORONEL CAMILO
CORONEL TELHADA
DAVI ZAIA
DELEGADO OLIM
ED THOMAS
EDMIR CHEDID
EDSON GIRIBONI
ÊNIO TATTO
ESTEVAM GALVÃO
FELICIANO FILHO
FERNANDO CAPEZ
FERNANDO CURY
GERALDO CRUZ
GIL LANCASTER
GILENO
GILMACI SANTOS
GILMAR GIMENES
HELIO NISHIMOTO
ITAMAR BORGES
JOÃO CARAMÉZ

JOÃO PAULO RILLO
JOOJI HATO
JORGE CARUSO
JORGE WILSON
JOSÉ AMÉRICO
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.
JOSÉ ZICO PRADO
LECI BRANDÃO
LEO OLIVEIRA
LUIZ CARLOS GONDIM
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
LUIZ TURCO
MÁRCIA LIA
MÁRCIO CAMARGO
MARCO ANTONIO VINHOLI
MARCOS DAMASIO
MARCOS MARTINS
MARCOS ZEBINI
MARIA LUCIA AMARY
MARTA COSTA
MILTON LEITE FILHO
MILTON VIEIRA
ORLANDO BOLÇONE
PASTOR CELSO NASCIMENTO
PASTOR CEZINHA
PAULO CORREA JR
PEDRO KAKÁ
PEDRO TOBIAS
PROFESSOR AURIEL
RAFAEL SILVA
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
RAUL MARCELO
REINALDO ALGUZ
RICARDO MADALENA
RITA PASSOS
ROBERTO ENGLER
ROBERTO MASSAFERA
ROBERTO MORAIS
ROBERTO TRÍPOLI
RODRIGO MORAES
ROGÉRIO NOGUEIRA
ROQUE BARBIERE
SEBASTIÃO SANTOS
ULYSSES TASSINARI
VAZ DE LIMA
WELLINGTON MOURA
WELSON GASPARINI

